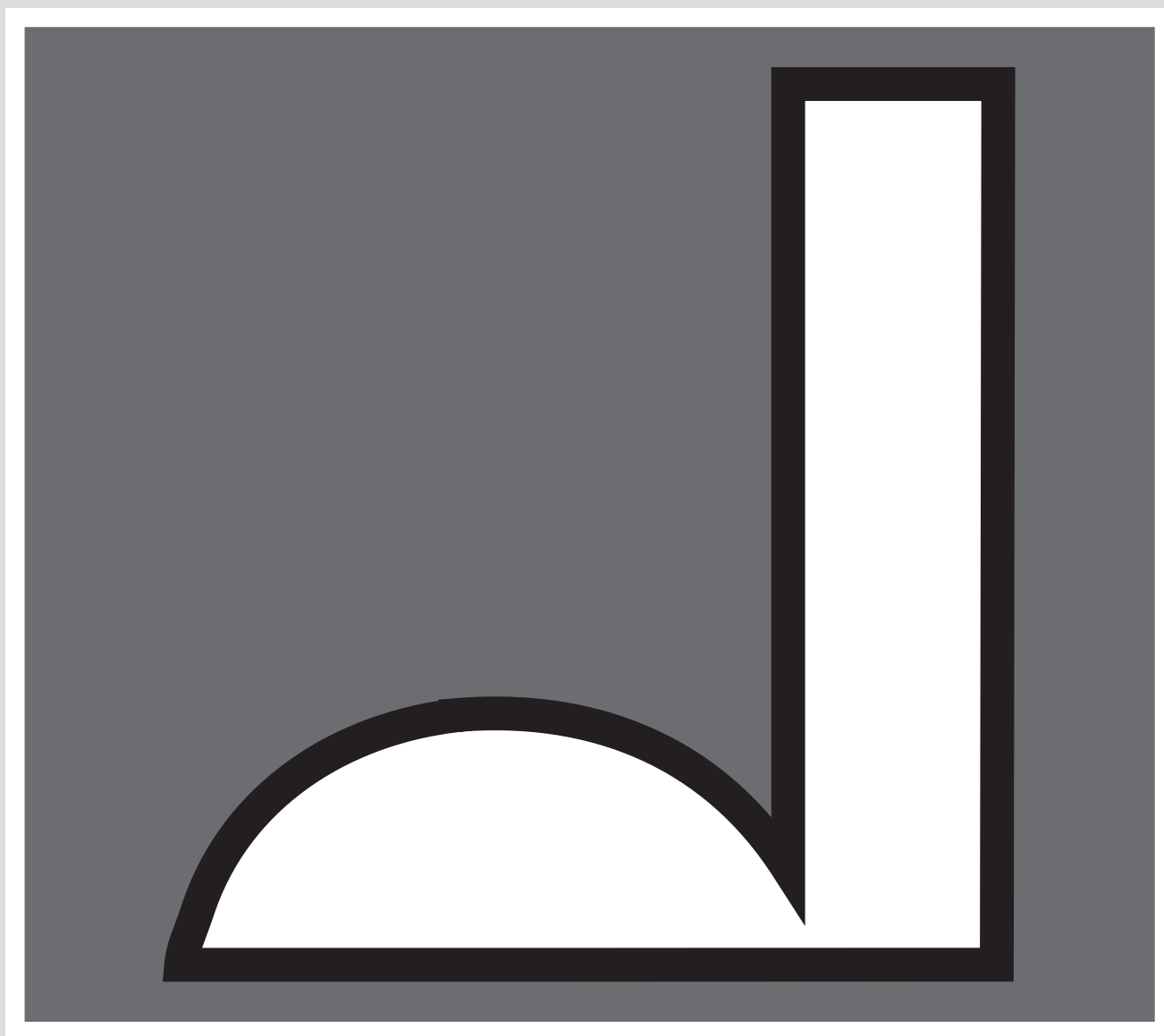




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 196 - TERÇA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2ª VICE-PRESIDENTE Serys Silhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)		3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI) 4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇ A

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 29 Líder Vago (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 15 José Agripino (14,19) Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes	Maioria (PMDB/PP) - 19 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (6) Regis Fichtner (13,15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9) Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 17 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 8 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 4 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda
PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi Vago (18)	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Vago (18)
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Acir Gurgacz	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	
	PV - 1 Líder Marina Silva - PV	

- Notas:**
1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
 2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
 3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
 4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
 6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
 7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
 8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
 9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
 10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 11. Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010, tendo retornado ao exercício do mandato em 05.09.10.
 12. Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
 13. Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
 14. Senador Antonio Carlos Júnior exerceu a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdurou o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
 15. Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
 16. Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.
 17. O Senador Neuto De Conto retornou ao exercício do mandato em 1.10.2010 (OF.INT.GSNC nº 40/2010).
 18. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
 19. Em 13.11.2010, o Senador José Agripino retornou ao exercício do mandato.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 48, de 2010	54293
2 – ATA DA 193ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2010	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a reverenciar a memória do ex-Senador Petrônio Portella Nunes por ocasião do 30º aniversário de seu falecimento, nos termos dos Requerimentos nºs 171, 828 e 853, de 2010, do Senador João Vicente Claudino e outros Senhores Senadores.	54294
2.2.1 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)	
2.2.2 – Execução do Hino do Estado do Piauí	
2.2.3 – Oradores	
Senador João Vicente Claudino.....	54295
Senador Edison Lobão	54299
Senador Adelmir Santana.....	54301
2.2.4 – Fala da Presidência (Senador José Sarney) – Publicação de carta do Senador Marco Maciel, dirigida ao Senador João Vicente Claudino, sobre a presente Sessão Especial.	54304
2.2.5 – Oradores (continuação)	
Deputado Mauro Benevides	54305
Sra. Sônia Portella Nunes.....	54306
2.3 – ENCERRAMENTO	
3 – ATA DA 194ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2010	
3.1 – ABERTURA	
3.2 – EXPEDIENTE	
3.2.1 – Comunicações da Presidência	
Dedicação do tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã para comemorar o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, de acordo com os Requerimentos nºs 898 e 900, de 2010, do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores.	54308
Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 323, de 2009.	54308
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 25 de novembro de 2010 e publicação em 26 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 512, de 2010, que altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva. Designação da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.	54308
3.2.2 – Ofício do Presidente da Petrobrás	
Nº 21, de 2010, com Nota Técnica, contendo informações relativas às obras de construção da Refinaria Abreu e Lima-RNEST, em Recife/PE, e modernização e adequação da produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas-REPAR, em Araucária/PR, com indicativos de paralisação pelo Tribunal de Contas da União.....	54309
3.2.3 – Discursos do Expediente	
SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre o livro de autoria do Senador Pedro Simon intitulado “A Diáspora do Povo Gaúcho”, lançado no último domingo, um panorama da saga do povo gaúcho, que sai da sua terra e se desloca para todos os Estados do País. Retrospectiva histórica do salário-mínimo, desde sua origem até os dias atuais.....	54309
SENADOR PAPALÉO PAES – Considerações sobre o valor do novo salário mínimo. Críticas à notícia divulgada pela mídia sobre a provável compra, pelo governo, de um novo avião presidencial para o uso da Presidente-eleita Dilma Rousseff. Destaque para o trabalho desenvolvido pelos instrumentadores cirúrgicos. Apelo em favor da rápida apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2010, de autoria de S. Exª, que regula o exercício da profissão de instrumentador cirúrgico.	54324
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários sobre matérias publicadas na imprensa acerca de ações das Farcs e do Exército do Povo Paraguaio em território brasileiro. Importância da instalação de uma CPI, de iniciativa do Senador Marcelo Crivella, para tratar das fronteiras brasileiras. Considerações sobre o assassinato, por traficantes, de dois policiais federais no Amazonas.....	54328
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Apoio à iniciativa da criação de uma CPI sobre as fronteiras brasileiras, para combater o tráfico de armas e de drogas. Crítica à provável compra, pelo	

governo, de um novo avião para o uso da Presidente-eleita Dilma Rousseff, em detrimento às reformas necessárias nos aeroportos brasileiros. 54336

SENADOR ACIR GURGACZ – Anúncio da publicação hoje, no Diário Oficial, da Concorrência nº 553 de 2010, que trata da execução da obras de adequação da travessia urbana, na cidade de Ji-Paraná, na rodovia BR 364. Perspectiva de que seja construído um batalhão do Exército em Ji-Paraná/RO. Considerações sobre as operações conjuntas de forças do Estado em complexo de favelas na cidade do Rio de Janeiro neste último fim-de-semana. Apoio à iniciativa da criação de uma CPI para tratar das fronteiras brasileiras..... 54339

SENADOR PEDRO SIMON – Análise da retomada de comunidades cariocas pelas forças do Estado, com elogios à estratégia adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e com felicitações à Presidenta eleita Dilma Rousseff pelo anúncio de que manterá Nelson Jobim à frente do Ministério da Defesa..... 54343

SENADOR GILVAM BORGES – Homenagem ao Desembargador Honildo Amaral de Mello Castro, ao ensejo de sua aposentadoria. Considerações sobre as recentes operações conjuntas de forças do Estado na cidade do Rio de Janeiro. Comunicação de transferências de recursos federais feitas a municípios do Amapá. 54346

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Preocupação com acordo de troca de informações de natureza tributária celebrado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, ora sob exame de S. Ex^a no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o qual conteria cláusulas extremamente perigosas, a afrontarem o ordenamento jurídico do Brasil..... 54352

SENADOR VALTER PEREIRA – Análise das operações de segurança realizadas na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, com reconhecimento às autoridades de variadas esferas e escalões que as tornaram possíveis..... 54352

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Registro do sucesso das operações de segurança pública realizadas no Rio de Janeiro. 54356

3.2.4 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 30, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 54357

3.3 – ENCERRAMENTO

4 – ATA

4.1 – ATA DA COMISSÃO DIRETORA

Reunião realizada em 17 de novembro de 2010..... 54370

5 – ATOS ADMINISTRATIVOS

5.1 – Ato do Presidente

Nº 307, de 2010 54371

5.2 – ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

Nºs 13 a 15, de 2010 54372

5.3 – ATO DO DIRETOR DO PRODASEN

Nº 14, de 2010 54374

6 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 29/11/2010

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2010

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 508, de 8 de outubro de 2010**, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 968.185.382,00, para os fins que especifica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 29 de novembro de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 193ª Sessão, Especial em 29 de novembro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 20 minutos e encerra-se às 13 horas e 3 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP. Com revisão do Presidente.) – Há numero regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. A presente sessão especial destina-se a reverenciar a memória do ex-Senador Petrônio Portella Nunes no transcurso do 30º ano do seu falecimento, nos termos dos Requerimentos nºs 171, 828 e 853, do Senador João Vicente Claudino e outros Senadores. Convido para compor a Mesa o Sr. Deputado Federal Mauro Benevides, que foi o 1º Secretário na gestão do Senador Petrônio Portella nesta Casa. Convido o Sr. Senador Vicente Claudino, 1º Signatário do requerimento. *(Pausa.)*

Quero homenagear a Srª Iracema Portella Nunes, viúva do homenageado, que deveria ter assento à nossa mesa, mas que, em virtude de problemas de locomoção, pediu para ficar no plenário. Quero convidar a Srª Sônia Portella Nunes, filha do homenageado, para tomar assento à mesa. Convido o Sr. Petrônio Portella Nunes Filho, filho do homenageado, para participar da Mesa. Convido à Mesa Patrícia Portella, filha também do homenageado. Quero também convidar o ex-Senador Eloi Portella para tomar parte da Mesa dos nossos trabalhos. Estamos hoje homenageando um dos grandes políticos do nosso tempo.

O falecimento de Petrônio Portella aos 54 anos foi, como diziam os romanos, uma palmeira partida antes de chegar a toda a sua altura. Petrônio estava no domínio de toda sua experiência e capacidade, no brilho do auge de sua carreira política, e todos os caminhos se abriam a sua frente.

Formado em Direito no Rio de Janeiro, começou muito moço sua carreira política. Seguiu a vocação familiar, pois o pai fora por duas vezes prefeito de Valença – onde Petrônio nasceu em 1925. Enquanto estudante, na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, toma parte ativa nos movimentos estudantis, em efervescência com a redemocratização de 1946. Aos 25 anos, então, de volta ao Piauí, o jovem advogado inscreve-se na UDN e candidata-se a Deputado Estadual. Um detalhe curioso mostra, no início de sua carreira

política, sua capacidade de conciliador: namora a filha do Governador Pedro Freitas, a quem faz oposição – e viria a casar-se com d. Iracema, sua companheira da vida inteira. Em 1950, portanto, elege-se numa das suplências, exercendo várias vezes o mandato. Sua segunda candidatura, em 1954, é bem sucedida.

Em 1958 Petrônio Portella dá uma demonstração da capacidade de liderança que seria uma das marcas de sua atividade política e elege-se Prefeito de Teresina. Os anos seguintes são marcados pelo apoio e rompimento com Chagas Rodrigues, candidato do PTB a Governador que se elege com o apoio da UDN e, rompendo, provoca a aliança do partido de Petrônio com o PSD.

É com esta aliança que, nas eleições de 1962, Petrônio Portella chega ao Governo do Estado, numa carreira fulgurante.

Dissolvida a UDN, o Governador inscreve-se na Arena. É por ela que, em 1966, elege-se para o Senado Federal. Foi logo vice-líder da Arena no Senado e mais tarde vice-líder do Governo, e chega também à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça. Ainda nesse primeiro mandato de Senador, em 1971, elege-se Presidente do Senado Federal.

Deixando a Presidência desta Casa, assume a Presidência da Arena e a liderança do Governo Médici. Em 1974 foi reeleito Senador. Goza da confiança do Presidente Ernesto Geisel, e recebe deste uma tarefa importante para os planos de abertura política: a chamada Missão Portella, que consistiu em ouvir os políticos e também a sociedade organizada sobre o projeto de distensão lenta, gradual e segura com que Geisel queria comandar a transição para o regime democrático. Petrônio conversou assim com a OAB, a CNBB, a ABI, a SBPC, a CNI, o CNC, a Contag, a CNA, entre outras.

Em 1977 assume novamente a Presidência do Senado Federal. Logo no começo de seu mandato de Presidente da Casa sofre o constrangimento do fechamento do Congresso Nacional em 1º de abril de 1977, por 14 dias.

Envolvido pelos problemas nacionais, não deixou de influenciar a política do Piauí, sendo decisivo na

eleição de seu irmão Lucídio Portella para Governador do Estado, em 1978.

Em 1979 assume a Presidência da Comissão de Relações Exteriores, mas logo, a 15 de março, afasta-se do Senado para assumir o cargo de Ministro da Justiça do novo governo do Presidente João Figueiredo. Negocia e faz aprovar então a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, sancionada no final de 1979, que acaba com o bipartidarismo. A Arena transformava-se em PDS e o MDB dava origem ao PMDB e ao PP de Magalhães Pinto e Tancredo Neves.

Coube-lhe também enviar ao Congresso a proposta – de grande importância – de anistia política, que permitiu a reintegração a nossa vida política de uma importante parcela de políticos e cidadãos afastados pelo regime militar. Foi também durante sua gestão como Ministro da Justiça que o Governo Figueiredo enviou ao Congresso Nacional da Emenda nº 11 – de que tive a honra de ser relator – extinguindo os atos institucionais, inclusive o AI-5.

Como Tancredo Neves, Petrônio Portella achava que o político deve esconder seus problemas de saúde. Assim, escondeu sempre sua condição de cardíaco e diabético. Tendo já perdido parte do pulmão, não deixou de fumar, sendo inseparável de sua imagem o cigarro entre os dedos. Foi assim, nesta luta para cumprir com seus compromissos, que não aceitou internar-se ao voltar de uma viagem a Santa Catarina – que já iniciara sentindo-se mal. As consequências foram fatais, e Petrônio faleceu precocemente aos 54 anos, no dia 6 de janeiro de 1980.

Petrônio, como disse, era um político em plena maturidade de sua carreira. Sua ascensão à liderança da Arena, partido que tinha a quase hegemonia do Congresso Nacional e dos governos estaduais dera-se quando ainda era muito moço. Também sua ascensão à Presidência desta Casa fora extremamente precoce, num primeiro mandato e quando ele ainda não tinha 50 anos. A vida tinha pressa.

Mas Petrônio, insisto, estava ainda em plena carreira. Suas qualidades de articulador, de conciliador, sua capacidade de dialogar com os adversários, de adaptação às situações políticas o predestinavam a uma carreira política que poderia levá-lo aos mais altos cargos da República.

Poucos, na segunda metade do século XX, tiveram a soma de virtudes e um caminho aberto a sua frente como Petrônio Portella. Sua morte prematura é, assim, mais dramática, por ceifar não somente o que foi, mas o que poderia ser.

Petrônio Portella deve ser lembrado, no entanto, pelo que fez. Sua obra de construção da abertura política foi decisiva para que, apenas cinco anos

mais tarde, iniciássemos a Nova República, que, por um jogo do destino, caiu em minhas mãos conduzir, vitimado Tancredo Neves pela mesma teimosia que derrubara Petrônio.

Ele foi um grande construtor do processo democrático que hoje vivemos. O recordaremos sempre como um dos mais brilhantes políticos do nosso tempo, de uma inteligência incomum e um patriota a quem devemos a formulação da abertura política, da anistia e das ações que nos devolveram a democracia.

(Procede-se à execução do Hino do Estado do Piauí.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador João Vicente Claudino, primeiro subscritor do requerimento.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Exmº Sr. Presidente do Senado, Senador José Sarney; Deputado e ex-Senador, figura expoente do Congresso Nacional, Deputado Mauro Benevides; ex-Senador Eloi Portella; D. Iracema Portella, viúva do querido Senador Petrônio Portella; seus filhos Patrícia, Sonia e Petrônio Filho, cumprimento a todos. Cumprimento o Prefeito de Teresina, Dr. Elmano Férrer; o Desembargador Oliveira, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí; o jornalista Zózimo Tavares, que, concomitantemente com esta sessão especial pelo transcurso do 30º aniversário da morte do Senador Petrônio Portella, está lançando o livro da história da vida do Senador, considerado um dos grandes vultos desta Casa; cumprimento o Sr. Pedro da Silva Ribeiro, representando a Academia Piauiense de Letras; demais convidados; minhas senhoras e meus senhores; Senador Edison Lobão; e Deputado Paes Landim.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, inexistiu entre os próprios historiadores um consenso a respeito de quando se iniciou o processo de abertura política brasileiro durante o regime militar instalado no País em 1964. Há quem mencione a revogação do Ato Institucional nº 5, decida em 1978 e implementada em 1979. Há quem mencione a demissão do General Sylvio Frota. Há quem identifique a real abertura apenas com a anistia política e o restabelecimento das eleições diretas, já no Governo Figueiredo. Há até os que só considerem que a verdadeira abertura ocorreu apenas com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Diferentes interpretações históricas sempre ocorrerão. No entanto, é inegável que a conjugação de forças que se tornariam capazes de romper o sistema repressivo e de sepultar o Brasil das masmorras ocorreu bem antes. O verdadeiro articulador desse processo,

um dos maiores operadores políticos já surgidos no País, foi Petrônio Portella Nunes. Essa reflexão se impõe ao lembrarmos o trigésimo aniversário da morte de Petrônio, que tinha tudo para se tornar o primeiro Presidente civil após o ciclo militar.

Foi em 1974 – vamos recordar – que Petrônio Portella, então Senador e Presidente da Arena, percorreu todo o Brasil avaliando o quadro político dos Estados. O objetivo era escolher os futuros Governadores. À época, era tão fechado o regime, que, embora formalmente escolhidos mediante eleições indiretas, na prática os governantes dos Estados e dos principais Municípios eram discricionariamente designados pelo Presidente da República.

Até aquele momento, combinavam-se, nessa escolha, critérios técnicos e o comprometimento com a manutenção do *status quo*, ou seja, com a permanência dos instrumentos de força que marcavam a política brasileira. Petrônio Portella quebrou esse quadro. Com a sua competência política, criou um dispositivo institucional que daria cobertura às iniciativas de abertura que se seguiriam. Nos principais Estados, escolheram-se Governadores caracterizados pelos compromissos liberais e pelo propósito de proporcionar sustentação aos movimentos ensaiados pelo General Ernesto Geisel, no sentido de se reaproximar das instituições democráticas. Muitos desses Governadores integrariam posteriormente partidos de resistência ao regime e participariam, de forma decisiva, da negociação que elegeu Tancredo Neves, colocando um ponto final nas presenças militares.

Essa foi apenas a primeira das muitas iniciativas que permitem situar Petrônio Portella como o grande artífice da abertura democrática brasileira. É claro que não foi o único. É preciso reconhecer o papel fundamental de dois Generais Presidentes e, principalmente, a bravura da oposição. No entanto, até sua morte, Petrônio participou ativamente de todas – vamos insistir, de todas – as iniciativas que conduziram à redemocratização.

Até chegar a esse ponto, Petrônio Portella Nunes percorreu um longo caminho. Quando jovem, teve papel ativo na política estudantil. Foi líder da Reforma, o mais ativo partido universitário carioca que disputava o Caco – Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade de Direito, da Universidade do Brasil. Era um dos principais polos da política estudantil do País e representou o primeiro passo de Petrônio Portella na vida pública.

Após formar-se em Direito e regressar ao Piauí, passou a assessorar juridicamente a União Democrática Nacional, partido ao qual se filiou e pelo qual disputou sua primeira eleição em 1950. Ficou como suplente

de Deputado Estadual, condição que lhe valeu uma série de convocações para o exercício do mandato. Em 1954, elegeu-se Deputado Estadual. A UDN fazia dura oposição ao Governador Pedro Freitas, que viria a ser seu sogro, do rival PSD. Petrônio tornou-se o líder udenista. Da tribuna, mantinha fogo cerrado contra o Governo e o partido adversários.

Cedo, pudemos constatar que, se a vida política de Petrônio foi uma constante superação de desafios, o mesmo ocorreu em sua vida pessoal. Conheceu a esposa Iracema, companheira inspiradora e querida até sua morte, quando Líder da oposição. Iracema era filha de Pedro Freitas. Mais tarde, já casado, Petrônio foi um dos principais articuladores da aliança que impediu a eleição a governador do cunhado, irmão de Iracema. Mesmo assim, soube sempre cultivar as relações familiares.

Essa era uma das características fundamentais de Petrônio. Mostrava-se sisudo e grave. Com a família, com os amigos, em casa, era, na verdade, afável e bem humorado. Seu fino humor era conhecido – e ajudou-o também na carreira política. Um dos seus grandes prazeres era reunir os que lhe eram próximos para churrascos, tanto em sua residência em Teresina, como em sua chácara brasiliense, por ele batizada com o nome de sua cidade natal, Valença.

Estava permanentemente ao lado da esposa, com quem contou em todas as horas. De família política, Iracema sabia compreendê-lo e o estimulava. Foram sempre muito próximos dos filhos Patrícia, Sônia e Petrônio Filho.

O gosto pela política e o sentido de missão se estendia aos irmãos de Petrônio. Lucídio, médico, foi Governador e mais tarde Senador. O engenheiro Eloi igualmente chegaria ao Senado, como suplente de Freitas Neto, confesso discípulo de Petrônio. A família Portella repetiria no Brasil, portanto, a saga dos Kennedys, nos Estados Unidos. Três irmãos Kennedys chegaram ao Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diletos convidados, desde o início de sua carreira política, Petrônio Portella mostrou sua capacidade de articulação. A UDN a que pertencia era minoritária no Piauí, defrontando-se com a aliança entre o PSD, o maior partido, e o PTB, a terceira força. Líder da bancada, Petrônio tornou-se um dos artífices de uma rearticulação das correntes políticas no Estado. A UDN aproximou-se do PTB. Concorreriam unidos nas eleições de 1958.

Petrônio participou das negociações que levaram à eleição de Chagas Rodrigues, do PTB, ao governo do Estado. Ele próprio elegeu-se prefeito de Teresina. Ao longo de sua gestão na capital piauiense, nova manobra de mestre. Afastou-se de Chagas e pôs fim à

aliança PTB–UDN, coligando seu partido com o PSD, o adversário histórico. Pavimentou, dessa forma, sua própria eleição para Governador do Piauí em 1962, derrotando o Deputado Estadual Constantino Pereira de Sousa.

Durante toda a sua vida, conseguiu combinar coragem, pragmatismo e capacidade de articulação. Aproximou-se do então Presidente João Goulart, a quem seu partido fazia dura oposição, pela premente necessidade de investimentos federais no Piauí. A essa época, vale lembrar, sequer Teresina contava com fornecimento ininterrupto de energia elétrica, e o Estado só dispunha de uma rodovia asfaltada. O apoio do Governo Federal constituía uma condição para desenvolver o Estado. Petrônio tinha perfeita noção disso e não hesitou em buscar uma composição administrativa com Brasília.

Ao eclodir o movimento militar de 1964, em um primeiro momento, manteve-se fiel ao regime democrático, o que lhe valeu permanente resistência da chamada linha dura. Petrônio nunca negou que tivesse manifestado solidariedade a Goulart. Ingressou, porém, na Arena, o partido de sustentação do novo regime. Fez mais do que isso, conduzindo para a Arena a quase totalidade das forças políticas piauienses. Ao terminar seu mandato no Governo, elegeu-se Senador. Começava aí sua trajetória no plano federal.

Já no Senado, tornou-se respeitado pelas principais lideranças do Congresso, em especial dos poderosos Daniel Krieger e Filinto Müller. Ascendeu aos principais postos da Arena e do próprio Senado, que presidiria pela primeira vez, de 1973 a 1975. A essa altura, sua reputação de competente negociador político se firmara. Pensando já em rever a intransigência do regime, o Presidente Ernesto Geisel, recém-empossado, conferiu-lhe a primeira de várias missões. Na qualidade de Presidente da Arena, coube-lhe conduzir as escolhas de Governadores em 1974.

Nas eleições parlamentares desse ano, a Arena sofreu uma inesperada derrota. Das 22 cadeiras de Senador em jogo, o oposicionista MDB ganhou 16. Aumentou significativamente também seu número de cadeiras na Câmara dos Deputados. Assumiu o controle de cinco assembleias legislativas. Não faltou quem culpasse Petrônio pelo resultado eleitoral, considerando desastrosas suas escolhas, que não teriam unido o partido.

A verdade é outra. Ao conduzir o processo de seleção de Governadores como Paulo Egydio, Aureliano Chaves ou Sinval Guazzelli, Petrônio dotara o Governo Geisel de um respaldo político que se revelaria crucial no momento em que o Presidente precisou partir para o

enfrentamento com o que ele mesmo chamaria de “bolsões sinceros, mas radicais”, nas Forças Armadas.

A marcha da distensão política, conduzida pelos generais Geisel e Golbery do Couto e Silva, com o precioso apoio de Petrônio, fez-se de forma gradual, com avanços e retrocessos. Foi assim com o chamado Pacote de Abril, que levou à criação da figura do senador biônico, à mudança da forma de cálculo das bancadas estaduais, às restrições à campanha eleitoral pelo rádio e pela televisão, ao aumento do mandato presidencial para seis anos e à instituição das sublegendas. Pareceu um retrocesso. Não deixava de ser um passo atrás, mas aplainou o caminho para novos avanços, que uma vez mais teriam Petrônio Portella como artífice.

Já reeleito senador, Presidente do Senado pela segunda vez entre 1977 e 1979, Petrônio foi incumbido pelo Presidente Geisel da chamada Missão Portella. Manteve diálogo com os mais variados setores político-institucionais, muitos dos quais até essa época ignorados pelo regime, deles recebendo sugestões para a condução desse processo. Foi a primeira discussão aberta sobre os caminhos que eventualmente conduziriam à redemocratização do País. Chegou-se assim a mais importante conquista do Governo Geisel: a revogação do Ato Institucional nº 5.

Para que se chegasse até lá foi necessária uma delicada negociação com essas mesmas forças políticas e com o Congresso. A viabilização do fim do AI-5 exigia uma série de medidas institucionais paralelas, como a criação do Estado de Emergência. A capacidade de articulação de Petrônio Portella foi uma vez mais colocada à prova. Uma vez mais o Senador saiu-se brilhantemente.

Falava-se à época em que Petrônio poderia ser Presidente na sucessão de Geisel. O próprio Senador evitava qualquer cogitação de seu nome. Sabia que o momento ainda não permitia a ascensão de um civil à Presidência. Ele aspirava, sim, ao cargo. Não dessa vez.

Cito aqui São Francisco de Assis. Na vida, dizia o santo, precisa-se de serenidade para aceitar o que não pode ser mudado; precisa-se de coragem para enfrentar e mudar o que pode ser mudado; e, enfim, de sabedoria para saber o que pode e o que não pode ser mudado. Petrônio Portella cumpriu à risca essa máxima, como podemos perceber pela história de sua vida.

Se não era a sua vez de ser Presidente, o reconhecimento do peso política de Petrônio viria com a nomeação para Ministro da Justiça do novo Presidente, o General João Baptista de Figueiredo. Na verdade, ele seria muito mais do que um Ministro da Justiça. Atuando, mais uma vez, em parceria com o General

Golbery, mantido na Casa Civil, Petrônio seria o condutor da abertura política que se seguiria.

Esse processo exibiria, agora para toda a população, sua maestria na negociação. Conseguiu-se romper a camisa de força do bipartidarismo, restabelecer as eleições diretas para governador, decretar a anistia política. O Brasil, enfim, dava passos amplos e inequívocos para a redemocratização.

Tome-se, como um exemplo da capacidade de articulação de Petrônio, o preparo da lei de anistia. O Ministro da Justiça enfrentava, de um lado, a incompreensão dos oposicionistas, que afirmavam só aceitá-la se “ampla, geral e irrestrita”. Mais grave ainda era a resistência da maioria dos comandos militares, que rejeitavam concessões. Utilizando habilmente um conceito jurídico de difícil definição, o de “crime de sangue”, Petrônio conseguiu a aprovação de uma anistia aparentemente limitada. Só aparentemente. Dias depois, a quase totalidade dos presos políticos e dos exilados fora anistiada em um processo que rapidamente se completaria.

Petrônio dedicou-se também às funções típicas do Ministério da Justiça, com a habilidade habitual. Uma dessas funções, certamente entre as mais desagradáveis, era a censura. Não apenas a mídia sofrera com ela, mas também a cultura. Permanecia um índice de filmes, peças e músicas proibidas. Petrônio deu o que parecia um passo atrás, nomeando os integrantes de um certo Conselho Superior de Censura. Na realidade, escolheu, para compô-lo, figuras de espírito aberto. Como cabia ao Conselho rever as decisões de instâncias inferiores, o resultado foi a liberação de quase todas as manifestações culturais então banidas.

Mais do que medidas pontuais, o Ministro Petrônio Portella conseguiu a pacificação dos ânimos nacionais. Fez-se mais do que construir os alicerces da nova democracia brasileira. Já se rompera o círculo de ferro do regime ditatorial e autoritário, que tinha, nos atos institucionais, sua manifestação mais explícita, mas que permeava todo o sistema político até esse momento. Não seria exagero dizer que o País já respirava os ares democráticos.

Tudo isso credenciava Petrônio Portella para a próxima sucessão. Quem conhecia política sabia que o Ministro da Justiça se tornara o favorito para ocupar o Palácio do Planalto ao final do mandato de Figueiredo.

É nesse momento que se percebe o que é destino. Ainda jovem, Petrônio Portella sofrera de um câncer de pulmão. A doença foi descoberta quando já estava em campanha para a Prefeitura de Teresina. Tinha então 32 anos. Nessa época, câncer de pulmão era visto como uma sentença de morte. Petrônio submeteu-se a

uma cirurgia no Rio de Janeiro e retornou a Teresina. Seu período de convalescença foi, pasme-se – uma maneira estranha de curar um câncer –, o período da campanha eleitoral que se revelaria vitoriosa.

Curou-se do câncer, mas nunca teve saúde perfeita. Sofria de uma hérnia de hiato que o atormentava e de outros problemas menores. Nos primeiros dias de 1980, Petrônio Portella sentiu-se mal. Mesmo assim fez questão de cumprir sua agenda de Ministro e de articulador político, o que incluiu uma penosa viagem a Santa Catarina. Ao retornar, seu mal-estar agravou-se. Faleceu em Brasília, no dia 6 de janeiro.

Em História, sabemos todos, inexistia a palavra “se”. Nunca saberemos se Petrônio chegaria ou não à Presidência da República. Mas sabemos que se temos hoje uma democracia aberta, forte, representativa, legitimada, respeitada internacionalmente, isso se deve a um piauiense de gênio: Petrônio Portella Nunes.

Disse Aristóteles que o valor da homenagem não está em recebê-la, mas em merecê-la. Acredito que, infelizmente, Petrônio Portella ainda não encontrou o reconhecimento a que faz jus. Trinta anos depois de sua morte, retomamos uma iniciativa do então Senador Freitas Neto, Presidente Sarney, que propunha a edição de um livro sobre Petrônio. Conseguimos publicá-lo, em um excelente trabalho de pesquisa e texto do jornalista Zózimo Tavares, aqui presente, a quem aproveito para também encaminhar um voto de aplauso pelo brilhante trabalho como escritor dessa importante obra.

É uma iniciativa importante. Ainda estamos, porém, muito aquém de homenagear Petrônio Portella na medida que se impunha – e se impõe. O Piauí conhece sua qualidade de administrador. Como Prefeito e como Governador, soube conduzir seu Estado a um novo patamar de desenvolvimento, para o qual contribuiriam seus sucessores, muitos dos quais tiveram a sua origem política e seu aprendizado administrativo na escola de Petrônio. Como Senador, soube desempenhar um papel essencial do parlamentar federal, até hoje pouco compreendido, que é carrear recursos, em especial investimentos estruturantes para a unidade da Federação que representa.

O maior legado de Petrônio foi o político. Se o Brasil foi favorecido por uma transição institucional pacífica e construtiva, ao contrário de tantos vizinhos que suportaram regimes ditatoriais, se conseguimos recuperar o poder civil, se hoje vivemos em uma democracia plena, isso se deve a Petrônio Portella.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, jor-

nalista muito ligado a Petrônio Portella e um dos seus maiores amigos.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, que preside esta sessão de homenagem a um grande homem, um grande vulto da República; Sr. Senador João Claudino; Sr. Deputado Federal Mauro Benevides, que já presidiu esta Casa; Sr^a Iracema Portella Nunes, viúva do homenageado; Senador Eloi Portella, irmão; Sr^a Sônia Portella, Petrônio Portella Nunes Filho, Patrícia Portella, Cícero Portella, Júlia Portella, que é neta; Thiago Portella, Gustavo Portella, Vinícius, Sr. Antonio Carlos Martins, genro do homenageado, meu amigo; Cristina Portella, Antonio Carlos Almeida de Castro, meu amigo também; Sr. Prefeito de Teresina, Elmano Férrer de Almeida; Sr. Antônio Araújo; Sr. Pedro da Silva Ribeiro, representante da Academia Piauiense de Letras; Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, eu sou tomado de surpresa, neste instante, pelo Presidente José Sarney, que me pede para pronunciar algumas palavras a respeito do grande político Petrônio Portella.

Tivesse eu sido avisado antes e seguramente traria um discurso estudado, refletido. Não o fiz, não o sabia. Falo sobre o homem que conheci e de quem me tornei, para minha honra, amigo. E ele foi meu amigo.

Conheci Petrônio Portella quando ainda era Prefeito de Teresina e travei com ele ali as primeiras relações de amizade. Tempos depois, eu jornalista aqui em Brasília, ele veio como Senador da República. Lembro-me de que integrou, desde logo a Comissão de Constituição e Justiça. Meses depois, o Senador Dinarte Mariz procura o Líder da Arena, Filinto Müller, e o Senador Daniel Krieger, Líder do Governo, e perguntou-lhes: “Vocês já repararam naquele piauiense que está na Comissão de Justiça?”. Ambos disseram que não. “Pois então, reparem. É um valor extraordinário que se agrega à política nacional.”

Filinto era um homem dedicado aos assuntos do Senado, muito dedicado, e foi à Comissão de Justiça um dia, sem que Petrônio soubesse, para olhar, ver e acompanhar o desempenho do piauiense de que falava Dinarte Mariz. Saiu dali impressionado e fez aquilo que Sarney acabou de relatar: nomeou-o Primeiro Vice-Líder da Arena.

Filinto então motiva Krieger a fazer a mesma coisa, percorrer o mesmo caminho. Krieger foi e nomeou-o Primeiro Vice-Líder do Governo. Petrônio acumulou, assim, as duas primeiras vice-lideranças, que eram importantíssimas.

Como Vice-Líder do Governo, ele atuava aqui e falava em nome do Governo; como Vice-Líder da Arena,

ele também o fazia, falando em nome da Arena. Daí por diante o crescimento político de Petrônio Portella foi impressionante.

Veio depois a morte de Filinto, e Petrônio assumiu a presidência da Arena. Naquele momento, Geisel não gostava dele pelas razões antigas do Governo do Piauí e dizia isso a alguns políticos entre os quais Ney Braga.

Mas Geisel foi indicado sucessor de Médici, e Petrônio precisava ter uma relação com Geisel, o que já tardava. Ney Braga foi ao Rio de Janeiro, falou com o General Geisel e disse-lhe: “Goste ou não do Petrônio, o senhor terá que falar com ele, porque ele precisa coordenar a sua sucessão no Partido”. Geisel então concordou em recebê-lo por 15 minutos. Recebeu-o, conversaram por mais de meia hora. Depois mandou chamar Petrônio de volta para continuar as conversas e ficou absolutamente encantado pela inteligência de Petrônio.

Daí por diante, passou a ser o político que o Presidente mais consultava. Em dado momento houve um episódio em minha vida, bastante grave.

Geisel assumiu a Presidência da República e decidiu restaurar a democracia no País, mas ele era um homem de Estado Maior, que fazia as coisas de maneira pensada, e não por impulso. Chamou os Líderes do Congresso e disse-lhes:

Os senhores precisam me ajudar no processo de distensão cuja liderança estou entregando ao Senador Petrônio Portella. Eu sou contrário ao AI-5, mas não posso revogá-lo agora.

Voltaram de lá os Líderes. Era uma conversa sigilosa. E eu acabei tomando conhecimento, como jornalista, da conversa. Publiquei-a no dia seguinte em mais de vinte jornais. Manchete nos jornais: “Geisel é contra o AI-5”.

Isso posto, os comandantes militares começaram a telefonar para os Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, perguntando que absurdo era aquele. Decidiram, então, fazer uma reunião no Palácio do Planalto os Ministros militares e o Ministro da Justiça, Armando Falcão, junto com o Chefe do SNI, que era o General João Figueiredo.

A decisão que eles tomaram: prender o jornalista, enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional e fechar os jornais por 30 dias, pelo absurdo que havia publicado. Levaram essa decisão ao Geisel, que, prontamente discordou esclarecendo que o jornalista havia publicado o que ele dissera aos Líderes políticos. “Esses é que não deveriam ter sido inconfidentes”, na opinião do Presidente.

Quinze dias depois, sou convidado por Geisel para uma conversa. Ele não gostava da imprensa, não conversava com jornalistas, não concedia entrevistas aqui no Brasil; apenas no exterior. Ele conversava com os donos de jornais.

Eu fui para a conversa, que durou uma hora e meia. Contou-me que havia encarregado realmente Petrônio de coordenar a distensão política.

Disse-me mais: que a ele só iam pessoas e políticos para proclamar as excelências do Governo, dos Ministros e dele próprio. E ele não achava que isso fosse verdadeiro. Sentia horror aos adulões e queria uma voz diferente, próxima dele, alguém que pudesse falar abertamente, francamente sobre o Governo, sobre os Ministros, sobre ele próprio e sobre as decisões que estavam sendo tomadas.

E, a partir dali, eu passei a conversar com o Presidente, uma, duas, três vezes por semana. Ora eu ia lá, ora telefonava para ele.

Liguei-me também, por instrução dele, ao Ministro Golbery, que, ao lado de Petrônio, estava encarregado da formulação estratégica da grande abertura política que haveria de ser concluída com a revogação do AI-5. E assim foi por muito tempo.

Diariamente eu conversava, como jornalista, com Petrônio Portella. Eu e outros companheiros. Ele era uma fonte inesgotável de informações, de bom senso, de inteligência e de talento político. Convidou-me certa vez para acompanhá-lo aos Estados durante a missão de que nos fala João Vicente Claudino. A tarefa consistia no levantamento de nomes em condições de governar as unidades da Federação.

Petrônio Portella foi à todas as capitais e conversava incansavelmente, durante o dia inteiro e durante a noite inteira. Nós todos ficávamos cansados menos ele. No dia seguinte, logo cedo, já estava a postos para continuar o trabalho Estado por Estado, até concluir o relatório final ao Presidente da República.

Esse foi o Petrônio que eu conheci. Um dos políticos mais talentosos do século passado e que tem merecido muito mais homenagens, como diz João Vicente Claudino, do que as recebidas. O País não tem sido suficientemente justo com Petrônio Portella.

Mais tarde, quando Geisel saiu do Governo, eu o visitava em Teresópolis toda semana, conversávamos muito sobre todos esses fatos pretéritos. Certa vez, perguntei-lhe porque havia escolhido o General João Figueiredo seu sucessor. Ele me olhou longamente e disse: eu perguntei ao Petrônio Portella sobre se nós já poderíamos indicar um civil para a Presidência da República; perguntei a outros civis e eles me desaconselharam. Eu, de fato, pensava muito no nome de Petrônio Portella. Mas ele próprio achou que deveria-

mos ter um pouco mais de prudência para que essa questão fosse decidida com segurança.

Isso mostra a desambição desse homem extraordinário. É claro que ele sabia que Geisel tinha uma grande inclinação pelo nome dele, mas ainda assim o desaconselhou.

No passo seguinte, já no Ministério da Justiça, ele era sem dúvida o nome de mais força no regime para a sucessão presidencial.

Petrônio foi o artífice, indiscutivelmente, da grande abertura e da restauração do regime democrático, da revogação do AI-5.

Samuel foi o consolidador desse processo. Não tivéssemos tido um homem como José Sarney na Presidência da República naquele instante, e tudo poderia ter sido perdido. Esta eu considero a grande obra do Governo José Sarney: a consolidação do regime democrático.

Eu costumo dizer que a revolução que tivemos não era exatamente uma ditadura. Ditadura foi a de Getúlio Vargas; os militares implantaram um regime de exceção, um regime autoritário, mas tínhamos eleições regulares estabelecidas por lei; o Poder Judiciário não foi fechado; o Congresso Nacional posto em recesso em certo momento; mas não fechado definitivamente.

Mas, se não tivéssemos contado com homens dessa têmpera no encaminhamento da restauração do processo democrático do Brasil, seguramente poderíamos ter caminhado – aí, sim! – para um regime totalitário absoluto, para a tirania, para a preexistência de déspotas dirigindo o Brasil.

O episódio do Ministro Sylvio Frota foi um deles. Recordo-me de que eu era editor do *Correio Braziliense* quando o Presidente Geisel demitiu o General Sylvio Frota do Ministério do Exército. Frota resistiu, não queria entregar o Ministério. Redigiu uma nota em que dizia haver 96 comunistas integrando a cúpula do Governo naquele momento. Mandou-a para os jornais.

O Governo impediu a publicação da nota. Em dado momento, naquele mesmo dia, eu recebo um telefonema do Ministro Golbery, no jornal, perguntando-me o que eu achava, porque Petrônio Portella havia sugerido a publicação da nota, a suspensão da censura naquele momento. O que eu achava?: ora, Ministro, deve publicar mesmo, porque isso vai acabar de expor o General Sylvio Frota, o que ele é de fato, um totalitário. Ele quer ser ditador no País.

A nota foi liberada.

Depois, o próprio Presidente Geisel me disse, em Teresópolis, que Petrônio fora fundamental naquele instante de dificuldades por que passava o regime.

Eleito Deputado Federal em 1978, assumi o mandato em 1979. Fui nomeado primeiro Vice-Líder da Are-

na e do Governo na Câmara. Resolvi patrocinar uma emenda constitucional, já no Governo Figueiredo, restabelecendo a eleição direta dos Senadores. Eu achava que, se começássemos por aí, chegaríamos, finalmente, à completa normalização das eleições diretas.

Perguntei então ao Ministro Petrônio e perguntei a meu Líder, o Deputado Nelson Marchezan. Ambos me apoiaram. E Petrônio fortemente, dizendo-me que deveríamos ir um pouco além. Em seguida, o Governo envia ao Congresso Nacional uma emenda constitucional – a minha não havia sido votada ainda – ampliando a eleição direta também para governadores. Isso tudo nasceu da cabeça de Petrônio, que concebera um plano para que a abertura fosse sendo conquistada, passo a passo, até que chegássemos ao regime democrático, às liberdades que temos hoje em nosso País.

Morre Petrônio. Fui ao seu sepultamento. Chovia naquele momento. Arranjou-se um guarda-chuva e sob ele ficamos, Geisel e eu. Ele olhava, longamente, para Petrônio naquela situação.

Dirigiu-se a mim, ao cabo de algum tempo:

Lobão, agora o Brasil vai descobrir, definitivamente, quanto o Petrônio foi importante para a restauração do regime democrático em nosso País.” Esse homem que desaparece foi uma das maiores figuras políticas que eu já conheci ao longo de toda a minha vida, extremamente útil na condução do Brasil ao seu leito democrático, ao seu álveo democrático.

Vejo agora este livro que acabo de receber e nele encontro uma quase sentença do Ministro Golbery do Couto e Silva:

[...] Dizer-se, pois, que foi grande político [ele se refere a Petrônio Portella], preste-se a interpretações amesquinadoras de sua efetiva grandeza, uma vez que mestre o foi, exímio, em qualquer dos degraus da variada práxis política.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a oportunidade de ter dito algumas palavras, de ter dado alguns testemunhos sobre esse grande homem público Petrônio Portella. Ele honrou e dignificou a vida pública brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Exm^o Sr. Senador José Sarney; Exm^o Sr. Senador João Vicente, signatário do requerimento de realização da presente sessão; Exm^o Sr. Deputado Federal Mauro Benevides, que compôs, naquela época,

como 2^o Secretário, a Mesa do Senado; Sr^a Iracema Portella Nunes, viúva do homenageado; Senador Eloi Portella; Sr^a Sônia Portella; Sr. Petrônio Portella Filho; Sr^a Patrícia Portella; senhores genros, netos, nora; Sr. Prefeito de Teresina, Elmano Férrer de Almeida; Sr. Pedro da Silva Ribeiro, representante da Academia Piauiense de Letras; senhoras e senhores convidados, não tive a felicidade, como Edison Lobão, da convivência com o Senador Petrônio Portella. Entretanto, tive um período, como estudante em Teresina – e já muito curioso –, de conviver com Petrônio Portella, quando frequentava a Praça Deodoro, olhando as normalistas e conversando com os políticos. Muito jovem, sempre gostei muito de política. Tive oportunidade de vê-lo como Prefeito de Teresina. Em alguns momentos, até mesmo acompanhei e me lembro de passagens interessantes. Quando Magalhães Pinto ganhou a eleição em Minas, ele fazia referências à antiga UDN – “que vitória expressiva!” – e falava de outras vitórias que não me vêm à memória agora.

Mas acompanhei também Petrônio Portella na inauguração do Mercado do Cajueiro e em algumas obras públicas em Teresina, apenas como jovem curioso pela política, e já antevia em Petrônio Portella um futuro político nacional. E foi o que vimos aqui, por intermédio dos que me antecederam, contando suas histórias, suas passagens pela política brasileira.

Ao contrário do Senador Edison Lobão – e a história não tem idade –, procurei fazer um discurso elaborado sobre Petrônio Portella, que, me permitam, gostaria de homenagear, mesmo sem ter tido a oportunidade de uma convivência mais próxima.

Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadores, caros familiares, ilustres convidados, vir a esta tribuna reverenciar a memória de um político da grandeza de Petrônio Portella é uma honra da qual poucas pessoas podem desfrutar – e o faço com alegria e humildade.

Sua obra política é um legado inestimável, e até hoje seus ensinamentos estão presentes entre nós, meu caro Senador Eloi.

A moderna democracia brasileira, na qual todos os segmentos sociais e interesses políticos convivem num regime democrático pleno, é uma herança que Petrônio Portella deixou para o sistema político brasileiro, pois foi o responsável pelo início do debate político responsável pela redemocratização do nosso País.

Sempre buscou o entendimento entre os contrários, e esta é a essência da ação política parlamentar: o entendimento, a construção do consenso. E nisso Petrônio Portella foi um grande mestre.

Recordo-me, Sr. Presidente, de um período tenso, ainda no início dos anos 1980 do século passado, uma época de difícil relacionamento entre políticos e

militares, o clímax de uma crise institucional aguda entre os três Poderes, sobretudo entre o Parlamento e o Executivo, quando, em um determinado momento, um líder parlamentar caminhou do Congresso até o Palácio do Planalto em busca do diálogo com os militares, para iniciar uma nova etapa nas relações institucionais entre os Poderes, em prol da Nação e da reconstrução de uma democracia participativa e representativa. Foi um marco histórico!

Aquele momento teve uma significação profunda, pois influenciou a ação política de líderes imbuídos da responsabilidade de promover o diálogo democrático, negociando o estabelecimento da normalidade jurídico-institucional, para que o País pudesse voltar a ser gerido sob a égide da legalidade e ao ritmo complexo da democracia.

Sabemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Convidados, que, em momento de crises institucionais, o Brasil sempre contou com líderes comprometidos com a volta à normalidade, mas Petrônio Portella foi um líder cuja grandeza transcendeu sua época, pela sua visão de futuro, sua capacidade de articulação e de negociação, além de dispor de um carisma próprio tão necessário naquele momento histórico e tão profícuo que, até hoje, a força de sua influência é sentida entre nós.

Sua liderança foi expressiva num período duro, difícil, tenso, tempo que exigiu a atuação pragmática e meticulosa de homens de fibra, dotados de civismo e compromisso com a liberdade democrática. Como líder, recorreu ao diálogo e à negociação paciente para a construção de um projeto de redemocratização passo a passo.

Atuou aparando arestas, minimizando conflitos, evitando pontos sensíveis na negociação com os detentores do poder. Naquele difícil momento, empreendeu árdua tarefa, que requeria, para lograr êxito, a sensibilidade política e a sabedoria que somente os grandes líderes visionários possuem. Sua perspicácia política o fez agir meticulosamente, vencendo etapa por etapa, pavimentando o caminho para a redemocratização e para a construção de um projeto de nação, que, agora, trinta anos depois de sua passagem, podemos vislumbrar sua efetiva elaboração e viabilização, porque tudo indica, Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e convidados, que o atual sistema político brasileiro apresenta indícios de sabedoria consensual e foco para a construção de um Brasil com que os grandes brasileiros sonharam e de que todos poderão desfrutar!

Ao estudarmos os mais importantes períodos da nossa história política, encontraremos entre os grandes líderes, os brasileiros mais admiráveis, um político

hábil, tenaz, paciente, sincero e carismático chamado Petrônio Portella, cuja credibilidade republicana o transformou no grande arquiteto político da redemocratização da década de 1980.

Como eu já disse, Sr. Presidente, sua legítima iniciativa parlamentar de buscar o diálogo, como líder de um poder e imbuído de sincera e democrática intenção de promover a negociação para resgatar a normalidade democrática, credenciou-o, junto aos militares que comandavam o País, a articular com as forças políticas nacionais um novo consenso, de forma a viabilizar a reconquista do poder político.

Petrônio Portella tornou-se, além de Presidente do Congresso, o primeiro Ministro da Justiça da transição para a democracia. Foi o líder parlamentar que migrou para o Executivo com a missão de consolidar o projeto de transição política conhecido, historicamente, como o período da abertura.

Foi o precursor institucional do diálogo político responsável, isento de ideologias tendenciosas e antagônicas, que inviabilizavam o consenso, mas tão vivas naquele período histórico!

Pelo seu caráter magnânimo e sua vocação para a negociação política pragmática e responsável, ficou conhecido e admirado. Tornou-se a grande esperança da sociedade para ser o Presidente do País redemocratizado, mas assim não quis a história... Sabemos. O destino quis que fosse o grande negociador que foi.

Sr. Presidente, este é um momento solene de homenagem, mas também de aprendizagem, de consolidação de valores cívicos.

Foi a partir do processo de abertura política que aconteceu um reordenamento da estrutura político-partidária e deu-se início a uma nova etapa da redemocratização nacional. Esse novo modelo desembocou, anos depois, em eleições diretas, passando pelo colégio eleitoral e pela escolha indireta do Presidente do Brasil.

Hoje, o País vive um momento pleno de liberdades democráticas!

Os jovens, quando estudam a recente história política brasileira, certamente, encontram muitas referências sobre tão admiráveis lideranças, mas, com certeza, não têm como recordar a emoção daqueles momentos efervescentes, nos quais lutávamos pela reconquista da democracia e do direito de participação. Foi uma época intensa, de emocionantes esperanças. Foram décadas intensas de emoções políticas, de debates, mas, sobretudo, de aprendizagem.

A herança mais visível daquele período, Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e ilustres convidados, foi o fortalecimento do Brasil para dar o grande salto qualitativo que precisa dar.

Como cidadão e Senador pelo Distrito Federal, orgulho-me de registrar, desta tribuna, que todo esse avanço político-institucional começou com a iniciativa de um Senador que presidiu esta honrada Casa e que engrandeceu, mais ainda, o Senado Federal.

Ele teve a humildade de buscar o diálogo quando muitos tinham vontade de manter o Parlamento fechado, os direitos políticos de representantes populares cassados, a censura vigente e as instituições enfraquecidas, amordaçadas, cerceadas e impedidas de cumprirem plenamente suas missões institucionais.

Petrônio Portella foi a própria força viva do Parlamento, uma voz inquebrantável, forte, sincera, que irradiava energia democrática!

Político de estirpe sertaneja, homem de fibra, comprometido com sua terra, sua região e sua gente, conhecedor dos mais profundos problemas brasileiros, foi a expressão mais forte de uma geração de políticos brilhantes e capazes de empreender uma engenharia política complexa e de difícil negociação e implementação, mas que resultaria na redemocratização do Brasil.

Foi vitorioso o Brasil. Venceram os brasileiros! Os brasileiros todos somos também vencedores.

Aquele período histórico foi um momento difícil de suportar, pois o regime de exceção usava todos os artifícios a que a tirania recorre para fazer valer suas vontades, sempre em detrimento da liberdade e da legalidade.

Petrônio Portella não se intimidou, buscou o diálogo possível e conseguiu vitórias retumbantes, das quais o Brasil, ainda hoje, se regozija.

Foi um grande líder, o arauto mais incisivo da liberdade vindoura, num tempo de obscuridade, de indefinições e de insegurança em todos os níveis, desde o jurídico e o institucional até o individual.

Teve, sim, a felicidade e a sorte, podemos dizer, de contar com outros bravos Parlamentares, que, atuando em conjunto, mostraram ao País que o Parlamento poderia devolver a paz à Nação.

Petrônio Portella viveu intensamente uma época inesquecível, mas partiu repentinamente.

Sr. Presidente, o Brasil chorou, juntamente com os familiares, os servidores e toda a sociedade, a perda repentina de um dos mais ilustres brasileiros de toda a história republicana.

Recordo-me daquele sentido momento, no qual o Senado velava o seu líder e outras lideranças faziam a sua última homenagem àquele que foi o grande pavimentador da reconquista da liberdade.

As palavras fortes e sinceras do Líder do Governo, o então Senador Jarbas Passarinho, ressoaram com energia cívica pelo contrito ambiente do Congresso

Nacional, mas foram as sentidas palavras de um Senador nordestino, vindo de Alagoas, o Menestrel da Liberdade, Teotônio Vilela, que calaram fundo no coração e na alma de todos os presentes, vibrando por todo o Salão Negro e demais ambientes do Congresso, tal qual o canto sentido do assum preto, irradiando uma energia diferente, misto de tristeza e desalento, mas esperançosa.

Foi preciso – palavras de Teotônio – que um líder oriundo de uma das regiões mais esquecidas, sem voz, sem visibilidade, assumisse a condição de grande negociador político para que o Brasil despertasse novamente e uma grande mobilização democrática acontecesse a partir daquele instante.

A voz rouca de Petrônio Portella prenunciava o fim de uma época obscura e autoritária. Foi, sim, o grande arauto da liberdade, Sr. Presidente.

O seu passamento trouxe, momentaneamente, uma sensação de vazio, logo substituída pela luminosa lembrança daquele cuja esperança de um Brasil livre se esparramara por toda a sociedade, mobilizando-a intensamente para a luta pela redemocratização, pelas eleições diretas e pelas mais prezadas liberdades democráticas, como a de expressão e de participação política cidadã.

Sua ação política redemocratizadora levou o Brasil à Constituinte e criou as bases para uma Nação soberana.

Petrônio Portella partiu, como partiram outros companheiros que também pelejaram por um Brasil melhor. Nós continuamos a sua obra.

Neste momento solene reverenciamos sua saudade, celebrando sua presença em espírito, mantendo o compromisso de continuarmos alertas e atuarmos diligentemente para aperfeiçoarmos as nossas instituições democráticas, aumentando o bem-estar da nossa gente.

Ofereço à família de Petrônio Portella, sua esposa, Dona Iracema, suas filhas Patrícia e Sônia, seu filho Petrônio, as minhas mais sinceras homenagens. E também ao seu irmão Eloi e a todos os parentes, genros, noras, e convidados, agradecendo a todos os senhores pelas dádivas em prol da democracia que seu esposo, Dona Iracema, que seu pai, Petrônio, generosamente, a todos nós ofereceu com sua atuação e sua própria vida.

O Brasil continua orgulhoso de tê-lo tido como líder do início da redemocratização, do período mais longo de liberdade republicana que conhecemos.

Muito obrigado a todos.

Eu, como parlamentar piauiense por escolha da Assembleia Legislativa daquele Estado, não poderia deixar de vir aqui, mesmo sem ter tido a oportunidade

de conviver com Petrônio Portella. Mas a história não tem idade para lhe fazer esta homenagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Senador Marco Maciel dirigiu ao Senador João Vicente Claudino uma carta referindo-se a esta homenagem. Determino a sua publicação nos Anais da Casa.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PRESIDENTE JOSÉ SARNEY.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasília, 25 de novembro de 2010

Caro Senador João Vicente Claudino,

O Senado Federal fará realizar, na próxima segunda-feira, 29 de novembro, Sessão Especial destinada a reverenciar a memória do Senador Petrônio Portella, em razão de requerimento de autoria de Vossa Excelência.

Quero cumprimentá-lo pela iniciativa da homenagem ao ilustre homem público de origem piauiense e, privado de comparecer, como de meu desejo, à sessão, solicito de Vossa Excelência a gentileza de transmitir minhas felicitações aos presentes, em especial a Dona Iracema Portella, esposa, no sentido mais amplo, belo e puro que o matrimônio possa apresentar.

Numa demonstração de reconhecimento aos méritos de Petrônio Portella, citaria pequeno trecho do que escreveu o Ministro Golbery do Couto e Silva, na apresentação do volume Tempo de Congresso II, de autoria do homenageado por esta Casa:

Esse é o líder verdadeiro, em seu profetismo arrebatador e carismático, em quem o povo, a Nação toda acaba por enxergar sua própria encarnação em moldes humanos. A Petrônio Portella não lhe foi dado alcançar tais culminâncias. Tinha tudo para isto e o sentimento bem generalizado no País é o de que a morte lhe ceifou, inexorável, a plena marcha ascensional à suprema magistratura da Nação.

Continua atual o pensamento de Petrônio Portella, nos idos de 1972, quando presidia pela primeira vez o Congresso Nacional:

Eis o legado que recebeu nossa geração: o espetáculo da conquista da lua, o domínio total do homem sobre a natureza, o gigantismo das corporações multicionais, destituídas de outra motivação que não seja o lucro, as armas atômicas criando o falso equilíbrio do terror, e o homem, diante do mundo transformado, atônito e sem força, para deter a máquina que ele

criou e não sabe como fazê-la parar. Sociedades e Nações, na instabilidade das mutações vertiginosas, assistindo à morte das crenças e ao império dos interesses ocasionais.

Cremos na vida democrática, reino onde os direitos protegem todos os cidadãos. Nela, todavia, meios eficientes hão de ser dados ao Estado, na medida dos ataques possíveis ao organismo social. Mas nos recusamos a aceitar a tese que, a pretexto de proteger o homem, o desampare, atribuindo-lhe direitos que são usufruídos por poucos, enquanto a massa viva marginalizada, sob o pauperismo desumanizante. Os reclamados direitos do homem encobrem uma realidade excludente da proteção da Justiça.

Na instalação dos trabalhos da Sessão Legislativa Ordinária da Legislatura que findaria em 1978, o Presidente do Congresso Nacional Petrônio Portella conclamava:

Nossa instituição, Senhores Congressistas, tem um inimigo permanente: o radical. Ele não convive, isola-se ou se confina em grupos para atacar e destruir.

Somos o Poder sem força material, sem os meios de efetivar os atos de que resultem o bem-estar e o conforto imediato do cidadão; apesar da nossa destinação original, somos apenas parceiros na atividade legislativa, mas somos o Poder contra o qual a força fora da lei investe, os fanatismos monopolizadores da verdade e da virtude agridem e combatem.

Recusamos os apelos individualistas dos que desrespeitam o povo a pretexto de defender-lhe os direitos.

As reformas marcarão a vida do País, dando-lhe mecanismos embasados nos melhores princípios jurídicos, que, protegendo a liberdade do indivíduo, não comprometam a tranquilidade social.

Conheci Petrônio Portella logo ao chegar a Brasília, como Deputado Federal. Tive o privilégio de com ele conviver durante meus dois mandatos na Câmara dos Deputados e sob sua orientação participei ativamente no sentido que a Missão Portella – tarefa que lhe delegara o Presidente Ernesto Geisel – com o objetivo de percorrer o País e concluir o processo de transição para o Estado Democrático de Direito. Admirei-o desde o primeiro momento. A propósito, reproduzo o depoimento de Jarbas Passarinho:

Rápido no raciocínio, duro na resposta, ora irônica, ora sarcástica, vergastava e era vergastado, mas a voz não silenciava. Crescia na argumentação que fazia, devolvia o ataque prontamente, não era dos que amadureciam o pensamento para responder depois.

Seu alto senso de autoridade, poucas vezes vi em outras pessoas.

Fica, assim, um pequeno registro sobre a personalidade vibrante de Petrônio Portella.

Com os votos de que a homenagem do Senado da República a seu ex-Presidente seja coroada de êxito, envio ao nobre colega o abraço amigo

Senador Marco Maciel

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, cuja presença à frente do Congresso Nacional dignifica o Parlamento brasileiro, enobrece a vida pública nacional; Srs. Senadores que aqui estão, que saúdo na pessoa também do autor do requerimento de convocação desta sessão solene, o Senador piauiense João Claudino; demais Senadores que aqui estão e que ocuparam a tribuna, Senador Edison Lobão, Senador Adelmir Santana, enfim, todos aqueles que enalteceram aqui a figura excepcional do grande piauiense e ilustre brasileiro Petrônio Portella, eu quero aqui saudar, por imperativo sentimental sobretudo, essa dama extraordinária Iracema Portella, que foi, sem dúvida, a grande inspiradora das lutas e das batalhas enfrentadas por Petrônio Portella em tantos anos de serviços prestados ao Piauí e ao País. Quero saudar os seus filhos, Sônia, Patrícia e Petrônio Filho, os netos que aqui estão, noras, enfim, a família Portella, especialmente daquele que exerceu também, como Petrônio, o mandato de Senador da República, o meu amigo Eloi Portella, que aqui traz a participação também de todos os seus parentes que lá do Piauí ou de Brasília vieram confraternizar conosco nessa rememoração trintenária do desaparecimento do bravo, do extraordinário, do inexcusavelmente competente homem público Petrônio Portella.

Quero aqui saudar também o Prefeito de Teresina que nós do Ceará emprestamos ao Piauí para que ele servisse à capital piauiense, o Elmano Férrer de Almeida; quero saudar o desembargador que representa o Tribunal de Justiça; enfim, todos aqueles que se acham presentes neste plenário, trazendo na contribuição de sua presença uma reverência à memória imperecível de Petrônio Portella. Mas não me dispensaria, Sr. Presidente José Sarney, de lembrar neste plenário a presença de um homem que com 50 anos

de atividade na vida pública exerceu com dedicação, devotamento e competência exemplares a condição de Chefe de Gabinete de Petrônio Portella – Antônio Araújo, piauiense que se encontra aqui no plenário do Senado Federal. (Palmas) A ele, portanto, as nossas homenagens, porque não foram poucos os momentos em que Antônio Araújo compartilhava das apreensões de Petrônio Portella. Mas o fazia com competência e com discrição; não transparecia para nós próprios que convivíamos de perto com Petrônio Portella aquelas angústias que vivenciava o seu chefe quando os seus planos imediatamente não eram concretizados pelo governo a que ele servia com dedicação, sim, mas sempre com aquela hombridade, com aquela perseverança de buscar aquilo que José Sarney, amigo incomparável de Petrônio, relatou primorosamente no seu discurso.

O Petrônio, em todas as etapas da sua vida pública, teve sempre aquela diretriz, aquele roteiro, aquela busca indormida para que nós ultrapassássemos uma fase extremamente delicada da vida pública brasileira, sobretudo aquele momento em que, graças ao seu esforço, à sua clarividência, ao seu descortino incomparáveis, ele sensibilizou o Presidente Ernesto Geisel para reorientar a vida político-institucional brasileira a fim de que saíssemos daquela fase de arbítrio e pudéssemos vislumbrar num futuro bem próximo aquilo que era o anseio geral de todos nós e que foi destacado pelo nosso companheiro Ministro e Senador Edison Lobão. É exatamente a busca da normalidade institucional com o retorno do País ao Estado democrático de direito, a que somente se chegou alguns anos depois – Petrônio não estava mais entre nós –, em 5 de outubro de 1988, quando o grande e saudoso Ulysses Guimarães, naquela tarde memorável, exibiu o primeiro exemplar da Carta Cidadã, dizendo que ela era o repositório de tudo que representava na época os anseios mais justos e mais legítimos da cidadania.

Quando se fala, Sr. Presidente, naquele ponto essencial de atuação de Petrônio Portella, que era exatamente a reforma política lenta e gradual, ele soube conduzir o processo para que, a cada momento, nós ultrapassássemos os embargos que obstaculizavam o atingimento daquela meta. Ele conversava com a CNBB. Ele conversava com as Centrais Sindicais. Ele conversava com a ABI. Trazia ao seu gabinete a grande e inolvidável figura de Barbosa Lima Sobrinho. Em todos ele incutia aquela esperança fagueira de que nós vislumbraríamos, em um momento muito próximo, aquilo que era desejo de toda a nossa comunidade.

Tivemos naqueles momentos também as dificuldades que Petrônio lutava, brava e heroicamente, para superar, convencendo o Palácio do Planalto, conven-

cendo o Presidente Ernesto Geisel, sobretudo para que nós alcançássemos, no menor espaço de tempo possível, aquela redemocratização, que teve, sim, tropeços, vários tropeços. Um deles, Sr. Presidente, eu me permito relemburar neste instante, oferecendo meu testemunho, eu que fui Secretário de Petrônio Portella e que nesta solenidade de hoje falo em nome dos remanescentes. Sou o remanescente exclusivo daqueles que já partiram para a eternidade e vou mencionar seus nomes: José Lindoso, 1º Vice-Presidente; Amaral Peixoto; Mendes Canale, 1º Secretário; Henrique de La Rocque, 3º Secretário; Renato Franco, 4º Secretário. Aquela equipe trabalhava permanentemente com Petrônio Portella, ouvindo seu aconselhamento, suas diretrizes, e sobretudo identificando em Petrônio aquela figura notável do homem público que sabia comandar, que sabia dirigir, mas sabia respeitar o pensamento e as opiniões divergentes.

E neste plenário, em 1975, quando nós Senadores aqui chegamos pela primeira vez, aqueles dezesseis Senadores traziam consigo uma grande bandeira empalmada por todos nós, que era a da normalização institucional.

Nós aqui, quantas e seguidas vezes, assistimos ao plenário lotado de Parlamentares que deixavam o plenário da Câmara e vinham aqui assistir a quê? Ao grande debate institucional entre Petrônio Portella, Líder do governo, e Paulo Brossard, Líder da oposição. Eles se antagonizavam sim, mas se respeitavam mutuamente, porque ambos queriam realmente que a consistência democrática prevalecesse em nosso País.

Pois bem, tivemos dificuldades maiores. Quando se agravou o quadro político militar, no dia 12 de outubro, naquele semiferiado, aqui em Brasília, o 1º Secretário do Senado, Mendes Canale, e eu, 2º Secretário, nos encontrávamos aqui, naquele trabalho de recuperação burocrática de processos submetidos à nossa Secretaria. E então nós visualizávamos, no Palácio do Planalto, aquelas providências – como se disse – adotadas pelo General Hugo Abreu, de ocupar o teto do Palácio do Planalto com alguns militares e um instrumental para evitar qualquer avanço que pudesse significar a destituição do Presidente da República.

E agora vou falar ao coração da Dona Iracema.

Nós, Mendes Canale e eu, buscamos um carro que não fosse de chapa oficial – um ou dois carros, naquela ocasião –, de chapa amarela, e mandamos à granja Valença, em Sobradinho, aqui perto, onde estava o grande lutador e batalhador Petrônio Portella, repousando das canseiras do cotidiano legislativo e das angústias políticas.

Mandamos um bilhete cifrado, dizendo que Petrônio deveria voltar imediatamente a Brasília porque

nós o aconselhávamos que estivesse presente aqui, a fim de que acompanhasse de perto. Não dissemos a ele, na comunicação, qual era o fato tão relevante que justificaria a interrupção daqueles momentos em que ele se retirara para o convívio da família. Mas ele veio assim mesmo, e começou a ser copartícipe daquelas grandes decisões que significaram o fortalecimento do Presidente da República Ernesto Geisel e a sequência de tudo aquilo que terminaria exatamente pela concretização do momento político, da distensão política que era desejada por todos eles.

Quero dizer neste instante que a admiração por Petrônio eu a mantenho em todos os momentos. E vou fazer uma revelação aos presentes. O Presidente José Sarney sabe disso porque sempre foi o conselheiro nos momentos das grandes decisões. Houve um momento em que deveríamos compor, em 1991 e 1992, a nova Mesa do Senado Federal.

E então: “Meu Deus do céu, como é que eu posso homenagear Petrônio Portella?”. Aí brotou aquela ideia genial de trazer para a Secretaria o Senador Lucídio Portella. Era uma forma indireta de homenagear Petrônio por meio daquela figura, do Lucídio, com quem convivi muito de perto, um homem de posições firmes e decididas, que aqui contribuiu significativamente naquela fase em que tive de conduzir o Senado, e fazê-lo enfrentando momentos e dificuldades conjunturais que foram superadas naquela ocasião.

Portanto, na rememoração desses fatos, Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex^a, que flexibilizou a interpretação, a exegese do Regimento da Casa para permitir que aquele que não é mais Senador pudesse, como Deputado Federal, oferecer não um discurso ou palavras como aqueles discursos primorosos que aqui ouvimos, mas apenas um depoimento que consubstancia a admiração profunda e a saudade eterna de um homem público que a Pátria haverá de reverenciar para sempre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Ouviremos agora, em nome da família de Petrônio Portella, a Sr^a Sônia Portella Nunes.

A SR^a SÔNIA PORTELLA NUNES – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney; Exm^o Sr. Senador João Vicente Claudino; Exm^o Deputado Mauro Benevides; muito querido tio, ex-Senador, que considero o melhor amigo de meu pai, Eloi Portella; demais autoridades presentes; Srs. Senadores; senhoras e senhores, o cultivo da memória nos oferece a única forma de consolação da saudade. E a homenagem que se presta a meu pai no dia de hoje, neste plenário, objeto de sua reverência, por amigos

fraternos, companheiros, admiradores e familiares, é quase uma evocação de sua presença.

Embora tendo nos deixado há trinta anos, é como se, juntos, fôssemos capazes de atraí-lo até aqui neste momento. Ele e sua sabedoria magnânima, ele e sua tolerância larga, ele e sua generosidade incansável, ele e seu senso de humor adorável, ele e sua elegância imanente, ele e seu romantismo escancarado. Em nome de minha mãe, Iracema, e de toda nossa família, agradeço a esta Casa, em especial ao Senador João Vicente Claudino, autor da ideia, este momento de afluxamento de recordações e conagração na saudade de nosso amado chefe de família.

Meu pai foi um político que sabia dizer não. Sabia, também, tergiversar admiravelmente, fazer digressões, falar em códigos e até sofismar, quando as circunstâncias impediam-no de falar abertamente. Mas os que vinham a conhecê-lo aprendiam que podiam lhe ter confiança. Isso porque a atividade política, a par de aprofundar seu interesse no ser humano e nas suas circunstâncias, aprimorou nele a necessidade de rigorosa coerência interna que restava manifestada em cada um de seus atos e palavras. Não havia vários Petrônios, mas um só, sempre o mesmo homem fiel às suas convicções e prestando contas à sua consciência de modo permanente.

Não considero que tenha sido fácil minha posição e a de meus irmãos como filhos do político Petrônio Portella. Sua atuação nos governos militares, de promotor da democracia nos círculos internos ao tempo em que dedicava a sua oratória à defesa do regime de então – embora sempre buscando realçar o aspecto de transitoriedade desse mesmo regime –, retirava a nitidez de sua imagem política e disseminava juízos errôneos e equívocos sobre sua integridade e seus justos motivos. Situação incômoda e, por vezes, dolorosa para os filhos, mas sempre gerenciada com admirável habilidade por minha mãe, Iracema. Os dissabores, as incompreensões, os temores, tudo amparado pela serenidade espiritual e fortaleza de caráter que compõem, marcadamente, sua personalidade. É certo, pois, que a companheira amenizou sobremaneira os fardos que o político e o homem carregaram ao logo da vida.

É fato que os cargos jamais retiraram o nosso pai de nosso convívio. E a intensidade de seu interesse pelos nossos sentimentos e nossas opiniões gerava uma interlocução em que tudo cabia, sobretudo a humildade que ele frequentemente exercia diante dos filhos, de maneira a servir-nos de exemplo.

O meu pai partiu deste mundo, de forma devastadora, aos 54 anos, sem que tenha presenciado casamento de filho ou nascimento de neto e sem

que tenha vivido no Brasil de liberdades plenamente reconquistadas, esse que foi o objetivo maior de sua vida pública.

Fica aqui, por fim, a gratidão de nossa família pelas manifestações comoventes do Exmº Sr. Presidente José Sarney, dos Exmºs Srs. Senadores João Vicente Claudino, Edison Lobão e Adelmir Santana e do querido amigo de meu pai, o Deputado Mauro Benevides.

Muito obrigada a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Eu quero registrar e agradecer a presença de todos que vieram prestigiar esta sessão. E quero, em primeiro lugar, homenagear Dona Iracema, que é um elo imperecível e permanente com o nosso homenageado, Petrônio Portella.

Quero registrar a presença de Eloi Portella, irmão do homenageado e ex-Senador da República; de Sônia Portella Nunes, filha do homenageado, que acaba de nos brindar com um discurso tão bem-feito; de Petrônio Portella Nunes Filho, filho do homenageado; da Srª Patrícia Portella, filha do homenageado; de Cícero Portella Castro, neto do homenageado; da Srª Júlia Portella, neta do homenageado; de Thiago Portella Martins, neto do homenageado; de Gustavo Portella Martins, neto do homenageado; de Vinicius Portella Castro, neto do homenageado; de Antonio Carlos Sales Martins, genro do homenageado; da Srª Cristina Portella Martins, nora do homenageado; do Sr. Antônio Carlos de Almeida Castro, genro do homenageado; do Prefeito de Teresina, Sr. Elmano Férrer de Almeida; do Sr. Pedro da Silva Ribeiro, representante da Academia Piauiense de Letras; e de todos os presentes, das senhoras e dos senhores.

Acabamos de realizar nesta Casa uma das sessões mais justas, mais significativas e, sobretudo, mais necessárias, para permanentemente lembrar a memória de Petrônio Portella, que foi não só um grande político, um exímio político, mas sobretudo um grande homem público, um grande patriota, um grande democrata.

Cumprida a finalidade desta sessão, vou encerrá-la, para que todos tenham a oportunidade de cumprir os parentes do homenageado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 3 minutos.)

Ata da 194ª Sessão, Não Deliberativa em 29 de novembro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes e Acir Gurgacz

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 18 horas e 16 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a comemorar o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, de acordo com os **Requerimentos nºs 898 e 900, de 2010**, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se, na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 323, de 2009** (nº 1.372/2003, na Casa de origem, do Deputado Max Rosenmann), que *cria os Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia e dá outras providências*.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com emendas, o Projeto volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 25 de novembro de 2010, e publicou no dia 26 de novembro do mesmo ano, a **Medida Provisória nº 512, de 2010**, que “Altera a Lei no 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva”.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

Suplentes

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

Arthur Virgílio (PSDB)	Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	Antonio Carlos Júnior (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	Cícero Lucena (PSDB)

Jayme Campos (DEM)

Rosalba Ciarlini (DEM)

Bloco da Maioria (PMDB/PP)

Renan Calheiros (PMDB)

Valdir Raupp (PMDB)

Francisco Dornelles (PP)

Valter Pereira (PMDB)

Almeida Lima (PMDB)

Regis Fichtner (PMDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PCdoB)

Aloizio Mercadante (PT)

Marcelo Crivella (PRB)

João Ribeiro (PR)

Inácio Arruda (PCdoB)

Antonio Carlos Valadares (PSB) Renato Casagrande (PSB)

PTB

Gim Argello

Sérgio Zambiasi

PDT

Osmar Dias

Acir Gurgacz

*PSOL

José Nery

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Deputados

Titulares

Suplentes

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves (PMDB) Carlos Willian (PTC)

Fernando Ferro (PT) Vinícius Carvalho (PTdoB)

João Pizzolatti (PP) Mendes RibeiroFilho (PMDB)

Sandro Mabel (PR) Anselmo de Jesus (PT)

Jovair Arantes (PTB) Celso Russomanno (PP)

Hugo Leal (PSC) Lincoln Portela (PR)

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

João Almeida (PSDB) Vic Pires Franco (DEM)

Paulo Bornhausen (DEM) Arnaldo Jardim (PPS)

Fernando Coruja (PPS) Bruno Araújo (PSDB)

Antonio Carlos Pannunzio (PSDB) Felipe Maia (DEM)

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Márcio França (PSB) Vanessa Grazziotin (PCdoB)

Paulo Pereira da Silva (PDT) Fábio Faria (PMN)

***PRB**

Cleber Verde

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 26-11-2010
- Designação prevista da Comissão: 29-11-2010(SF)
- Instalação prevista da Comissão: 30-11-2010
- Emendas: até 2-12-2010 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 26-11-2010 a 9-12-2010 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 9-12-2010
- Prazo na CD: de 10-12-2010 a 2-2-2011 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 2-2-2011
- Prazo no SF: de 3-2-2011 a 16-2-2011 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 16-2-2011
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 17-2-2011 a 19-2-2011 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 20-2-2011 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 6-3-2011

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício PRES-21/2010**, do Presidente da Petrobras, Senhor José Sérgio Gabrielli de Azevedo, via fax, com Nota Técnica, contendo informações relativas às obras de construção da Refinaria Abreu e Lima-RNEST, em Recife/PE, e modernização e adequação da produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas-REPAR, em Araucária/PR, com indicativos de paralisação pelo Tribunal de Contas da União.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para fazer juntaada ao processado do **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 59, de 2010**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011”.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Antes de conceder a palavra, inscrevo-me para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

V. Exª fará uso da palavra, como orador inscrito, regimentalmente por 20 minutos, com os acréscimos de acordo com as necessidades de V. Exª.

Senador Acir Gurgacz, V. Exª está também inscrito para fazer uso da palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Senador Acir, no dia de ontem, tive a satisfação de participar do lançamento de um livro do Senador Pedro Simon que leva o título *A Diáspora do Povo Gaúcho*. E achei, Sr. Presidente, procedente que eu, no dia de hoje, nesta minha fala, comentasse um pouco sobre o Senador Simon e seu livro.

O evento, Sr. Presidente, aconteceu no Centro de Tradições Gaúchas Jayme Caetano Braun, onde centenas de pessoas estavam. Tive a felicidade, porque cheguei mais cedo, de ser o primeiro a receber o livro: *A Diáspora do Povo Gaúcho*, Senador Pedro Simon. É um belo livro. Passei o domingo lendo-o.

Gostaria de dizer, também, Sr. Presidente, que lá encontrei inúmeros amigos do meu torrão gaúcho, lá do meu Rio Grande. Mas quero aqui dedicar um carinho especial à Srª Ivete Simon, esposa do Senador Simon, e a seu filho Pedrinho. Dona Ivete é uma pessoa que, sem sombra de dúvida, merece todo carinho e respeito do povo gaúcho e do povo brasileiro.

Lembro-me de que, quando aqui cheguei ao Senado, junto com o Senador Zambiasi, foi o casal Simon que nos recebeu em sua casa com um jantar muito acolhedor, momento em que Simon nos falou um pouco do que acontecia e de como tudo se dava no espaço do Senado.

Foi lá, há oito anos, que conheci Pedrinho. Confesso que, ontem, Senador Papaléo Paes, foi um momento também de emoção para mim, quando Pedrinho me disse: “Senador, foi meu primeiro voto. Eu ajudei a eleger o senhor.” Eu senti aquela franqueza, aquele carinho de um jovem adolescente, que foi fortalecido pela posição da família.

Quero dizer que, naquele momento, conversei muito, também, com outro cidadão, de quem gosto muito, que é o jornalista Luiz Fonseca, que trabalha com o Senador Simon há décadas. Conversei muito, também, com sua Chefe de Gabinete, Euritima, e posso dizer que tenho enorme carinho por ambos, como também por toda equipe do Senador Simon e por toda sua família.

Quanto ao livro, Sr. Presidente, não resta dúvida de que nosso querido povo gaúcho – que tem uma história linda, uma gente guerreira – teve, ontem, uma justa homenagem por parte do Senador Simon. Essa gente saiu da sua terra e foi desbravar novos horizontes, ajudando a construir riqueza e fartura por todo o País. O livro mostra exatamente isso, fazendo um panorama geral do êxodo, mostrando a saga do povo gaúcho, que sai da sua terra e se desloca para todos os Estados do País.

Em sua apresentação, Simon diz: “Estima-se hoje que hum milhão e duzentos mil gaúchos vivem fora das divisas de nosso Estado”.

Meu colega, Senador Simon, diz, também, com muita propriedade:

Esse assunto interessa a todos os brasileiros, que é um assunto que interessa a todos os Senadores, em especial àqueles cujos Estados tiveram sua vida econômica modificada com a parceria feita com a chegada dos gaúchos. E esses Estados são muitos.

O livro acompanha tal e qual a história do Senador, que é um Senador do Brasil, e fala da saída do nosso Estado de um grande número de pessoas, principalmente agricultores. Muitos gaúchos quiseram buscar um quinhão maior de terras, e essa perspectiva se abriu na região dos cerrados, das florestas, enfim, por todo o País, onde eles foram acolhidos.

O livro me fez viajar pela migração a Santa Catarina, ao Paraná, ao cerrado, a Mato Grosso, ao Amazonas, à Bahia, enfim, pelo Brasil, mostrando como os hábitos e costumes gaúchos se misturaram entre brasileiros de todas as regiões. Há que se ter coragem e fé para abandonar a terra onde está plantado o nosso coração, onde nossas raízes estão firmadas, para ir buscar novas chances em outros lugares. Todos sabem que o povo gaúcho é ligado à terra e às suas tradições. Então, imaginem a dor que é se afastar, deixando para trás a terra da sua vida, mas todos sabem que os gaúchos não fogem à luta, e hoje estamos aí, espalhados pelo Brasil afora, ajudando a construir o desenvolvimento de outros Estados.

Achei a proposta do livro oportuna, interessante e muito feliz. Como é bom – e é bom, sim – que o Brasil conheça a saga do povo gaúcho. Como diz o livro, nas palavras do nobre Senador, ao ler aqui sobre a dramática aventura que, nos últimos 30 anos, transformou o Brasil num dos principais celeiros do mundo, você, gaúcho e brasileiro, sentirá orgulho ao descobrir que os gaúchos foram os bandeirantes do século XX.

Quero registrar ainda que somente um líder, Senador Acir, com a grandeza do nosso Senador Pedro

Simon faria um gesto como este que ele fez. Ao autografar o livro, ele escreveu: “Ao meu campeão de votos e líder de todos nós, meu irmão, Senador Paim”.

Obrigado, Senador Simon, e parabéns pelo seu livro. Tenha a certeza de que eu mostrarei este livro, se Deus quiser, para meus netos e bisnetos; com carinho especial e com certo orgulho, mostrarei a sua letra e a mensagem que você dedicou a mim. Simon, parabéns. Seu livro resgata façanhas da nossa gente, a quem tanto amamos, e resgata a história do povo gaúcho.

Senador Acir, por favor.

O Sr. Acir Gurgacz (PDT – RO) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento, Paulo Paim, e cumprimentar o Senador Pedro Simon por essa brilhante obra-prima, que retrata a história de muitas pessoas, de muitas famílias. Ela retrata um pouco a história da minha família também: minha mãe, que é gaúcha, nasceu no Rio Grande,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que felicidade a sua presença no plenário!

O Sr. Acir Gurgacz (PDT – RO) – ...foi para o Paraná; lá eu nasci e segui o meu caminho e estou morando em Rondônia há 28 anos. Então essa história é a história da realidade do povo brasileiro. Parte do desenvolvimento, do crescimento, da produção agrícola do Brasil teve início, com certeza, no Rio Grande, com os gaúchos, com os italianos que vieram da Itália e colocaram-se no Rio Grande do Sul. Ali cresceram, multiplicaram-se, mas não ficaram. Os pais ficaram, seus filhos foram mais à frente procurando novos horizontes, levando o desenvolvimento, levando o crescimento. Assim aconteceu conosco em Rondônia também. Rondônia é um Estado colonizado por paranaenses, que vieram na sua maioria do Rio Grande do Sul; os catarinenses também, a maioria veio do Rio Grande do Sul; por gaúchos e também paulistas, e tudo o mais. É um Estado que tem muito a ver com a história do livro do nosso querido Senador Pedro Simon. Parabéns a ele pelo livro e parabéns a V. Ex^a por enaltecer essa obra-prima para todos nós.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Acir. Que bom que V. Ex^a dá um testemunho vivo da própria história, falando dos seus pais e da sua própria jornada, ajudando, na minha avaliação, o crescimento não só do Estado onde nasceu, mas o Estado de Roraima.

O Sr. Acir Gurgacz (PDT – RO) – Rondônia, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Rondônia. Parabéns a V. Ex^a. Sei que V. Ex^a ajudou todos os Estados. Por isso, meus cumprimentos.

Sr. Presidente, quero aproveitar esse tempo ainda. Era minha intenção hoje, depois dessa fala que fiz em

relação ao Senador Simon, falar um pouco da história do salário mínimo a partir do momento em que cheguei ao Congresso Nacional.

Sr. Presidente, como os senhores sabem, trago em minha biografia uma história política marcada pela defesa dos direitos dos trabalhadores e sua inserção numa sociedade mais justa.

Sr. Presidente, trago também cravada na minha alma, com alegria, uma luta permanente contra todos aqueles que discriminam as pessoas. Ou seja, defendo que ninguém, ninguém seja discriminado por motivo algum. Uma das minhas principais bandeiras sempre foi a valorização do salário mínimo, por entender que ele combate a discriminação.

Senhores, escrevi o livro: *Salário mínimo, uma história de luta*. Num contexto de fortes injustiças sociais, o salário mínimo assume grande dimensão na medida em que aflora um contingente de trabalhadores que formalmente recebe o menor salário como remuneração, muitos dos benefícios de aposentados e pensionistas ficam também na faixa de um salário mínimo.

Há um depoimento da CNBB – lembro-me de que eu usava ainda quando era Deputado Federal – que dizia que cerca de mais de 50 milhões de pessoas dependiam diretamente do salário mínimo.

Temos de considerar ainda os trabalhadores que se encontram no mercado informal, que têm também os seus rendimentos afetados pelas variações do salário mínimo. Ou seja, o reajuste do salário mínimo não beneficia somente pessoas que o recebem mensalmente como salário pago ao trabalho exercido. Seus efeitos se estendem a parcela muito mais ampla da população que, sem dúvida alguma, encontra-se entre aqueles que são os mais necessitados do País.

Defendo o salário mínimo como instrumento eficaz ao combate das desigualdades e de proteção social aos trabalhadores menos qualificados. O reconhecimento da importância do salário mínimo como um dos mecanismos de redução das desigualdades sociais é antigo. Lembro-me aqui – permita-me, Sr. Presidente – de que quem travou uma batalha muito forte em defesa do salário mínimo antes que eu chegasse à Câmara foi o ex-Governador do meu Rio Grande do Sul quando eu era Deputado Federal, Alceu Collares, do PDT. Rendo a ele aqui também as minhas homenagens.

Lembro também que, em 15 de maio de 1891, o Papa Leão XIII publicou a Encíclica *Rerum Novarum*, na qual tratava da questão social, principalmente no que se refere à dignidade humana do trabalhador e à condição dos operários. Nela, o Papa reconhecia a injustiça social, condenando a acumulação das riquezas na mão de uns poucos e a pobreza e a miséria da imensa maioria da população do mundo. E

recomendava a instituição de um salário para que um operário pudesse viver com dignidade em qualquer parte do mundo.

Um operário, vivendo uma vida simples, mas seguindo bons costumes, pudesse sobreviver ou, como disse, viver com dignidade em qualquer parte do mundo.

Seguindo na história, teremos a 1ª Convenção da OIT, em 1928, que tratou sobre a fixação do salário mínimo na indústria. A Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, instituiu as comissões de salário mínimo, posteriormente regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, cujo texto estabelecia o salário mínimo como a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época na região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Posteriormente, Sr. Presidente, tivemos o Decreto nº 2.162, de 1º de maio de 1940, que fixou os primeiros valores para os salários mínimos regionais em todo o País, que passaram a vigorar a partir de julho do mesmo ano. Uma reavaliação desses valores seria realizada após três anos de vigência sobre o que foi estabelecido em 1940.

Em 1948, temos, então, a Declaração dos Direitos Humanos, que reza em seu art. 23:

Art. 23 Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Na verdade, Sr. Presidente, o salário mínimo somente passou a constar da pauta das políticas sociais dos governos a partir da década de 1930.

Em 16 de julho de 1934, o Presidente Getúlio Vargas promulgou a nova Constituição, contendo um conjunto de medidas de proteção à classe trabalhadora, entre elas o salário mínimo. Dizia ele: salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais para que o trabalhador possa viver com dignidade.

A história do salário mínimo teve um dos seus momentos mais bonitos de avanço nos governos de Vargas, Juscelino Kubitschek e Jango. A década de 1950 foi um desses momentos, momentos de avanço, quando o processo de recuperação e manutenção do salário mínimo não foi fruto de medidas isoladas, mas inseridas num contexto de políticas econômicas vol-

tadas ao estímulo da indústria, sem contar a atuação efetiva do movimento sindical daqueles anos.

Durante esses três governos da história do Brasil – Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart –, setores mais conservadores da sociedade não queriam o aumento do salário mínimo. Avançamos, avançamos, e o setor mais patriótico do País não aceitou as críticas e fez com que o salário mínimo subisse. E V. Ex^a, do PDT, sabe a importância disso que eu estou falando.

O Presidente Vargas foi acusado, inclusive, de demagogo. E aí lembro-me aqui, Senador Acir, permita-me, de quantas vezes fui chamado de demagogo, porque eu dizia, não me comparando a Getúlio Vargas, mas agora nos nossos tempos, que o salário mínimo poderia passar dos US\$100.00 e provei que Getúlio tinha razão. Passou dos US\$100.00 na sua época e passou agora também no Governo Lula, estando acima de US\$300.00. Enfim, o Presidente Vargas foi acusado de demagogo por estar criando uma falsa ilusão, diziam eles, os conservadores, para o operariado, na medida em que os reajustes iam prejudicar a pequena empresa, os municípios, criando desemprego e elevando o custo de vida.

Se analisarmos o discurso dos conservadores da época, veremos que é o mesmo de hoje. Veja a sabedoria de Getúlio Vargas.

Aqui eu digo: como se vê, os motivos então alegados para a não concessão de reajustes dignos ao salário mínimo – aumento da inflação e do desemprego – fizeram escola, sendo apontados até os dias atuais. Nos anos que se seguiram, o mínimo foi gradativamente perdendo o seu valor.

A partir de 1965, já no período da ditadura militar, a política do arrocho salarial foi determinante nas oscilações por que passou o salário mínimo, iniciando-se um processo de queda vertiginosa no seu valor real, que se prolongou até a década de 1970.

Ao longo desses anos de arrocho salarial, salário e crescimento econômico tomaram direções opostas. O salário mínimo manteve apenas cerca de 69% do valor de compra que tinha em 1940, enquanto o País apresentou crescimento econômico, sem sombra de dúvida, muito, muito significativo.

Segundo alguns autores, a evolução do salário mínimo pode ser analisada em três períodos: o período a que me referi; o segundo, de 1952 a 1964, e o terceiro, infelizmente, após 1964, quando ele só começou a cair.

Sr. Presidente, no período de 1975 a 1982, o valor do salário mínimo começou a se recuperar modestamente. Em 1979, com a aceleração do ritmo inflacionário, os reajustes passaram a ser semestralmente em

valores que chegaram a 110% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC.) Mas como o valor do mínimo já estava bastante depreciado, esses reajustes não foram suficientes para melhorar a qualidade de vida do povo trabalhador.

A partir de 1983 até meados da década de 1990, as diversas políticas salariais associadas a planos econômicos, em um contexto de inflação em crescimento, novamente provocaram perda do poder de compra do salário do trabalhador. Segundo o Dieese, tão somente 43% do valor que tinha na época de 1940.

Em 1981, surgiu a primeira proposta de unificação do salário mínimo no País, de autoria do Senador Mauro Benevides, que estava aqui hoje pela manhã – hoje ele é Deputado Federal –, que foi aprovada pelo Congresso, mas vetada pelo Presidente Figueiredo. A unificação, antiga reivindicação da classe trabalhadora, veio por etapas e só se concretizou 44 anos após a sua criação.

Em 1983, o Governo, enfim, unifica os níveis de salário mínimo.

Sr. Presidente, acompanhei essa luta do salário mínimo durante anos e anos, mesmo aqui nesta Casa. Não vou ler tudo o que escrevi, porque a minha intenção é transformá-lo numa separata. Vou apenas comentar alguns pontos e, tenho certeza, V. Ex^a vai considerar na íntegra.

Eu gostaria de dizer que, mesmo na Assembleia Nacional Constituinte, de 1986 para 1988, eu estava lá e ajudei a escrever o texto que se encontra na Constituição, que pede que o salário mínimo, efetivamente, atenda aos interesses de um trabalhador e sua família.

Lembro um pedaço de pronunciamento que eu fiz quando era Constituinte:

Às vezes, aqui mesmo, dentro desta Casa, me olhava e notava que não estava de macacão nem de avental da velha metalúrgica Forjasul, Grupo Tramontina, lá em Canoas. Não estava de botina ou de luvas de couro, que usava na função. Estava eu não mais como operário em construção, mas sim o operário construído, como diz a música de Vinícius de Moraes. E aqui eu cumpri a minha parte de defender os interesses dos trabalhadores.

Olhava para trás e a imagem vinha, de tantos meus irmãos trabalhadores, negros, brancos, índios, mulheres, crianças, velhos, enfim, de todos aqueles que eram explorados e que, cada vez mais, eu entendia que tínhamos de arrancar o que fosse de melhor dessa Constituição para toda nossa gente e as futuras gerações.

Eu tenho orgulho de dizer, Sr. Presidente, que fui Deputado Constituinte em 1988. A Constituição de 1988 inovou na questão do salário mínimo, porque o unificou, deixando bem claro que tinha que atender às necessidades básicas, repito aqui, do trabalhador e a sua família. Essa Carta estabeleceu novos padrões para a definição da política do salário mínimo, garantindo a todos os trabalhadores remuneração mínima, reajustada periodicamente, sem perda do poder de compra, e estabeleceu também vinculação de benefícios previdenciários, para que o reajuste dos aposentados acompanhasse o crescimento do salário mínimo.

Sr. Presidente, foram lutas que travamos aqui, durante décadas, acompanhados sempre pelas confederações e, a partir de um certo momento, também pelas centrais sindicais. Destaco aqui o Diap, a Contag, a CNTC, a CNTI, a CNPL, a CSPB, a CNTA, Andes, CUT, CGT, USI, Força Sindical. Enfim, houve momentos difíceis. Mas destaco o trabalho da Cobap, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que nunca aceitou que desvinculassem o salário mínimo dos benefícios dos aposentados e também dos pensionistas.

Lembro-me de cartilhas que fizemos; lembro-me das lutas que ultrapassaram a década de 1990; lembro-me aqui de que, em um 20 de novembro, Sr. Presidente, demonstramos que não eram só os negros que eram discriminados, mas também todos aqueles que ganhavam o salário mínimo pela sua condição de quase escravidão em que viviam. Lembro-me aqui, Sr. Presidente, de cada momento da história e aqui vou relatando desde quando o salário mínimo valia US\$63,00, sendo que, hoje, vale em torno de US\$300.

Lembro-me aqui, Sr. Presidente, de um momento em que a Deputada Federal Maria da Conceição Tavares, economista conceituada, disse: “Que bom que o Paim não para de complicar, de discutir, de levar ao Plenário a questão do salário mínimo, porque isso faz com que as pessoas percebam o quanto é importante esse debate. Temos que elevar o valor do mínimo”. Diz ela no final: “Que bom que o Paim fique que nem uma sarna em cima do tema, porque, senão, isso passa de qualquer jeito”.

Enfim, escrevi aqui passagens que recordei ao longo dessa caminhada tão importante, no meu entendimento, Sr. Presidente, que é a valorização do salário mínimo.

Mas me lembro, Sr. Presidente, como se fosse hoje, do dia em que, em nome de todos os idosos, como forma de protestar, declamei da tribuna da Câmara dos Deputados a letra da canção “Sabe Moço”, de Francisco Alves, que é lá da nossa querida Uruguaiana, terra da Califórnia da Canção, que V. Ex^a conhece muito bem.

A letra fala da história de um velho que conta para seu filho que deu sua vida pelo seu país, mas que, enfim, enquanto os caudilhos coronéis recebiam honrarias e medalhas, a ele só restaram as cicatrizes da batalha.

Diz a letra, Sr. Presidente – e aí eu vou terminar:

[Pai dizendo para o filho.]
Sabe, moço
Que no meio do alvoroço
Tive um lenço no pescoço
Que foi bandeira pra mim
Que andei mil peleias
Em lutas brutas e feias
Desde o começo até o fim
Sabe, moço
Depois das revoluções
Vi esbanjarem braços
Pra caudilhos coronéis
Vi cintilarem anéis
Assinatura em papéis
Honrarias para heróis
É duro, moço
Olhar agora pra história
E ver páginas de glórias
E retratos de imortais
Sabe, moço
Fui guerreiro como tantos
Que andaram nos quatro cantos
Sempre seguindo um clarim.
E o que restou?
Ah, sim
No peito em vez de medalhas
Cicatrizes de batalhas
Foi o que sobrou pra mim.
Ah, sim
No peito em vez de medalhas
Cicatrizes de batalhas
Foi o que sobrou pra mim.

Fiz esta declamação – e, aqui, fiz uma leitura – na época, Sr. Presidente, para mostrar que os homens e as mulheres de idade que construíram este País mereciam respeito e um salário decente. E não permitir a uns poucos as honrarias e as medalhas, enquanto a eles somente as cicatrizes das batalhas.

Deu certo, Sr. Presidente! Lembro-me que fiz uma greve de fome de 36 horas, e o Presidente era o, hoje, Senador Collor. No fim da greve de fome, o Collor mandou um reajuste de emergência a todo o povo brasileiro, via salário mínimo. Tenho que agradecer ao Presidente Collor, porque, se ele não manda aquele aumento de emergência... Eu estava a 36 horas sem me alimentar. Ibsen Pinheiro era o Presidente

daquela Casa. Lembro-me que eles, juntamente com Serra, Fernando Henrique e tantos outros, foram ao plenário pedir para que eu suspendesse a greve de fome, da qual não me arrependi, mas tenho que agradecer ao Presidente Collor, porque ele que mandou um decreto.

Senador Papaléo, já concluí meu pronunciamento. Sei que o Presidente vai mandar publicar na íntegra o que escrevi aqui sobre a luta do salário mínimo, da qual todos os senhores participaram. Se o salário mínimo, hoje, está em torno de US\$300, nós todos, Senadores e Deputados, escrevemos juntos essa história.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Paim, obrigado pelo aparte que V. Ex^a me concede. É a oportunidade que tenho, mais uma vez, de reconhecer sua luta pelos trabalhadores brasileiros e, no caso, especificamente, por aquele que recebe o salário mínimo. Muitos participaram, juntamente com V. Ex^a, mas V. Ex^a é o símbolo dessa luta; luta de várias décadas, luta que fez com que V. Ex^a fosse sempre reconhecido pelos funcionários, pelos servidores, sejam eles de empresas públicas, sejam de empresas privadas, como um defensor dos direitos desses servidores. Nada são benesses ou presentes que eles recebem; são direitos oriundos da luta de V. Ex^a e que eles conseguem receber. Assim, parabeno V. Ex^a, considerando-o o símbolo desse trabalho. E quero dizer que V. Ex^a sempre será reconhecido aqui pelos seus pares como um Senador competente, um Senador interessado – tanto é que, hoje, segunda-feira, V. Ex^a é o primeiro a falar desta tribuna – e, logicamente, V. Ex^a está cumprindo, rigorosamente, com a missão que o povo gaúcho lhe deu. E, aqui, como seu colega de Senado Federal, digo que tenho muita honra em dizer que convivo com V. Ex^a e considero V. Ex^a um amigo; e um amigo admirado por mim. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Eu lhe confesso-lhe que, quando aqui cito figuras ilustres daquela época... Lembro-me de Olívio Dutra, de tantos outros Deputados, Senadores, independentemente do partido que fizeram aquele movimento.

Na semana passada, Senador Alvaro Dias, quando esteve aqui o ex-Senador e Governador de São Paulo José Serra, comentávamos, ali, aquele momento da história, com o qual ele também conviveu. E foi um momento de boa recordação. Foi um movimento suprapartidário, que me tirou da greve de fome, e o Collor manda, então, um reajuste especial para o salário mínimo.

Lembramos, aqui, a construção do seguro-desemprego também, a forma como foi construído, que foi, na verdade, uma fusão de três projetos: de Jorge

Uequed, um de minha autoria, e o projeto que encabeçou foi o do Serra. A gente não tem problema nenhum de comentar isso, e sempre fiz esse debate com a maior tranquilidade.

Lembro aqui também que a primeira vez em que chegamos a US\$100 – quando Fernando Henrique disse: “E agora, Paim, está contente? Chegamos aos 100 pains”. Foi a primeira vez em que chegamos a US\$100. Hoje, ultrapassamos. “Agora, está contente?” Claro! Era uma luta que travávamos aqui, para que o salário mínimo chegasse a US\$100, e, efetivamente, chegou. Esse foi um dos momentos da história.

Enfim, Sr. Presidente, se eu for contar a história do salário mínimo aqui, vou ter que contar mil histórias e vou ter que falar de parlamentares de todos os partidos, porque todos ajudaram a que o salário mínimo chegasse aonde está hoje. E tenho certeza de que ele vai continuar crescendo se mantivermos a política que adotamos no Governo Lula, que é a inflação mais o crescimento do PIB.

Considere na íntegra, por favor, Sr. Presidente, este pronunciamento.

Quero dizer ainda, se V. Ex^a me permitir, nos últimos minutos, que termino meu pronunciamento dizendo: vamos em frente, com certeza, derrubando as barreiras e vencendo os desafios, com muita força, trabalho e coragem.

Aprendi, ao longo da estrada da vida, e cada vez mais me convenço, que o poeta espanhol tinha razão quando disse a seguinte frase: “O caminho a gente faz caminhando”.

Obrigado, Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS Sem apanhamento taquigráfico.) – Registro sobre livro do Senador Pedro Simon “A Diáspora do Povo Gaúcho”.

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ontem, domingo, participei de um evento que me deu grande alegria.

O meu conterrâneo e companheiro de Congresso, Senador Pedro Simon, me convidou para a sessão de autógrafos de seu livro “A diáspora do povo gaúcho”, que aconteceu no Centro de Tradições Gaúchas Jaime Caetano Braun.

Eu fui o primeiro da fila, queria abraçar meu amigo e ter em mãos seu livro que fala sobre a nossa honrada gente gaúcha.

Lá encontrei a senhora Ivete Simon, esposa do Senador, e seu filho Pedrinho. Dona Ivete é sem sombra de dúvida, uma pessoa que merece todo carinho e respeito do povo gaúcho.

Lembro que quando cheguei aqui com o Senador Zambiasi, foi o casal Simon que nos recebeu em sua casa com um jantar muito acolhedor.

Foi lá que eu conheci o Pedrinho. Foi muito gostoso prá mim. Confesso que me enchi de orgulho e muita felicidade quando ontem ele disse: “Foi o meu primeiro voto, ajudei a eleger o senhor, Senador”

No evento conversei muito com meu amigo e assessor do Senador, o jornalista Luiz Fonseca e com sua chefe de Gabinete, a Euritma. Tenho um enorme carinho por ambos, como também por toda a equipe do Senador.

Sr. Presidente, não resta dúvida de que o nosso querido povo gaúcho tem uma história linda. Que gente guerreira!

Gente que sai da sua terra e vai desbravar novos horizontes, ajudando a construir riqueza e fartura por onde passa.

O livro mostra exatamente isso, fazendo um panorama geral do êxodo, mostrando a saga do povo gaúcho ao sair de sua terra e se deslocar para outros estados.

Em sua Apresentação consta que *“estima-se hoje que um milhão e duzentos mil gaúchos vivam fora das divisas do Estado”*

O meu colega, Senador Simon, diz também, com muita propriedade, que *“esse assunto interessa a todos os brasileiros, que é um assunto que interessa a todos os Senadores, em especial àqueles cujos Estados tiveram sua vida econômica totalmente modificada com a chegada dos gaúchos. E esses Estados são muitos”*

O livro acompanha, tal qual o nosso Senador fez ao longo de sua trajetória, a saída do nosso estado de um grande número de pessoas, principalmente, a saída em massa de agricultores.

Muitos gaúchos quiseram buscar um quinhão maior de terra e essa perspectiva se abriu na região dos cerrados e das grandes florestas.

O livro nos faz viajar pela migração a Santa Catarina, Paraná, Cerrado, Mato Grosso, Amazônia, mostrando como a força dos hábitos e costumes gaúchos se misturaram entre brasileiros de outras regiões.

Há que se ter coragem e fé para abandonar a terra onde está plantado o nosso coração, onde nossas raízes estão firmadas, para ir buscar novas chances em outros lugares.

Todos sabem como o povo gaúcho é ligado a sua terra e suas tradições. Então, imaginem a dor que é se afastar e deixar para trás a terra da sua vida.

Mas, todos sabem também que os gaúchos não fogem à luta e hoje estamos aí, espalhados pelo Bra-

sil afora, ajudando a construir o desenvolvimento de outros Estados.

Achei a proposta do livro muito oportuna e interessante. É bom que o Brasil conheça a saga do povo gaúcho.

Como diz o livro: *“Ao ler aqui sobre essa dramática aventura que, nos últimos trinta anos, transformou o Brasil num dos principais celeiros do mundo, você sentirá orgulho ao descobrir que os gaúchos foram os bandeirantes do século XX.”*

Quero registrar ainda, que somente um líder com a grandeza do nosso Senador Pedro Simon faria um gesto como esse que ele fez ao autografar meu livro e escrever: *“Ao campeão de votos e Líder de todos nós, meu irmão Senador Paim”*

Com certeza Simon mostrarei, com muito orgulho, esse documento para meus filhos, meus netos e, seu Deus quiser, para meus bisnetos.

Obrigado Senador Simon e parabéns pelo seu livro que resgata novas façanhas da nossa gente a quem tanto amamos!

Era o que tinha a dizer!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS Sem apanhamento taquigráfico.) – Pronunciamento sobre o salário mínimo no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, como os Senhores bem sabem, trago em minha biografia uma história política marcada pela defesa dos direitos dos trabalhadores e sua inserção numa sociedade mais justa, e de todos que, de alguma forma, são socialmente discriminados.

Uma das minhas principais bandeiras sempre foi a da valorização do salário mínimo.

Como consta da introdução do meu livro “Salário Mínimo Uma História de Luta”, num contexto de fortes injustiças sociais, o salário mínimo assume grande dimensão, na medida em que, afora o contingente de trabalhadores que formalmente recebe o menor salário como remuneração, muitos dos benefícios, aposentadorias e pensões concedidos à faixa mais pobre da população tem por base o salário mínimo.

Temos que considerar, ainda, os trabalhadores que se encontram no mercado informal, que tem seus rendimentos afetados pelas variações do salário mínimo. Ou seja, reajustes do mínimo não beneficiam apenas pessoas que o recebem mensalmente como salário pago ao trabalho exercido; seus efeitos se estendem à parcela muito mais ampla da população, que, sem dúvida alguma, encontra-se entre as mais necessitadas do país.

Defendo o salário mínimo como instrumento eficaz ao combate das desigualdades e de proteção social aos trabalhadores menos qualificados.

O reconhecimento da importância do salário mínimo como um dos mecanismos de redução das desigualdades sociais é antigo.

Em 15 de maio de 1891, o Papa Leão XIII publicou a encíclica *Rerum Novarum*, na qual tratava da “questão social”, principalmente no que se refere à dignidade humana do trabalhador e à condição dos operários...

Nela, o Papa reconhecia a injustiça social, condenando “a acumulação da riqueza nas mãos de uns poucos e a pobreza da imensa maioria” e recomendava a “instituição de um salário para que um operário vivendo uma vida simples e seguindo os bons costumes pudesse sobreviver”

Seguindo na história teremos a primeira Convenção da OIT, em 1928, que tratou sobre a fixação de salário mínimo na indústria.

A Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, instituiu as Comissões de Salário Mínimo, posteriormente regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, cujo texto estabelecia o salário mínimo como: “a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”.

Posteriormente, o Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940, fixou os primeiros valores para os salários mínimos regionais em todo o País que passaram a vigorar a partir de julho do mesmo ano. Uma reavaliação desses valores seria realizada após três anos de vigência dos níveis estabelecidos em 1940.

Em 1948 teremos a Declaração dos Direitos Humanos que reza em seu “Art. 23. (...) Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Na verdade o salário mínimo somente passou a constar da pauta das políticas sociais dos governos na década de 30.

Em 16 de julho de 1934, o Presidente Getúlio Vargas promulgou a nova Constituição, contendo um conjunto de medidas de proteção à classe trabalhadora, dentre elas o salário mínimo “capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador”

A história do salário mínimo teve um movimento de avanços e revezes nos governos Vargas, Kubitschek e Jango.

A década de 50 foi um desses momentos de avanços, quando o processo de recuperação e ma-

nutenção do valor do salário mínimo não foi fruto de medidas isoladas, mas inseridas num contexto de políticas econômicas voltadas ao estímulo à industrialização. Sem contar a atuação efetiva do movimento sindical naqueles anos.

Durante esses três Governos da História do Brasil – Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart –, setores mais conservadores da sociedade não os pouparam de duras e acirradas críticas devido aos reajustes salariais concedidos, cobrando-lhes atitudes mais “patrióticas” e justificando suas críticas em razão do aumento da inflação.

“O Presidente (Vargas) foi acusado de demagogo, por estar criando uma falsa ilusão para o operariado, na medida em que os reajustes prejudicaram a pequena e média empresa, criando desemprego e elevando o custo de vida.

Como se vê, os motivos então alegados para a não-concessão de reajustes dignos ao salário mínimo – aumento da inflação e incremento do desemprego – fizeram escola, sendo apontados até os dias atuais como entrave à recuperação do salário.

Nos anos que se seguiram, o mínimo foi gradativamente perdendo seu valor real.

A partir de 1965, já no período da ditadura militar, a política de “arrocho salarial” foi determinante nas oscilações por que passou o salário mínimo, iniciando-se um processo de queda vertiginosa do seu valor real, que se prolonga até meados da década de 70.

Ao longo desses anos de arrocho salarial, salário e crescimento econômico tomaram direções opostas: o salário mínimo manteve apenas cerca de 69% do valor de compra de 1940, enquanto o País apresentou crescimento econômico bastante significativo.

Segundo alguns autores, a evolução do salário mínimo pode ser analisada em três períodos com características bastante próprias. O primeiro, que abrange os anos de 1940 a 1951, corresponde à fase de implementação e consolidação; o segundo, entre 1952 e 1964, o chamado “período auge”, corresponde à fase em que os reajustes concedidos ao salário mínimo recuperaram seu valor real; e o terceiro, pós-1964, de compressão do salário, quando se registra uma vertiginosa queda nos valores atribuídos ao mínimo (conhecido como “período do arrocho”).

No período de 1975 a 1982, os reajustes do salário mínimo recuperaram modestamente parte de seu poder de compra.

Em 1979, com a aceleração do ritmo inflacionário, os reajustes passaram a ter periodicidade semestral e em valores que chegaram a 110% da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Mas como o valor do mínimo já estava bastante deprecia-

do, esses reajustes não foram suficientes para elevar seu poder de compra.

A partir de 1983, até meados da década de 1990, as diversas políticas salariais associadas aos planos econômicos de estabilização, em um contexto de inflação em crescimento, novamente provocaram significativas perdas no poder de compra do salário mínimo, valendo em média, segundo o Dieese, tão-somente 43% do seu valor em 1940.

Em 1981, surgiu a primeira proposta de unificação do salário mínimo no País, de autoria do Senador Mauro Benevides, aprovada pelo Congresso e vetada pelo Presidente Figueiredo. A unificação, antiga reivindicação da classe trabalhadora, veio por etapas e só se concretizou 44 anos após sua criação.

Em 1983, o governo unificou os níveis mais baixos, os das regiões Norte e Nordeste. Finalmente, em maio de 1984, fez-se a unificação total.

Sr Presidente, durante minha vida sindical sempre travei grandes lutas pelos direitos dos trabalhadores e o salário mínimo era uma das principais bandeiras de luta e me acompanha até hoje.

Vivi um momento muito especial na minha vida, quando, em 1985, fui indicado pelo Congresso Estadual de Trabalhadores do Rio Grande do Sul como candidato único a deputado federal constituinte dos trabalhadores.

Esta indicação deveu-se ao trabalho que desenvolvi como líder sindical, quando já atuava em prol da defesa dos direitos dos trabalhadores e acreditava na possibilidade do salário mínimo como fator importante para melhorar a distribuição de renda no País.

Os pronunciamentos do início do mandato como deputado constituinte revelavam muito do líder sindical que fui. Trouxe para o Congresso Nacional as demandas dos trabalhadores como um trabalhador. Em um de meus discursos no Plenário, ao término dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, essa posição ficou bem evidente quando eu disse: (...) *Às vezes, aqui mesmo, dentro desta Casa, me olhava e notava que não estava de macacão, avental, botina ou luvas de couro usadas na fundição. Estava eu não mais como um operário em construção, mas sim o operário construído de Vinícius de Moraes. (...)*

Olhava para trás e a imagem vinha dos meus irmãos negros, brancos, índios, mulheres, crianças, velhos, enfim, de todos os explorados e, cada vez mais, entendia que tínhamos de arrancar o que fosse melhor dessa Constituição para toda nossa gente e as futuras gerações (...)

Eu tenho orgulho de dizer que fui Deputado Constituinte em 1988. A Constituição de 1988 inovou ao constitucionalizar o salário mínimo nacionalmente

unificado, discriminando e ampliando as necessidades básicas a serem atendidas pelo valor do mínimo, determinando a manutenção de seu poder aquisitivo e expressamente proibindo vinculações.

Essa Carta estabeleceu novos padrões para a definição da política de salário mínimo, garantindo a todos os trabalhadores remuneração mínima reajustada periodicamente, sem perda do poder de compra, e estabeleceu também vinculações de benefícios previdenciários e assistenciais, garantindo que a cada reajuste sofrido pelo salário mínimo corresponderia o aumento dos pisos de benefícios da Previdência Social.

Ao longo dos anos diversos estudos comprovaram a diminuição da iniquidade e a redução do desemprego sempre que o salário mínimo é reajustado, mesmo em épocas de inflação alta, especialmente considerando as famílias com pessoas idosas que recebem aposentadorias e pensões, cuja presença nos domicílios mais pobres reduz seu grau de empobrecimento.

Temos, ainda, a considerar os milhões de idosos e pessoas com deficiência em nosso País que são protegidos pela Constituição com a concessão de benefícios assistenciais equivalentes a um salário mínimo.

Em meus pronunciamentos sempre deixei claro que tenho defendido ao longo de minha vida muitas causas. Uma, porém, tem-se mostrado especialmente árdua: a defesa do salário mínimo. Para muitos, essa luta é demagógica, ingrata ou quixotesca. Talvez não saibam que o salário mínimo é o maior distribuidor de renda deste País e um instrumento fundamental na geração de novos empregos.

Na Constituinte, ao tratar da questão do salário mínimo, ouvi diversas entidades representativas dos trabalhadores, que tiveram papel decisivo na configuração final do texto. Dentre outros: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), União Sindical Independente (USI), Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (DIEESE), Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL), Confederação Nacional dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), Confederação Nacional dos Trabalhadores Aposentados (CNTA), Associação Nacional de Ensino Superior (ANDES), e representantes da Mulher Operária Urbana e da Mulher Camponesa.

Houve momentos muito difíceis na Constituinte e em todos eles, particularmente nos mais difíceis,

busquei a negociação como a via possível de um processo democrático.

Em 1987 levantou-se a tese da desvinculação dos reajustes salariais com base no mínimo e a proposta foi encaminhada ao Congresso Nacional.

A questão é polêmica até os dias atuais, não sendo poucos os que alegam que, em benefício da eficiência econômica, seria desejável que isso acontecesse.

Tenho me manifestado contrário à proposta sempre que retorna à pauta das discussões, pois fico preocupado com o futuro dos muitos que têm seus rendimentos atrelados ao mínimo, especialmente nas regiões mais pobres do País.

Se, mesmo com a vinculação garantida, vários pensionistas e aposentados já têm seus rendimentos bastante defasados em relação a quando passaram à inatividade ou começaram a receber os proventos, com a aprovação da desvinculação nem o mínimo que é concedido ao mínimo anualmente lhes será garantido.

Conforme dados do Dieese, em 1987 e 1988 o valor do mínimo representava apenas 36,31% e 38,23%, respectivamente, do seu valor em 1940, quando foi criado; e a relação entre o salário mínimo e a cesta básica calculada pelo Dieese era de 86,86% e 71,58%, respectivamente.

Em 1989, publiquei na Comissão de Trabalho, a Cartilha ABC da política salarial e salário mínimo. Essa cartilha incluía a nova política salarial, o salário mínimo constitucional, a política salarial, a negociação coletiva e normas processuais e a legislação citada.

A década de 1990 iniciou sem mostrar sinal de que os próximos governos estariam sensíveis e preocupados em, de fato, implementar qualquer política de recuperação do salário mínimo comprometido com a redução das desigualdades no País.

O menor salário oficialmente pago continuaria a representar um indicador do custo da mão-de-obra menos qualificada, léguas distante da função para a qual foi criado – a de garantir a sobrevivência de milhares de pessoas – e do conceito de justiça social.

Todos sabem que ao longo da minha luta pela valorização do salário mínimo encampeei a defesa da equivalência do mínimo a, pelo menos, US\$100. Não como um valor em si mesmo, na medida em que importante é a manutenção do seu valor real, mas como referência e medida de comparação internacional.

A maior parte dos países ainda hoje adota o salário mínimo como referência no mercado de trabalho. Embora a avaliação do salário mínimo em dólar não seja a mais adequada, na medida em que se deve considerar, principalmente, seu poder de compra em

cada país, a comparação apresenta-se como uma referência internacional.

Nos idos de 1991, à frente da subcomissão encarregada de analisar o mínimo, tentei entendimentos com o governo, na busca de solução que, ao menos em sua essência, fosse satisfatória aos interesses da classe trabalhadora e apresentasse resultados concretos.

Os acordos, ou não aconteciam ou eram rompidos. Ao final de 1991, em atitude extrema, anunciei que estaria em greve de fome por dois dias, numa tentativa de chamar a atenção do governo e de seus pares para a importância de se aprovar um reajuste do salário que minimizasse suas sucessivas perdas.

Cinqüenta minutos antes do início daquela inescutível Sessão de 20 de Novembro de 1991, dia de Zumbi dos Palmares, comuniquei a bancada dos trabalhadores que entraria em greve de fome. Recebi a solidariedade de todos.

Foi um ato radical, com o objetivo de sensibilizar o governo e o Congresso Nacional a votarem projeto de minha autoria que elevaria o salário mínimo ao equivalente a US\$100.

Passadas quase 72 horas eu estava na solidão do Plenário, quando o presidente da Casa, Ibsen Pinheiro, entrou com os líderes dos partidos, inclusive o líder do governo, para dizer que o Presidente Collor de Mello apresentaria uma proposta de abono emergencial para o salário mínimo, desde que eu suspendesse a greve de fome.

Ainda em 1991, com minha forte participação, os aposentados conquistaram direito ao reajuste de 147% relativos à variação do salário mínimo de março a setembro, expurgado pelo governo de seus rendimentos.

Essa é uma bonita história a ser contada. Eu havia sido escolhido para ser o relator do salário mínimo. Apresentei um substitutivo garantindo um reajuste de 147% ao valor do salário mínimo e a todos os aposentados e pensionistas.

O governo da época resolveu não conceder o mesmo reajuste do salário mínimo aos aposentados e pensionistas. Aliás, essa prática tem sido usada pelos governos posteriores.

A COBAP liderou um grande movimento pelo País e chegou a fechar estradas. O episódio do fechamento da rodovia Dutra, em Aparecida (SP), após a realização da missa dos aposentados, seguida de Assembleia foi muito marcante.

Também houve confronto na ponte Hercílio Luz, entre a polícia de Santa Catarina e os aposentados quando alguns sofreram agressão física.

Em 1992 os aposentados obtiveram na Justiça o direito ao pagamento do reajuste retroativo ao mês

de setembro. Foi uma luta aguerrida dos idosos, cuja conquista marcou um dos movimentos sociais bastante significativos dos anos 90.

À época encaminhei ao Congresso dois projetos de lei, um tratando de política salarial e outro especificamente do reajuste do mínimo – que seria mensal e calculado pela variação da cesta básica, acrescida de 5%. A intenção era chegar a um salário mínimo que equivalesse a US\$350 até 1994; porém o mais urgente era definir imediatamente um novo índice.

Além disso, entreguei à Procuradoria-Geral da República uma representação, solicitando medidas judiciais para que fossem incorporadas ao salário mínimo as antecipações salariais previstas na Lei nº 8.222, de 1991.

O objetivo de tal medida era repor as perdas sofridas pela demora do governo em fixar o reajuste.

Em 13 de maio de 1993, por ocasião dos 105 anos da abolição da escravidão, publiquei artigo no jornal O Estado de S. Paulo, no qual fazia considerações sobre o trabalho escravo no Brasil, estendendo meu conceito para além da questão étnica. O título era “Escravidão sem cor: salário mínimo = US\$63,13”

No dia 15 de dezembro de 1993 a Comissão do Trabalho aprovou, por unanimidade, projeto de minha autoria que garantia aos salários um tratamento semelhante ao dos preços quando vigorasse a Unidade Real de Valor (URV). Na prática era a indexação dos salários dos trabalhadores a URV.

A indexação valeria para todos os trabalhadores de empresas privadas, públicas, aposentados e pensionistas.

O Governo queria a conversão de preços e salários pela média. Junto com o movimento sindical lutei para que meu projeto de indexação à URV integral fosse aprovado.

Os meus terceiro e quarto mandatos como Deputado, de 1995 a 2002, foram vividos sob o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que comprometeu-se, em seu primeiro discurso de posse, trabalhar em prol da diminuição das desigualdades no País.

Infelizmente naqueles oito anos os aumentos concedidos ao salário mínimo continuaram muito aquém do estabelecido no art. 7º da Constituição.

Não houve naquele governo qualquer investimento em direção a uma política de longo prazo de proteção e valorização do salário mínimo.

Em 1995 apresentei novamente projeto de reajuste do mínimo para um patamar equivalente a US\$100.

O Governo não aceitou a proposta e as justificativas não foram nada originais: o tão propalado déficit da Previdência, que já está mais do que comprovado que não existe.

Os fatos mostram que o encaminhamento e o grau de importância conferidos à questão do mínimo não aconteceu de forma diferente nos oito anos daquele governo do que foi realizado por seus antecessores, nem na intenção, nem nos atos e políticas implementados.

Encaminhei, em 1996, ao Congresso o Projeto de Lei nº 1.847, de 1996, que tratava da política nacional de recuperação do salário mínimo, reajustando-o para R\$180,00 a partir de maio de 1996.

Naqueles dias a Deputada Maria da Conceição Tavares, também pertencente aos quadros do PT afirmou: “Se o Paim não se mexe, ninguém discute os problemas. Estes 12% de correção do salário mínimo estão abaixo do custo de vida, uma coisa que nem o Delfim fez no Governo. É bom que o Paim fique que nem uma sarna em cima do tema, porque senão isso passa desse jeito”.

Algum tempo depois quando era 3º Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados solicitei urgência para votação de projeto de minha autoria. Era o Projeto de Lei nº 1, de 1995, em trâmite na Comissão de Trabalho, que previa, de forma semelhante ao modelo norte-americano, um aumento de R\$0,20 sobre o valor da hora trabalhada a ser concedido a cada 1º de maio.

Assim, em 1998 o mínimo valeria R\$240,20. Eu dizia: “Neste ano (1996), nos Estados Unidos, o aumento foi de 80 centavos por hora. Em consideração ao Plano Real e à conjuntura econômica brasileira, não propus os R\$0,80 porque isso daria mais de 100% de aumento”.

Segundo meu projeto, também os reajustes das aposentadorias, pensões e benefícios continuariam atrelados ao cálculo do mínimo.

Como 3º Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados, promovi dois seminários que visavam discutir o salário mínimo por diferentes perspectivas.

O primeiro, realizado em 26 de junho 1997, sob o título “Salário Mínimo e Redistribuição de Renda”, contou com a participação de representantes de diversas entidades – de trabalhadores e patronais, representantes do Governo e estudiosos do assunto.

No ano seguinte, em 27 de março, promovi o segundo sob enfoque diferente: “Salário Mínimo & Direitos Humanos”, que discutiu a questão do mínimo atrelada ao combate às discriminações de naturezas diversas, recebendo contribuição de representantes de diferentes entidades. Essas contribuições, apresentadas em ambos os eventos, estão reunidas em duas publicações que têm os títulos dos respectivos seminários.

Em 1999, organizei a Frente Parlamentar pela Dignidade do Salário Mínimo, conseguindo reunir mais

de cem deputados, dos quais mais da metade era integrante da base de sustentação do governo.

Ainda em 1999, estudos do Dieese revelaram que o valor do salário mínimo comprava apenas cerca de 18% em relação a 1940, quando foi criado. No mês de fevereiro, o valor da cesta básica calculada pelo instituto para as cidades de São Paulo e Belo Horizonte ficava acima de R\$100,00, enquanto o valor do salário mínimo era de R\$130,00; em Recife e Salvador estava calculada em mais de R\$80,00. Ou seja, nas grandes cidades o gasto com a cesta básica consumia de 61% a 77% do salário.

Apesar de toda minha luta, o Governo divulgou suas novas pretensões governamentais: a de desvincular os reajustes do salário mínimo das aposentadorias e pensões, que teriam aumentos diferentes. Além disso, sugeria, novamente, a adoção de salários mínimos espacialmente diferenciados, o que, na prática, significava a regionalização do salário.

Lembro de ter dito então que o salário mínimo regional já foi adotado neste País (...). Não deu certo e, em 1984, foi extinto. A Constituinte consolidou a unificação. Defender o salário mínimo estadual é discriminar o povo. De Norte a Sul, principalmente os aposentados e pensionistas.

Me lembro como se fosse hoje, naquele dia, em nome de todos os idosos, como uma forma de protestar, declamei da tribuna da Câmara dos Deputados a letra da canção "Sabe Moço", de Francisco Alves, que é lá da nossa querida Uruguaiana, terra das Calíforrias da Canção.

A letra fala da história de um velho, que conta para seu filho, que deu a vida pelo seu país, mas enquanto os caudilhos coronéis recebiam honrarias e medalhas, a ele só restaram as cicatrizes das batalhas.

A letra é esta:

Sabe, moço
Que no meio do alvoroço
Tive um lenço no pescoço
Que foi bandeira pra mim
Que andei mil peleias
Em lutas brutas e feias
Desde o começo até o fim
Sabe, moço
Depois das revoluções
Vi esbanjarem brasões
Pra caudilhos coronéis
Vi cintilarem anéis
Assinatura em papéis
Honrarias para heróis
É duro, moço
Olhar agora pra história
E ver páginas de glórias

E retratos de imortais
Sabe, moço
Fui guerreiro como tantos
Que andaram nos quatro cantos
Sempre seguindo um clarim
E o que restou?
Ah, sim
No peito em vez de medalhas
Cicatrizes de batalhas
Foi o que sobrou pra mim
Ah, sim
No peito em vez de medalhas
Cicatrizes de batalhas
Foi o que sobrou prá mim

Naquele discurso frisei que regionalizar o salário mínimo era fazer a política do dividir para reinar. O salário mínimo por estado causa a migração, contribuindo para o aumento da miséria, do desemprego e da violência.

Manter o mínimo unificado com valor justo, beneficiando milhões de brasileiros não é um ato revolucionário, apenas contribui para evitar uma convulsão social.

Do ponto de vista econômico, aquele Governo conseguiu, durante os oito anos consecutivos, grandes avanços, principalmente a consolidação da estabilidade econômica e o controle da inflação. No entanto, sob o prisma das ações sociais, pouco avançou. Ao contrário, apesar do crescimento econômico apresentado e uma taxa de inflação bastante suportável, uma política de médio prazo de recuperação do poder de compra do salário mínimo não se constituiu em meta, prioritária ou não, a ser alcançada no âmbito dos programas oficiais.

Não parecia o mesmo Governo que tinha se mostrado tão disposto a priorizar as ações sociais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2003 tive a honra de ingressar como Senador nesta Casa e naquele ano também o nosso Presidente Lula assumia a presidência da República.

Em seu Programa de Governo, ainda em 2002, o futuro Presidente afirmou que um de seus compromissos fundamentais seria o combate à fome e à pobreza. E, para tanto, ele assumiu também o compromisso de promover uma elevação gradual e sustentada do salário mínimo, com o objetivo de dobrar em quatro anos o seu valor real.

O debate sobre o salário, que, em geral, toma espaço na mídia e movimentou o Congresso nos primeiros meses do ano, foi antecipado para fins do ano anterior, 2002, em vista da eleição do novo Presidente, que assumia um País com sérios problemas sociais e financeiros e, ao mesmo tempo, com o compromisso

de aumentar substancialmente o valor real do salário mínimo.

Fui questionado sobre minha posição frente às mudanças políticas, enquanto ainda Deputado e afirmei, em entrevista a Revista Istoé Gente: “Não vou mudar o meu discurso. Concorde apenas em adiar a discussão para março, mês em que tradicionalmente se dá o debate sobre o assunto. (...) Serei coerente com minha história”

Mantendo a lógica que sempre marcou minhas ações, e no intuito de ampliar o debate para o que considero ser o caminho viável e necessário – uma proposta que trate o salário mínimo não como uma questão conjuntural, mas como política de longo prazo que vise à recuperação e manutenção de seu valor real, apresentei, à época como 1º Vice-Presidente do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 5, de 2003, no qual propunha o reajuste anual, a partir de maio de 2004, pelo IGP-DI, acrescido de R\$0,20 a hora trabalhada, até chegar a um valor compatível com os preceitos constitucionais.

Entretanto, o Governo num ato que constrangeu vários parlamentares que compõem sua base de apoio, fixou o novo salário em R\$240,00.

Eu soube do reajuste extra-oficialmente e lamentei muito porque o Governo poderia ter conversado conosco. (...) Poderiam dizer: (...) “esse foi o número possível, venha ver os números”. Todos sabem que entre as minhas principais características estão, justamente, a capacidade de dialogar e de ceder quando preciso.

O ano de 2004 ficou marcado pela tensão que caracterizou as discussões iniciais sobre a questão do mínimo. Começou sem muitas expectativas, com o debate seguindo o mesmo rumo do ano anterior, sem qualquer preocupação adicional com uma política de longo prazo, mesmo diante da depreciação tão evidente do salário mínimo, que, para o Dieese, deveria estar valendo, em 2004, cerca de seis vezes mais que os R\$240,00 então vigentes.

O que eu fiz? Encaminhei proposta de reajuste do piso, fixando-o em R\$320,00, embora esperasse que o reajuste oficial elevasse o mínimo a, pelo menos, o correspondente a US\$100.

Em audiência pública ocorrida na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Ministro do Planejamento avaliou o compromisso do Presidente em dobrar o valor real do mínimo até o final do mandato: “A suposta meta (sic) é realmente uma meta difícil de alcançar, principalmente quando você senta na cadeira do orçamento e vê as limitações que foram deixadas”

A medida provisória encaminhada ao Congresso Nacional estabelecendo o novo valor para o salário míni-

mo a partir de 1º de maio de 2004 fixava-o em R\$260,00 e aumentava o salário-família para R\$20,00.

O Líder do Governo no Senado, Senador Aloizio Mercadante disse que “O (Presidente) Lula queria que o salário mínimo fosse para R\$360,00, mas teve que se submeter ao orçamento”.

Em entrevista concedida pelo presidente Lula ele invocou novamente o rombo da Previdência.

Ao tempo em que o Governo reconhecia e justificava o mínimo valor do mínimo, a Casa Civil defendia a discussão, em curto prazo, da desvinculação entre salário mínimo e benefícios pagos pela Previdência Social, posteriormente também publicamente apoiada pelo Presidente.

Eu confesso que fiquei perplexo e afirmei: o PT vai entrar para a história como o partido que rebaixou o salário dos aposentados.

Ainda visando subsidiar o Governo na definição do índice de reajuste do salário mínimo, encaminhei à Presidência da República estudo demonstrativo de superávit de R\$31 bilhões na Seguridade Social, ressaltando que, dessa forma, poder-se-ia elevar o valor do mínimo a, pelo menos, o equivalente US\$100. A resposta da área econômica do Governo informou que esses recursos seriam alocados em outras rubricas.

Foi criada, no Congresso Nacional, a Comissão Especial, composta por deputados e senadores, encarregada de examinar a Medida Provisória nº 182, de 2004. Fiz parte dela por um curto espaço de tempo. Indicado pela líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo para compor a Comissão, foi designado pelos demais membros como vice-presidente.

Imediatamente, o Governo, num gesto constrangedor, tomou providências no sentido de destituir-me da condição de representante do Bloco na Comissão.

Lembro que fiquei chocado porque em 18 anos de Congresso sempre fiz parte da comissão. E, mesmo sem direito a voto e sob o risco de ser punido pelo partido, decidi que estaria presente em todas as reuniões de trabalho, chegando mesmo, na ausência do presidente da comissão, a presidi-la em alguns momentos, na condição de 1º vice-presidente do Senado Federal.

Em nota divulgada no final do mês de maio, a Executiva do PT manifestou-se favorável à aprovação da medida provisória: “(...) A executiva do PT, tal como manifestou o Presidente Lula, reconhece que o reajuste do salário mínimo foi baixo em face das necessidades e das dificuldades enfrentadas por aqueles que o recebem. O reajuste foi determinado diante das limitações orçamentárias existentes. (...) Considerando o exposto, a Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (...) resolve manifestar seu apoio

à medida provisória do Governo, que estabelece a fixação do novo valor do salário mínimo em R\$260,00” e “decide que as bancadas petistas na Câmara e no Senado adotem uma posição comum de apoio à MP do Governo.

“A posição da Executiva é respaldada na resolução do diretório nacional, que estabelece a defesa da política econômica do Governo, com vistas a implementar um novo modelo de desenvolvimento econômico e social, com geração de emprego e distribuição de renda”. Por fim, “reconhece que os parlamentares petistas têm o direito de expressar suas opiniões individuais sobre o reajuste do mínimo e de formular suas justificativas”.

Às vésperas da votação no Senado, afirmei: “O que eu disse à bancada direi aqui (no plenário): respeito quem pensa diferente, quem vota diferente, mas ficarei com a minha história, com a caminhada que, num passado recente, fez com que eu fizesse greve de fome no plenário da Câmara dos Deputados, vigília no Salão Verde acompanhado de idosos, aposentados e pensionistas e acampasse, como deputado, em frente à casa de um presidente.

Eu não poderia, agora, mudar de opinião ou de posição. Estarei aqui, com certeza absoluta, para votar com a minha consciência. E repito: respeito a posição de todos! Mas é impossível que, num único momento, eu negue a história de muitas vidas.

Encaminhada primeiramente à Câmara dos Deputados, a medida provisória foi aprovada pelos deputados com uma boa vantagem para o Governo, mas foi rejeitada no plenário do Senado Federal, em 17 de junho, que aprovou o substitutivo da Comissão Especial com o valor de R\$275,00. De volta à Câmara, para nova apreciação, os deputados ratificaram a votação anterior. Por uma diferença de cem votos, retiraram os R\$15,00 do salário mínimo aprovado pelos senadores, mantendo-o em R\$260,00, conforme a proposta oficial.

Fiz o que deveria ter feito, votei coerente com minha história, votei de acordo com meus princípios e minhas convicções. Votei a favor da população mais pobre, daquela que sobrevive com um salário mínimo. Votei respeitando aqueles que me confiaram o voto.

Ameaçado de punição pela Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores por não ter seguido sua orientação de voto, interpus recurso ao Diretório Nacional do Partido, acompanhado de outros dez parlamentares (uma senadora e nove deputados), solicitando a revogação da decisão. Entre os argumentos expostos para fundamentação do meu voto, lembrei que: “a luta por um salário mínimo que cumpra o preceito constitucional e a duplicação do seu poder de compra em

quatro anos fazem parte do nosso ideário, do programa do partido e dos compromissos de campanha do PT para a Presidência da República”

Em junho de 2004, encaminhei o PLS nº 200, de 2004 que dizia: Segundo o art. 1º, “a partir de 1º de maio de 2005, o salário mínimo será de R\$300,00 (trezentos reais), mais o aumento adicional correspondente ao dobro da variação real positiva do Produto Interno Bruto (PIB) verificada no ano imediatamente anterior”. No art. 2º estipulava que, a partir de 1º de maio de 2006, o valor do salário mínimo observaria critérios de reajuste que preservassem o seu valor real, sendo-lhe também garantido a concessão de aumento adicional.

“§ 1º O aumento adicional estipulado no caput corresponderá ao dobro da variação real positiva do Produto Interno Bruto (PIB) verificada no ano imediatamente anterior”; (...) “§ 3º É assegurado aos benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste estipulado no caput e art. 1º desta lei”.

Por sua vez, o Governo incluiu na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005 (Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004) proposta para reajuste do salário mínimo também com base no PIB per capita.

Apesar das intenções manifestadas publicamente pelo Governo de atualizar o valor do mínimo, a proposta para 2005 ficou muito aquém do necessário. O valor ficaria em torno de R\$ 283,00.

Em novembro de 2004, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou emenda ao Orçamento para 2005, propondo um salário mínimo de R\$300,00.

Ao mesmo tempo – ou talvez motivado pelas diversas iniciativas que já estavam tomando corpo pela defesa de uma proposta consistente para o mínimo no Congresso Nacional – o Governo solicitou estudos sobre o salário mínimo, recomendando que fosse encontrada solução para a concessão de um reajuste maior que os R\$283,00 para 2005 e estabelecidas regras permanentes para os próximos reajustes.

Em viagem com o Presidente Lula ao Sul do País, sugeri que, a exemplo do Estado do Rio de Janeiro, o Governo antecipasse a data de reajuste do salário para 1º de janeiro de cada ano.

A proposta, que sensibilizou o Presidente, foi manchete nos dias subseqüentes, causando desconforto entre alguns parlamentares da própria base do Governo.

Aparentemente determinado a estabelecer uma política de recuperação gradual do mínimo, o Governo noticiou a intenção de reajustá-lo para R\$300,00 em

2005, criando mecanismo de reabilitação gradativa do seu valor real, com critérios próximos aos estabelecidos na LDO-2005.

Além disso, e como um arremedo da minha sugestão inicial, a proposta previa que o aumento seria antecipado a cada ano, a partir de 2005, quando o reajuste seria em abril, até que a data-base de correção chegasse a janeiro.

Entretanto, em meados de dezembro, após reunião com as centrais sindicais, o Governo terminou por decidir que, em 2005, o salário mínimo seria elevado ao patamar de R\$300,00 e a data-base seria mantida em 1º de maio.

A proposta significaria um reajuste de 15,4%, com um aumento real de 9%. O Ministro do Trabalho em exercício informou que o valor de R\$300,00 significaria um impacto de R\$2,4 bilhões no Orçamento e que a antecipação do reajuste para o mês de janeiro provocaria um custo adicional de R\$5,32 bilhões no orçamento.

Além da proposta do governo ter ficado aquém do pretendido pelos sindicalistas e por mim que defendíamos o valor de R\$300,00 antecipado para janeiro de 2005 —, o jornal Folha de S. Paulo anunciou que “o Vice-Presidente José Alencar reacendeu a polêmica sobre a questão da desvinculação, ao dizer que ‘há um propósito muito grande’ dentro do Governo de desvincular os reajustes anuais do mínimo das correções dos aposentados da Previdência” e que estaria sendo preparado, no âmbito do Governo, um estudo sobre o assunto.

A mim coube a iniciativa da única possibilidade real de mudanças nesse quadro em 2005: a formação da Comissão Mista que estudaria uma proposta de política definitiva para o salário mínimo.

Dentro da coerência que sempre mantive a respeito da valorização do salário mínimo, apresentei no Senado Federal, em setembro de 2005, um Projeto de Lei (PLS nº 314, de 2005) baseado na aplicação de 5,5% a título de previsão inflacionária e de 26,51% a título de aumento real, sobre o valor atual do salário mínimo. A idéia era chegar ao montante de R\$400,40 para o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2006. Esta política de valorização do salário mínimo é decorrente dos critérios de reajuste previstos em todos os projetos apresentados por mim desde 2003.

Neste sentido, defendi também que, a partir de 1º de maio de 2007, o valor do salário mínimo observasse critérios de reajuste que preservassem o seu valor real ano a ano, sendo-lhe garantida, assim, a concessão do correspondente à inflação mais o dobro do PIB.

Vale salientar ainda que, em março de 2006, apresentei a PEC de nº13 que vinculava os benefícios dos

aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, ao salário mínimo.

Minha luta prosseguiu e apresentei o PL 01 em 2007 que previa reajustes de aposentadorias e pensões. Na proposição do Executivo, que dispunha sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelecia diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023, eu apresentei uma emenda estendendo o mesmo reajuste do salário mínimo para as aposentadorias e pensões.

Fiz questão de assegurar a todos os benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste e a mesma política de valorização estipulados naquela lei.

A partir de 1º de fevereiro de 2009 o salário mínimo no Brasil passou a ser de R\$ 465,00, um aumento total de 12,05%, sobre os R\$ 415,00 em vigor até janeiro, e um aumento real de 5,92%.

Apresentei emenda a Medida Provisória nº 474, de 2009, vigorando com a seguinte alteração.

“Art. 1º

II — em 1º de janeiro de 2011, o reajuste para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo corresponderá à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC verificada no período de janeiro a dezembro de 2010, acrescida de percentual equivalente ao dobro da taxa de variação real do Produto Interno Bruto — PIB de 2009, se positiva, ambos os índices apurados pelo IBGE;

Também apresentei emenda para assegurar a todos os benefícios de aposentadoria e pensão mantidos pela Previdência Social as mesmas diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2010 e 2023 nos termos do art. 1º daquela lei.

Em 2009 também, o Governo apresentou a Medida Provisória nº 475 e eu apresentei emenda à mesma determinando que os benefícios mantidos pela Previdência serão reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2010, em oito inteiros e noventa centésimos por cento.

Em parágrafo único ficava acertado que para os benefícios concedidos pela Previdência Social a partir de 1º de março de 2009, o reajuste de que trata o caput dar-se-ia de acordo com os percentuais indicados na tabela que seguia anexa.

Sr. Presidente, o ano de 2010 revelou uma virada na economia mundial, no País, apontando para um desempenho muito diferente daquele de 2009 — ano das dificuldades, da crise mundial e de seus reflexos na nossa economia.

O ano de 2010 teve um desempenho muito mais promissor. Todas as estimativas realizadas por analistas do mercado financeiro que apontavam para retomada forte do crescimento econômico brasileiro, como o PIB variando entre 5%, 6%, 8%, se revelaram verdadeiras.

As tendências para o crescimento são importantes tanto para as empresas como para a classe trabalhadora.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que me alonguei no tema, mas creio que para as pessoas que nos assistem na TV ou nos escutam na Rádio, é muito importante essa retrospectiva de toda uma luta que já vem de longa data.

É preciso que se diga que, a política estabelecida pelo Poder Executivo, a partir de 2003, é uma das mais avançadas já estabelecidas.

No governo Lula criamos 14 milhões de empregos com carteira assinada. Retiramos da miséria absoluta mais de 30 milhões de brasileiros.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que o salário mínimo subiu praticamente 50% no atual Governo, isso é um grande avanço, mas precisamos reconhecer que ainda não é o ideal. Precisamos avançar mais, precisamos dar condições para que os trabalhadores possam suprir suas necessidades básicas com o salário mínimo.

Eu quero que vocês que estão me ouvindo, saibam que mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas nestes anos, eu ainda acredito na importância da valorização do salário mínimo e enquanto eu tiver voz vou continuar afirmando isso e lutando por isso.

O artigo 7º da Constituição ainda há de ser cumprido em sua íntegra. Nossa gente merece isso.

Vamos em frente, derrubando as barreiras, vencendo os desafios e, com muita força, trabalho e coragem alcançaremos o nosso ideal!

Ao longo da estrada vida fiquei cada vez mais convencido que o poeta espanhol tinha razão quando disse: *“O caminho se faz caminhando...”*

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Pois não, Senador Paim. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

V. Ex^a é sempre muito fiel às suas origens, fiel às suas bandeiras. Tenho certeza de que o povo gaúcho e do Brasil inteiro tem muito orgulho do seu trabalho, não

somente aqui, no Senado, mas do seu trabalho da vida toda, representando os gaúchos e o povo brasileiro.

Meus cumprimentos, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Intervenção fora do microfone.*) – Obrigado, Senador Acir. V. Ex^a, como legítimo representante do PDT, sabe o quanto é forte essa marca do trabalhismo na minha vida.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado.

Agora, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, do PSDB do Amapá.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Paulo Paim pelo brilhante trabalho na Casa, principalmente com relação ao assunto que estava relatando: salário mínimo. Logicamente, essa luta do Senador Paim dará cada vez mais resultados, até que possamos chegar a um valor de salário mínimo que realmente dê condições de uma vida digna ao trabalhador brasileiro.

Senador Paim, V. Ex^a, tanto com relação ao salário mínimo quanto aos aposentados, tem tido uma presença mais que permanente, de homem lutador, que, realmente, tenta alcançar seus objetivos. Seria muito importante dizer que, quanto aos aposentados, V. Ex^a comandou e incentivou, nesta Casa, pelo menos duas vigílias de que participei, o que fez com que alcançássemos o objetivo do Senado Federal, que era, justamente, o de chamar a atenção para a necessidade de o aposentado ser olhado com mais respeito nesta Casa e ser dignificado pelo menos com a atenção das autoridades brasileiras. Isso aconteceu. Houve um reajuste além daquele que era previsto. Foi um valor simbólico, mas, para nós, muitas vezes, esse valor simbólico tem muito mais significado do que se fosse um valor financeiro um pouco maior. Por quê? Porque ali se fixou o compromisso dos Governos de tentar restabelecer esse direito do trabalhador brasileiro, do aposentado que deu sua vida, que passou e, cada vez mais, passa por diversos sacrifícios. Imaginem o que era trabalhar há 25 anos ou 30 anos, sob condições adversas, quando as leis não atendiam as necessidades ou os direitos do cidadão!

Por tudo isso o aposentado atual passou, num momento em que essas dificuldades eram mais vivas do que hoje. Hoje, com esse salário, ele tem de atender seu neto, porque o pai de seu neto, seu filho ou genro, pode estar desempregado; com esse salário, ele tem de manter seu atendimento na área da saúde,

comprando remédios; com esse salário, ele tem de atender outros objetivos na área da saúde, como, por exemplo, o de fazer um exame médico ou um exame laboratorial. Tudo isso, Senador Paim, faz parte da necessidade do aposentado.

Quero chamar a atenção, porque me veio à mente agora, que o Governador Serra, o então candidato José Serra, na sua campanha, disse e se comprometeu com o povo que daria um reajuste de 10% ao aposentado, o que seria louvável, e que o salário mínimo, no seu Governo, seria de R\$600,00. Digo, com certeza absoluta, que essa não foi uma proposta politiqueira, porque jamais José Serra faria uma proposta politiqueira durante uma campanha política. O Governador Serra, então nosso candidato à Presidência da República José Serra, fez essa consignação em suas propostas como candidato a Presidente da República porque – tenho certeza – existe essa viabilidade.

O Governo Lula, sendo isso extensivo à Sr^a Presidenta da República, Dilma Rousseff, poderia aproveitar esta oportunidade, quando o povo tem a esperança que Serra deixou, para reajustar o salário mínimo para R\$600,00, para que o aposentado tivesse garantidos, pelo menos, os 10% que ele propôs em campanha.

Precisamos olhar mais para o lado social, Senador Alvaro Dias. Precisamos olhar mais para o lado social. Que o Governo esqueça um pouquinho as vaidades e aquele excesso de conforto que tem!

Foi muito encoberta, muita apagada, principalmente na mídia, a situação econômica por que passamos, informação que não poderia estourar em plena campanha porque poderia prejudicar a Ministra Dilma, mas ela vai segurar uma bomba. Vai ser colocada, no dia 1º de janeiro, uma bomba no colo da Ministra Dilma. Então, que ela procure ter bom senso e consiga logo acabar com essa história dos aloprados que continuam lá!

Já querem comprar o Aerodilma, que deve custar cinco vezes mais do que custou o Aerolula. É verdade: já querem comprar o Aerodilma. Por quê? “Porque o que o outro usou a gente não deve usar, porque pode dar azar.” Essa é uma situação difícil, Senador Alvaro Dias. Enquanto estamos lutando pela observância das ações do Governo na área social, principalmente, os aloprados estão pensando em comprar um avião muito mais moderno e cinco vezes mais caro que o avião que serve ao Presidente da República.

Senador Alvaro Dias, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Papaléo Paes, meu aparte tem também esse objetivo. O Governo anunciou, há poucos dias, que vai adotar uma política de ajuste fiscal mais rigorosa, que é impossível

pagar o salário mínimo que se pleiteia, que é impossível pagar aos servidores da área militar conforme a PEC nº 300. Falou em reduzir gastos, em economizar etc. Este é um discurso necessário: economizar. Mas economizar como? Economizar em relação àquilo que é supérfluo, quanto aos gastos correntes desnecessários do Governo; economizar fazendo uma reforma administrativa que possa reduzir o tamanho dessa máquina descomunal, que cresce de forma assustadora para atender o apetite daqueles que, aliados do Governo, cobram caro para apoiá-lo. É essa briga que se vê, agora, na composição do Governo. V. Ex^a já antecipou: de um lado, falam em dificuldades e em economia, mas, de outro lado, vem a gastança desnecessária, como a compra agora de um Aerodilma, cinco vezes mais caro do que custou o Aerolula, que custou exatamente US\$56,7 milhões à época, aproximadamente R\$160 milhões. A cotação do dólar, hoje, é outra, e, em reais, o valor atual seria algo em torno de R\$98 milhões. Pois bem, o Aerodilma custaria cinco vezes mais. Mas esta é a indagação que deve ser feita: “Isso é prioridade?”. O Aerolula já é um deslumbramento, encantou a todos que o viram. É um avião fantástico, luxuoso. Gastou-se um horror na aquisição do Aerolula. Mas não é suficiente? Agora, querem comprar um avião ainda mais caro. Isso é uma afronta! Isso é uma afronta à pobreza do País! Os aposentados não podem receber reajuste. Veja: sou relator de um projeto, Senador Paulo Paim, que tenta fazer com que os aposentados da Varig, da Vasp e da Transbrasil possam receber o que lhes deve o Governo, que não paga. O Governo não paga! Não tem dinheiro para os aposentados, mas tem dinheiro para comprar o Aerodilma. É um Governo, portanto, de enormes contradições. O discurso mudou. Antes, vivíamos um momento mágico no Brasil. O Brasil vivia um momento mágico, mas, agora, vive dificuldades, na palavra do Governo novo. Então, saímos do Brasil da ficção, do Brasil do imaginário, para o Brasil real. Mas essa afronta de comprar o Aerodilma e de, na contraposição, não reajustar o salário mínimo como deve ser reajustado é uma afronta à pobreza do País. Cumprimento V. Ex^a pelo tema oportuno que leva à tribuna do Senado Federal!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias. Quero lembrar aqui a importância do seu pronunciamento. Deus nos livre da situação econômica em que poderemos estar no ano que vem! Realmente, todo o processo político está sendo feito pela equipe do Governo para que, agora, não exploda a bomba econômica, que, explodindo agora, logicamente, danificaria a popularidade do Senhor Presidente da República. “Deixe que a bomba estoure no colo da futura Presidente, porque ela terá

pelo menos quatro anos para tentar reverter a situação!” Mas o sacrifício que o Governo deveria fazer era o de incluir esses milhares e milhares de cargos que foram criados no Governo exatamente para fazer valer a condição do Partido e de seus acompanhantes no Governo. Pelo menos que se extinguissem vinte mil cargos de confiança que foram criados nesse Governo, com salários elevadíssimos! Realmente, isso faz com que não possamos concordar que, na hora de dar o reajuste para o salário mínimo – isso não sai do bolso do Governo, mas onera a Previdência –, na hora de dar o reajuste para o aposentado, não haja pelo menos esse sacrifício por parte do Governo de tentar austerizar o processo. Se vamos ter austeridade, vamos começar dentro de casa. O sacrifício não pode ser de uns, mas, sim, de todos.

Então, Senador Alvaro, quero me dirigir a V. Ex^a. Quando nosso candidato a Presidente, Governador José Serra, ex-Ministro, ex-Senador da República, ex-Governador de São Paulo, ex-Prefeito de São Paulo, naquela cadência de educação e de didática, falava, a Sr^a Dilma esperneava com aquele tema da privatização. E acho mais do que ninguém que o Presidente da República – não digo o Partido, porque o Presidente já não pertence ao PT, não tem mais característica alguma do PT, pelo menos do PT que conheci – agradece às privatizações! Nada melhor do que isso.

Se a Vale do Rio Doce estivesse nas mãos do Governo, Senador Acir, essa empresa, certamente, estaria deficitária, seria um cabide de emprego para os apaniguados do Governo, desfalcando suas qualidades e sua potência. A Vale do Rio Doce, nas mãos do Governo, jamais estaria melhor do que está.

Mas o Governo Lula, se não fez privatizações evidentes, privatizou o próprio Governo. José Serra dizia: “Vocês fizeram a privatização do próprio Governo!”. Como? Criando milhares de cargos públicos – é dinheiro público – e Ministérios, para atender aos companheiros do Partido dos Trabalhadores e aos aliados da base de apoio ao Governo. Então, privatizou-se o próprio Governo. Coisa pior do que isso não pode acontecer!

Então, estou lhe falando isso. Já fui prefeito e tenho condição de dizer que aquela miniatura de prefeitura, se fizermos a projeção, irá para todo esse complexo que é o Governo Federal, e vice-versa. E a criação de cargos de confiança? Se fosse concurso público, haveria necessidade absoluta. Parabéns pelo número de concursos públicos! Mas criar cargo de confiança para indicar quem entendemos que devemos indicar, sem outro critério que não o político, realmente é muito difícil.

Ouçõ o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, quero manter a mesma coerência do pronunciamento que fiz da tribuna quando lembrei, no meu histórico do salário mínimo, da figura de Fernando Henrique. Digo “100 pains” porque o salário mínimo já tinha chegado a US\$100 naquela oportunidade, em um momento bonito da História. Lembrei, de forma muito respeitosa e carinhosa, a figura do Governador e ex-candidato a Presidente José Serra, em dois episódios positivos: quando ele foi um dos que estiveram naquele momento da greve de fome e também quando da construção do seguro desemprego. É com essa mesma tranquilidade que lembro da figura de V. Ex^a. Nas vezes em que fizemos aqui aquelas vigílias para que o salário mínimo aumentasse no valor da inflação mais o Produto Interno Bruto (PIB) e também pelos aposentados, quando chegamos a 80%, V. Ex^a também sempre esteve junto. Por isso, Senador Papaléo Paes, cumprimento V. Ex^a por retomar o tema. Temos de continuar fazendo com que o salário mínimo cresça. Se, naquele período em que resgatei a história, ele valia US\$60 e se, hoje, ele vale US\$300, sem sombra de dúvida, esse é um avanço. E é fruto da luta de todos nós! Houve uma construção coletiva para esse momento acontecer. Se os aposentados receberam no ano passado, pela primeira vez na história, nos últimos vinte anos, um reajuste real que chegou a 7,72%, isso foi fruto também de uma visão coletiva de todos nós. Lembro-me de que a grande imprensa pressionou, pressionou, pressionou, no sentido de que Lula vetasse a emenda. E Lula não a vetou. Assegurou os 7,72%, reconhecendo o reajuste. Eu também entendo que a política do salário mínimo, que V. Ex^a resgata... Toda vez em que se fala de aumento do salário mínimo, vem a palavra “demagogia”. Quantas vezes ouvi este termo: “É demagogia do Paim. Quer que o salário mínimo ultrapasse a barreira dos US\$100.” Chegamos a esse valor e o ultrapassamos! É por isso que, neste momento, todas as centrais e confederações estão defendendo um salário mínimo de R\$580,00, bem próximo da proposta que V. Ex^a está defendendo. O que eles dizem que é isso? É a inflação mais o PIB deste ano. Se se usa o PIB de dois anos atrás, como em tese manda a legislação e o acordo feito...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – É zero!

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – É zero! Então, as centrais, corretamente, estão defendendo que, este ano, vamos dar a inflação mais o PIB do ano, que vai dar – não temos clareza do PIB, mas deve chegar a algo em torno de 7% a 8% – aproximadamente R\$580,00. E o que elas dizem? Que se estenda – e é o que diz a Cobap também – o mesmo percentual aos aposentados e pensionistas. É essa a linha que en-

tendi que V. Ex^a está defendendo. Sabemos que, entre R\$540,00 e R\$580,00, pode surgir outro número, mas quero dizer que estou endossando a posição das centrais sindicais. Há unanimidade em todas elas de que a proposta deveria ser de R\$580,00. O Presidente da Comissão de Orçamento, Senador Gim Argello, está ouvido todos. Já estive com ele, e poderemos voltar a conversar. Seria muito bom se nós, Senadores, tivéssemos uma conversa também com o Senador Gim Argello, com estes dois objetivos: que a peça orçamentária contemplasse o reajuste do salário mínimo, conforme a inflação e o PIB deste ano, e que também se estendesse aos aposentados o mesmo percentual. Se der a inflação mais o PIB e o mesmo percentual, vai dar, inclusive para o aposentado, mais de 10%. Se somarmos o PIB deste ano, que deve ser em torno de 7%, e uma inflação de 5%, serão 12%. Aí, seria dado para o aposentado e para o salário mínimo um reajuste em torno de 12%. Por isso, sua reflexão é boa. Temos de fazer isso mesmo. As sessões de segunda-feira e de sexta-feira são muito positivas no sentido de que nós, Senadores, estejamos aqui, para refletir e, dentro do possível, fazer com que o Governo – quando digo Governo, refiro-me ao próprio Congresso e ao Executivo – entenda que já está comprovado que a valorização do salário mínimo e o benefício aos aposentados e pensionistas são uma forma, inclusive, de combater a chamada crise internacional, que, como alguns dizem, está para vir de novo. A crise veio, e, felizmente, fomos os últimos a nela entrar e os primeiros a dela sair. Tomara que, desta vez, nem entremos na crise! Mas alavancar o valor do salário mínimo, fazendo com que a população brasileira melhore seu poder de compra, com certeza será um instrumento de vacina para combater a crise que, como muitos estão dizendo, poderá vir. Não sabemos – nem eu nem V. Ex^a – se, de fato, ela atingirá o Brasil. Tomara que não atinja! Mas uma medida de precaução seria elevar o valor do salário mínimo e também o benefício dos aposentados. Vejo isso de forma mais positiva do que o que é a teoria comum agora: “Temos de aumentar o juro, temos de aumentar o juro”. Só falam que é preciso aumentar o juro. Não vejo saída alguma nessa estória de aumentar juro toda vez em que há sinais de que a crise pode chegar ao Brasil. Cumprimento V. Ex^a e quero dizer que tenho o maior respeito aos líderes vencedores e àqueles que perderam as eleições. A história mostra o seguinte: perder uma disputa eleitoral não significa perder a batalha ou a história da sua vida. São momentos. Quem de nós, da vida pública, uma vez ou outra, não perdeu momentaneamente uma disputa? Nem por isso, deixamos de estar no campo de batalha,

na busca do melhor para todo o povo brasileiro. Meus cumprimentos a V. Ex^a!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paim. Agradeço-lhe suas palavras. As pessoas que assistem a esta sessão, com certeza absoluta, quando ouvem V. Ex^a, assim como nós aqui, sentem credibilidade em suas palavras e, mais que isso, a segurança de que o Senador Paim sempre liderará a luta pela justiça, por meio do salário mínimo e da aposentadoria. Parabéns a V. Ex^a! A atitude de V. Ex^a transcende qualquer questão partidária, qualquer questão ideológica, qualquer questão que venha a causar algum tipo de embaraço na discussão sobre as questões sociais que V. Ex^a tão bem representa aqui, no nosso Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar aqui de uma classe que trabalha junto conosco, na área da saúde.

Tudo em uma sala de cirurgia tem de ser asséptico e exato e tem de estar em perfeita ordem, pois ali se decidem vidas em risco, muitas vezes em urgência ou emergência. A aparelhagem e o instrumental precisam ser de qualidade e estar devidamente regulados e esterilizados. As pessoas que ali atuam, desde o cirurgião, como o Senador Mozarildo Cavalcanti, até o último auxiliar, devem ser profissionais bem formados e treinados, de modo que as intervenções que fazem sejam o mais possível bem sucedidas. O mínimo erro ou desentendimento pode ser fatal.

Dentre os profissionais da mesa cirúrgica, gostaria de destacar hoje o instrumentador cirúrgico, que trabalha junto ao médico-cirurgião durante a intervenção, passando-lhe tudo de que ele necessita, no momento em que o solicita, com exatidão e presteza. É de responsabilidade do instrumentador o perfeito funcionamento do instrumental e dos equipamentos usados na cirurgia, devendo se preparar antes de a cirurgia começar, prevendo e separando o material a ser usado, podendo também preparar o paciente de acordo com as preferências da equipe cirúrgica, se já a conhece e está acostumado a trabalhar com ela.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante o ato cirúrgico, o instrumentador monitora o material usado, cuidando para evitar o desperdício e solicitando depois a reposição de material de consumo. Tem de ficar atento aos movimentos da equipe cirúrgica, tendo sob controle a quantidade de compressas, de gazes, de agulhas e de demais objetos, que não podem ser perdidos ou esquecidos. De sua percepção espacial de tempos e movimentos depende o bom rumo da cirurgia, pois precisa, ao mesmo tempo, estar próximo e não atrapalhar. É ele, o instrumentador

cirúrgico, também que supervisiona a manutenção da assepsia da equipe.

Para seu bom desempenho profissional, é preciso que conheça não apenas o nome e eventual apelido de cada instrumento, mas também os gestos usuais dos cirurgiões, sendo capaz de observar a sequência do ato cirúrgico, para até poder disponibilizar um instrumento antes mesmo de o cirurgião o solicitar.

Esse profissional precisa, portanto, ter uma formação adequada à especificidade e à responsabilidade de suas atribuições.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei a esta Casa o Projeto de Lei nº 245, de 2010, que regulamenta a profissão, reservando seu exercício aos que tenham concluído curso específico de instrumentação cirúrgica, em instituição reconhecida no Brasil ou no exterior, com revalidação do diploma na instituição brasileira apropriada.

Além disso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ficam reconhecidos os que comprovem já exercer a atividade de instrumentador cirúrgico há pelo menos dois anos e, é claro, na data de publicação da lei. Desse modo, pretendo que a profissão de instrumentador cirúrgico receba a devida proteção e reconhecimento.

Atualmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 245, de 2010, tramita na Comissão de Assuntos Sociais, tendo sido designado Relator o nobre colega, o médico e Senador Mozarildo Cavalcanti. Tenho absoluta certeza de que V. Ex^a, Senador Mozarildo, dedicará especial atenção a essa proposição legislativa.

Desde já, solicito a todos os colegas, Senadoras e Senadores, que observem a importância do projeto de lei que apresento, exatamente atendendo a uma necessidade absoluta na área da saúde. Que o projeto tramite com a maior celeridade possível dentro do Congresso Nacional!

Senador Mozarildo, com muita honra, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Papaléo, primeiramente, quero dar meu depoimento, meu testemunho do trabalho de V. Ex^a no Senado como um todo, mas especialmente na Comissão de Assuntos Sociais, na Subcomissão da Saúde, em que V. Ex^a realmente dirigiu os trabalhos, foi parte integrante, foi atento, sempre discutindo os problemas da saúde em nosso País e outros problemas sociais. Na saúde, e V. Ex^a fez um projeto importante, para quem não tenha informações melhores, pode parecer surrealismo falar em regulamentar a profissão de instrumentador, porque o paciente e muitas pessoas que até têm curso superior pensam que, na cirurgia, devem estar presentes o cirurgião e o anestesista, não se lembram sequer do auxiliar do cirurgião e muito menos do instrumentador,

que é vital. V. Ex^a ressaltou muito bem a importância dele, porque o cirurgião, quando está operando, precisa estar concentrado justamente no campo cirúrgico, no que ele está fazendo, no que ele está encontrando. Portanto, os gestos que ele faz, pedindo esse ou aquele equipamento, esse ou aquele instrumento, são fundamentais. Então, deve haver uma interação perfeita entre ele, o auxiliar e o instrumentador. Se já não é lembrado o auxiliar, o que assiste, o que ajuda de perto o cirurgião, imagine o instrumentador! Assim, é importante que essa iniciativa de V. Ex^a venha, de fato, não só prestigiar aqueles que já trabalham, mas, primeiramente, e eu diria com muito mais ênfase, regulamentar a profissão, na área de saúde, daquele que atua dentro do centro cirúrgico, que é fundamental para o bom êxito da cirurgia, para o bom êxito da equipe que está agindo naquele momento. Portanto, quero cumprimentá-lo. Como Relator, pode estar certo, de que vou analisar o projeto com muito carinho, até porque, conhecendo de perto a importância do instrumentador, vou procurar, realmente, fazer um relatório à altura do seu projeto. Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo. Realmente, fiquei muito feliz quando tomei conhecimento da designação de V. Ex^a para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 245, que regulamenta a profissão de instrumentador cirúrgico. Fiquei muito feliz exatamente por V. Ex^a conhecer profundamente a área da cirurgia e por V. Ex^a entender quais são as verdadeiras intenções do nosso projeto.

Sr. Presidente, muito obrigado pela concessão do tempo. Desejo que, cada vez mais, possamos discutir, nesta Casa, assuntos de interesse nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem, Senador Papaléo Paes! Meus cumprimentos pelo tema trazido hoje à tarde ao Senado.

Dando sequência, estamos alternando: ora um orador inscrito, ora outro pela Liderança. Como o Senador Papaléo falou para uma comunicação inadiável, convido agora o Senador Mozarildo Cavalcanti como orador inscrito para usar da palavra.

É intercalado, Senador Alvaro Dias: um Senador pela Liderança e um pela ordem de inscrição.

Então, com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Acir, que preside esta sessão, quero dizer que o meu tema de hoje nesta tribuna é a Amazônia, como, aliás, tem sido de maneira reiterada. Não poderia ser diferente. Sendo eu um Senador de Roraima – e, portanto, um Senador da parte mais extrema ao

norte do Brasil e da Amazônia –, não poderia deixar de analisar mais um aspecto de problemas que têm a ver com a Amazônia.

Quero me referir hoje no meu pronunciamento a uma matéria que foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 15 de maio passado, que chama a atenção para uma situação da maior gravidade, que exige uma postura firme do Governo brasileiro. O interessante é que essa reportagem foi publicada em maio e tem muito a ver, Senador Acir, com o que acontece hoje no Rio de Janeiro, com essa verdadeira guerra no Estado – leia-se: Polícia Militar, Polícia Civil do Rio de Janeiro, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e, agora, para satisfação de todos os brasileiros, com a colaboração efetiva das Forças Armadas, porque eu ouvia aonde chegava muitos cidadãos e cidadãs perguntarem: “Por que as Forças Armadas não colaboram de maneira mais ostensiva nessa verdadeira guerra, que é realmente o narcotráfico?”

Aqui, na matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 15 de maio, é mencionado um relatório produzido pela inteligência da Polícia Federal, datado de 28 de abril, segundo o qual a guerrilha colombiana, além de violar sistematicamente a fronteira do Brasil, realiza, dentro do território brasileiro, muitos dos seus negócios, principalmente o narcotráfico.

Eu até lembrei aqui, num aparte ao Senador Simon, quando ele estava analisando essa guerra no Estado do Rio contra o narcotráfico, que o Senador Crivella está encabeçando o pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de uma CPI, para tratar das fronteiras brasileiras. Eu disse, então, que quero ser, depois do Senador Crivella, o primeiro subscritor dessa CPI, porque na Subcomissão Permanente da Amazônia, da qual sou Presidente, uma Subcomissão que pertence à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nós estamos fazendo um trabalho de diagnóstico da realidade das nossas fronteiras, notadamente das fronteiras da Amazônia, mas também, mais para baixo, até mesmo chegando a Mato Grosso do Sul, ao Paraná etc. Nós devemos, realmente, ver que as nossas fronteiras são a grande porteira aberta para essas atividades.

Pois bem, esse relatório da Polícia Federal contradiz frontalmente o discurso do Governo de que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as famigeradas Farc, não agem do lado brasileiro da fronteira.

Aliás, a matéria do precioso diário estampa como título o seguinte: “Captura de guerrilheiro pela PF em Manaus revela base das Farc no Brasil”.

Então, vejam bem, a história não é de hoje. Aliás, a história do narcotráfico no Rio de Janeiro tem pelo menos três décadas.

A ação da Polícia Federal desmantelou uma base importante que funcionava perto de Manaus e prendeu, no dia 6 de maio, José Samuel Sanchez, apelidado de Tatareto (gago, em espanhol), e mais sete pessoas. Tatareto, de acordo com a Polícia Federal, integra a Comissão de Logística e Finanças da 1ª Frente das Farc, um dos mais importantes destacamentos da guerrilha colombiana.

Em um sítio pertencente a esse homem, situado perto, repito, perto da cidade de Manaus, capital do Amazonas, foram encontrados equipamentos utilizados para a comunicação com as forças guerrilheiras da Colômbia. Os contatos aconteciam geralmente às 7, às 12 e às 17 horas, por meio de diálogos codificados.

Os aparelhos de radiocomunicação ficavam escondidos dentro de um tonel e a antena estava cuidadosamente camuflada entre as copas de duas árvores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, certamente esse integrante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, que era um dos chefes da guerrilha, cujo apelido é Tatareto, não tinha apenas fixado residência em terras brasileiras. Ele é acusado de comandar uma importante rota de tráfico, utilizando rios da Amazônia – repito, rios da Amazônia – para fazer chegar a Manaus carregamentos de cocaína produzidos pelas Farc na selva colombiana. O posto montado perto de Manaus era uma base de distribuição da droga para outros Estados brasileiros e para o exterior.

Vejam bem, o que nós temos repetido aqui com insistência: as fronteiras brasileiras, notadamente na Amazônia, que são nada mais nada menos que onze mil quilômetros de fronteira seca, isto é, que não tem nenhum obstáculo para se passar de um lado para o outro, às vezes, ainda tem a facilidade dos rios, como, por exemplo, da Colômbia para o Amazonas, ou qualquer outro país desses que tem produção de drogas.

Parte do dinheiro da venda de drogas é usado para a aquisição de mantimentos, combustível e insumos para o processamento químico da coca pelas Farc. O restante é investido na compra de terrenos e barcos de pesca. Os colombianos chegam a estabelecer empresas para que as atividades ilegais não chamem a atenção das autoridades policiais e tributárias.

As propriedades não são registradas em nome de José Samuel Sanchez, o Tatareto, mas em nome de Carlos Rodrigues Orosco, ou “Carlos Colombiano”, um provável testa-de-ferro, segundo o relatório da Polícia Federal. Uma das empresas que servem para acoberstar as atividades ilegais é o Frigorífico Tefé Comércio e Navegação Ltda.

Vejam bem, o esquema das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Farc, já tem empresas brasileiras. E aqui está citado o Frigorífico Tefé Comércio e Navegação Ltda., lá no Amazonas.

Esse frigorífico está registrado desde 1998, o que comprova que as operações do grupo já ultrapassaram uma década e servia para maquiar os carregamentos da droga, que era transportada desde a fronteira da Colômbia até Manaus sob camadas de peixe. O endereço do frigorífico, que consta na Junta Comercial do Amazonas, é um flutuante ancorado na orla de Tefé e está vinculado a um capital social de apenas R\$80 mil.

Vejam que um assunto desses, que, repito, foi publicado em maio, é do conhecimento das autoridades brasileiras, porque foi detectado pela Polícia Federal, num belíssimo trabalho. Mas que providência foi tomada? Nada, nenhuma providência, de fato, tem sido tomada contra o tráfico de drogas, de armas, o desca-minho de minérios e de outros produtos da Amazônia, na extensa faixa de fronteira que nós possuímos.

Há outros terrenos de propriedade dos traficantes sendo que um documento de posse de terreno em nome de Carlos Colombiano foi apreendido pela Polícia Federal no carro desse outro comparsa dele, que é o José Samuel Sanchez. O forte indício de que Carlos é testa de ferro é que, em conversas gravadas pela polícia, Carlos Sanchez, mais conhecido por Tareteto, afirma que é dono da propriedade.

Não é segredo que as Farc têm atuado no território brasileiro. Pior que não é segredo, mas o Governo brasileiro não toma nenhuma providência! O Governo brasileiro até nega, nega que as Farc atuem no território brasileiro.

A imprensa tem noticiado, com alguma insistência, fatos que demonstram que o Governo não se empenha em coibir sua ação danosa ao Brasil. E por quê? Por que será que o Governo brasileiro tem essa atitude de complacência com as Farc? Talvez por questão ideológica. Ao mesmo tempo, essas mesmas Farc alimentam o tráfico de drogas, de armas, para prejudicar os brasileiros e brasileiras, notadamente, como nós estamos assistindo agora, a população mais pobre que mora nos morros do Rio de Janeiro.

No dia 16 de maio último, *O Estado de S. Paulo* destacava que o Governo brasileiro demonstra uma posição hesitante em relação às Farc, deixando em situação difícil os órgãos nacionais de segurança.

Como ilustração do relacionamento censurável, para dizer o mínimo, existente entre o Governo brasileiro e os guerrilheiros, destaco um trecho da matéria:

Desde que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o Palácio do Planalto, o tema

Farc é tabu. Brasília resiste firmemente às pressões de Bogotá e de Washington e não admite a possibilidade de classificar a guerrilha colombiana como organização terrorista. Em troca, as Farc dão mostras de que confiam no governo brasileiro: em duas oportunidades, a guerrilha aceitou que aeronaves militares do Brasil acompanhassem a Cruz Vermelha em delicadas missões de resgate de reféns na selva.

O jornal levanta, ao final da matéria denominada “*Status da guerrilha* junto ao governo cria dilema para agentes”, a hipótese de a simpatia do Governo – do Governo Lula – pelas Farc constituir a explicação para o fato de se ter demorado tanto a investigar a ação dos guerrilheiros em nosso território. Repito: já não é aqui tolerar ações das Farc na Colômbia, não; é tolerar ações das Farc no território brasileiro. E, aqui, em uma ação, repito, flagrada, documentada pela Polícia Federal em maio deste ano.

Aliás, é de se estranhar o silêncio do Governo em relação aos guerrilheiros colombianos, pois, em 10 de março de 2008, o jornal *O Globo* já tinha chamado a atenção do público com uma matéria intitulada “PF na rota das Farc na selva”. Era noticiado, na ocasião, o início das operações da base Garateia, na confluência dos rios Içá e Solimões, com o objetivo de fechar uma das principais portas de escoamento de cocaína comercializada pelas Farc em território brasileiro.

A instalação dessa base se tornara crucial, visto que, somente em uma operação realizada no ano de 2007, a Polícia Federal tinha apreendido quinhentos quilos de cocaína no rio Içá.

A reportagem detalha que é difícil conter o tráfico, que se vale dos mais variados artifícios para o transporte da droga. A cocaína já foi descoberta dentro de alimentos – citei aqui que vinha para Manaus debaixo de camadas de peixe e em outros alimentos – como cebolas, mandiocas, abacaxis; em cortinas; em voadadeiras (um tipo de barco muito usado na Região Amazônica); e até em cordas de redes.

Sr. Presidente, outra matéria, do dia 28 de abril, da Agência Estado, publicada na Internet, informa que rebeldes do EPP (Exército do Povo Paraguai), usaram o território brasileiro para a realização de reuniões com as Farc e para esconder dinheiro conseguido por meio de sequestros realizados no Paraguai. Essa informação consta dos arquivos de computador de Raul Reys, um dos principais líderes das Farc, morto em 2008 num ataque do exército colombiano no Equador.

Todos esses fatos demonstram à saciedade que as ações do governo brasileiro, quando acontecem, ainda se mostram tímidas, além de contradizer o discurso do governo de que as Farc não atuam em território brasileiro.

Portanto, é a própria Polícia Federal que constatou. E, vou repetir, não foi agora, não; foi em maio deste ano, em abril e maio deste ano. Portanto, estou chamando a atenção desse problema agora, porque nós estamos vendo, à exaustão, o que está se passando no Rio de Janeiro, com essa verdadeira mobilização nacional para desmantelar o narcotráfico, que há décadas domina não só o território do Rio de Janeiro, mas o Brasil todo – e, notadamente, Senador Acir, a nossa Amazônia.

Como se não bastasse, o governo colombiano pede ao Governo brasileiro que não permita que o País se torne refúgio das Farc. Esse pedido aconteceu depois da divulgação do relatório da Polícia Federal, em 28 de abril deste ano, no qual constam informações de que os guerrilheiros têm bases permanentes no Brasil. E aqui – ficou comprovado –, em Manaus, na capital do segundo maior Estado da Amazônia, que é o Amazonas.

Sobre esse assunto, teria declarado o Ministro do Interior e da Justiça da Colômbia: “Nós, como sempre, pedimos aos governos de fronteiras que expulsem esses criminosos de seus territórios”. O Ministro acrescentou que pediu ao governo brasileiro que não permita que o nosso território seja um refúgio de narcoterroristas. Porque é isso que eles são, fazem terrorismo, usando como moeda a droga e, como mercadoria adicional, as armas de grosso calibre, moderníssimas, que vêm de outros países e que passam por aí.

Como se pode ver, Sr^{as} e Srs. Senadores, a situação está a exigir providências urgentes e efetivas. Sabemos que, se não cortarmos esse mal pela raiz, ele se alastrará, trazendo sérios danos à ordem pública na Amazônia brasileira e, por consequência, no País todo.

Espero que o Governo, após tantas evidências, mude seu discurso e passe a atuar efetivamente na eliminação de qualquer possibilidade de ação do narcotráfico, das Farc ou de quem quer que seja no território da Amazônia.

Por isso é que eu quero dizer que é importante fazer essa CPI. Espero que essa CPI, pelo menos, não seja obstruída pelo próximo governo da Presidente Dilma, porque não adianta fazer CPI – o Senador Marcelo Crivella, que é do Rio de Janeiro, está encabeçando essa CPI – se não houver intenção de apurar. Se não houver intenção de apurar, vamos instalar uma CPI e, aí, de repente, a maioria não dá quórum para aprovar nada, e a CPI fica desmoralizada na sua investigação.

No entanto, quero dizer que é um dever de todo o Congresso Nacional... Aliás, não é só do Congresso Nacional. Está aí o exemplo do Rio. Quando há realmente a união, um verdadeiro mutirão entre o Governo Federal... Aí, inclusive, entendido também o Poder Judiciário estadual, que está colaborando, com

ações rápidas, com decisões rápidas, para transferir traficantes para presídios de segurança máxima, para não conceder certas ações liminares e para conceder prisão de parentes desses traficantes.

É preciso haver uma guerra nacional. E não há como fazer essa guerra se não formos em uma das principais causas, que é exatamente a facilidade de entrada dessas drogas e dessas armas pelas fronteiras escancaradas da Amazônia, que são extremamente despolicizadas. Mas, o que é pior, quando um órgão do Governo, mesmo que trabalhe em situação precária, como é a Polícia Federal... Eu tenho aqui que louvar inclusive o trabalho que fazem, porque têm pouco pessoal, pouco instrumento, pouco equipamento e, mesmo assim, conseguem fazer. Mas quando o conseguem, o que fazem, o que acontece depois? Não há o desdobramento, não há uma ação de governo para coibir isso.

Eu quero também aqui dar notícia de uma nota triste que ocorreu esses dias:

Governo ignora assassinio de policiais federais.

Portais oficiais do governo e até o site da Polícia Federal ignoraram o assassinato, dia 17 [17 agora, agora!], e o sepultamento dos policiais federais Mário Lobo e Leonardo Matzunaga, por traficantes, no Amazonas [lá no Estado do Amazonas, dois policiais federais assassinados]. Nem sequer noticiam o estado de saúde do policial Charles Nascimento, ferido no confronto. A única manifestação do diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Correia, foi enviada apenas pelo e-mail institucional dos servidores. Já a Procuradoria da República (...) divulgou nota pública de pesar.

Então, é um contrassenso: de um lado, a Polícia Federal heroicamente descobre, documenta, comprova a ação das Farc, de narcotraficantes no Estado do Amazonas, dentro, portanto, já do território nacional; por outro lado, a Polícia Federal, trabalhando com toda a escassez que tem, perde dois dos seus homens, e um outro está gravemente ferido, e não há, nem num caso, nem no outro, um posicionamento do Governo em favor dessa questão.

Eu, inclusive, quero aqui, Senador Acir, registrar que o Sindicato dos Policiais Federais prestou uma homenagem aos policiais mortos no Amazonas, e há também a carta de uma mãe de um policial federal, justamente tratando desse lamentável assunto, que peço a V. Ex^a que sejam parte integrante do meu pronunciamento.

Encerro, fazendo uma conclamação a todos, tanto do Poder Judiciário, como do Ministério Público, como do Poder Executivo, do Poder Legislativo, para que nós façamos uma grande operação, mais ou menos nos moldes da Operação Mãos Limpas, na Itália: vamos unir todos os Poderes da Nação, já que a população espera por isso; vamos aproveitar este momento de ataque ao narcotráfico no Rio de Janeiro para eliminar essa doença do Brasil, ou pelo menos evitar que ela funcione de maneira tão complacente, às vistas do Poder Público, sem que nada seja feito.

Portanto, fica aqui o meu registro e quero repetir: se não houver interesse do Poder Executivo, com a colaboração dos demais Poderes, e uma mobilização ampla da sociedade, como está sendo feita agora no Rio de Janeiro, nós vamos passar para a história como coniventes.

Nós, não, porque pelo menos eu estou aqui denunciando e pedindo providências, fazendo o que está ao meu alcance fazer, que é denunciar, cobrar providências, desdobrar-me como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira e me oferecer para ocupar qualquer posição na CPI

das Fronteiras do Brasil. Eu estou aí para isso mesmo, porque acho que a Amazônia não pode mais ser tratada desse modo.

Aliás, o resto do Brasil está pagando um preço por tratar a Amazônia com descaso, por tratar 61% do território brasileiro como se fosse o quintal do País. Só que por esse quintal – para eles, não para nós, amazônidas – estão realmente entrando, só para dar o exemplo, o narcotráfico, o tráfico de armas, o descaminho, o contrabando de riquezas naturais da Amazônia para outros países. E, o que é pior, os amazônidas, os 25 milhões de brasileiros e brasileiras que lá vivem, estão vivendo como cidadãos de segunda categoria neste País.

Portanto, fica aqui, Senador Acir Gurgacz, o meu registro, reiterando o pedido para transcrever aquelas duas matérias que citei.

***DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.***

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

28/11/2010|00:00

Governo ignora assassinio de policiais federais

Portais oficiais do governo e até o site da Polícia Federal ignoraram o assassinato, dia 17, e o sepultamento dos policiais federais Mario Lobo e Leonardo Matzunaga, por traficantes, no Amazonas. Nem sequer noticiam o estado de saúde do policial Charles Nascimento, ferido no confronto. A única manifestação do diretor-geral da PF, Luiz Fernando Correia, foi enviada apenas pelo e-mail institucional dos servidores. Já a Procuradoria da República (AM) divulgou nota pública de pesar.

[Home](#) » [Notícias](#) » [Nacional](#) » [Carta de uma mãe de policial federal](#)

NACIONAL

24/11/2010

[Carta de uma mãe de policial federal](#) »

Senhor MARCOS VINÍCIO DE SOUZA WINK
Presidente da FENAPF

Apoitada pela notícia do falecimento dos agentes da Polícia Federal no Amazonas, colegas de meu filho, também agente e estabelecido na cidade de Tabatinga, da qual regressei há pouco mais de 20 dias, não tive como me esquivar de lhes fazer este relato, pois a dor dessas famílias também é a minha e a de todos os que já passaram por situação semelhante.

Em Brasília, diante do quadro desesperador que esses momentos carregam, não pude deixar de pensar que aquele filho ali velado poderia ser o meu, ou o de outro casal, pois o que aconteceu não foi uma mera fatalidade, mas sim uma conjunção de fatos que, se levados em consideração, poderiam ter evitado a tragédia que estava por acontecer naquela região, por onde passa grande parte da cocaína comercializada e consumida no mundo.

Preciso falar que, nos dias que lá passei, fui testemunha do esquecimento e do abandono em que se encontram esses profissionais - e toda aquela região do país - e dizer que já se falava, há algum tempo, das ameaças que os policiais federais daquela cidade vinham recebendo por parte dos traficantes ali atuantes.

Além disso, é notório o sucateamento do material disponível para que os agentes exerçam o seu árduo e perigoso trabalho. Isso tudo - e muito mais - já está amplamente divulgado pela mídia, pelo Sindicato e agora, provavelmente, já constatado pelos responsáveis por essas averiguações, consequência dessa tragédia.

Espero que não seja preciso perdemos mais nossos filhos, maridos ou pais policiais para que se valorize e ampare o trabalho desenvolvido por esses homens que põem em risco as próprias vidas para salvar as dos consumidores dessa substância química entorpecente e ilegal, que circula em todas as camadas sociais do nosso planeta. E lhes peço isso em relação a todos os policiais, sejam eles federais, civis ou militares, que trabalham em nosso país a fim de levar a sociedade do abraço amargo das drogas e da violência que já se banaliza em nossas cidades.

Mãe várias noites sem conseguir dormir, pensando que meu filho, e os de outras mães, ainda continuam - e continuarão - naquele lado do Brasil, porque foi isso que escolheram e idealizaram para si, estudando por vários anos, sem descanso, todos com curso superior completo e uma árdua passagem na Academia da Polícia Federal para a conclusão de sua formação, sigo questionando-me: por que o governo esgiu e investiu tanto nesses profissionais que protegem a fronteira oeste do nosso imenso país e agora os abandona a sua própria sorte, sem as condições mínimas necessárias para enfrentar homens fortemente equipados, como sabidamente são os grupos ligados ao tráfico de drogas e armas?

Por que o treinamento de tiros não é constante para que eles obtenham a destreza necessária para o exercício de suas funções? Por que a Aeronáutica pode ajudar no combate ao tráfico aéreo e a Marinha e o Exército não podem atuar dessa maneira quando se trata de tráfico por meio fluvial, marítimo ou terrestre? Por que o Exército é responsável pela compra do material básico usado pela Polícia Federal e não ela própria?

Em 2010 o orçamento da União previu para a Polícia Federal a quantia de R\$ 930.500.000,00 (novecentos e trinta milhões e quinhentos mil reais). Por que, então, os agentes têm que comprar o material e o uniforme de que necessitam para a execução do seu trabalho em vez de os receberem da instituição, como acontece em algumas categorias? Qual o critério de distribuição da verba e do número de agentes em cada Estado, uma vez que algumas Unidades da Federação são mais extensas, com maior área de fronteira que outras e, por isso, necessitam maior efetivo? Por que ainda existem essas diferenças gritantes nos aparatos das polícias do sul e do sudeste em relação às demais?

E assim como essas, assaillam-me outras muitas indagações em relação à organização, à conduta e à finalidade das polícias do nosso país, mas a minha intenção primeira foi a de fazer o que deveria ter feito - e não fiz - assim que retornei de Tabatinga: relatar a falta de pessoal e de condições adequadas e seguras de trabalho naquela região e pedir à Polícia Federal que não permita que nossos filhos - policiais ou não - continuem morrendo pelas mãos dos traficantes.

Urge que providências concretas sejam tomadas. A Pátria não precisa de heróis e o povo não carece de mártires. O aparelhamento e o aprimoramento constante das nossas polícias devem ser prioridade para que o crime organizado esteja sempre em desvantagem, seja aqui ou em qualquer ponto do Brasil, e principalmente em Tabatinga, uma das principais cidades do corredor do narcotráfico.

Brasília, 22 de novembro de 2010.

Aidaré Guerra Machado

Fonte: Agência Fenapef

NACIONAL

24/11/2010

Dia de homenagem

Ato homenageia policiais mortos no Amazonas. DG não foi, nem mandou representantes »

Cerca de 150 policiais federais participaram na manhã desta quarta-feira do ato em memória dos agentes federais Leonardo Matzunaga e Mauro Lobo assassinados no Amazonas na última semana. A homenagem aos colegas foi marcada por pronunciamentos fortes dos dirigentes sindicais e também pela celebração religiosa conduzida pelo padre e deputado federal pelo PT da Paraíba, Luiz Couto.

Em sua celebração Luiz Couto falou sobre a importância da Polícia Federal e do trabalho realizado pelos policiais federais por todo o Brasil. Couto ressaltou que aquela era uma cerimônia em homenagem aos agentes falecidos, mas também aos policiais que continuam combatendo o bom combate. "É preciso continuar lutando", disse o deputado que em seguida chamou todo o orar pelos dois policiais. A celebração foi encerrada com uma bênção aos familiares dos colegas, e aos presentes e com uma salva de palmas aos colegas assassinados.

Paulo Pimenta (PT-RS), também presente no encontro, disse que a morte dos dois policiais não pode ter sido em vão. "Eles tem que nos inspirar a buscar as mudanças", disse. Pimenta frisou que a Polícia Federal precisa de mudanças estruturais profundas com uma Lei Orgânica de verdade. "Hoje o grande problema que temos são as fronteiras, e muitas das operações realizadas por lá têm que ser coordenadas por policiais com experiência e não por delegados recém empossados na PF". Pimenta reafirmou o apoio aos policiais e seu apoio às propostas das entidades de classe da categoria.

O presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais Marcos Vinício Wink ressaltou que três criaturas foram responsáveis pela morte dos policiais. "O primeiro é o superintendente da PF no Amazonas". Segundo Wink, na gestão do delegado, o terceiro com maior índice de rejeição do Brasil, morreram três peritos, a casa do presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Amazonas foi metralhada e agora dois policiais são assassinados. Wink lembrou que Mauro Lobo denunciava na própria Superintendência as precárias condições de trabalho à disposição dos policiais o que o levou a ter a antipatia do chefe. "E agora esse superintendente aparece chorando no jornal", disse o presidente emocionado.

O presidente da Fenapef também destacou a culpa do diretor Luiz Fernando Corrêa. Wink frisou que quando o DG assumiu o comando da corporação contava com apoio de agentes, escrivães e papiloscopistas, mas se afastou dos policiais. "Os colegas morreram porque não existem recursos para comprar equipamento de ponta, mas dinheiro para remoções e viagens para Europa de alguns delegados não falta na gestão desse DG".

Wink destacou o IPL como o terceiro responsável. Ele disse que qualquer inquérito policial absorve o trabalho de 10 policiais que têm de se dedicar a produzir burocracia. "Na missão para conter os traficantes foram designados apenas sete policiais", denunciou. Para ele a atividade fim da polícia, que é proteger a sociedade, está sendo deixada de lado. "A PF está sendo transformada em uma imensa máquina de produzir papéis, enquanto isso a cocaína e os fuzis entram por nossas fronteiras".

O ex-presidente da Fenapef, Francisco Garisto, também fez uso da palavra. Garisto condenou os policiais que preferiram ficar em suas salas ao invés de participar do ato em homenagem aos policiais mortos. "Além disso, a Divisão de Comunicação Social não deu uma linha sobre a morte dos colegas. Isso demonstra qual o aprego desta direção pelos seus policiais", disse o ex-presidente.

Olhando para o alto do edifício sede, Garisto chamou o diretor-geral para o ato que acontecia no térreo para, pelo menos, se solidarizar com a família de Matzunaga. Ele não apareceu.

A presidente do Sindicato dos Policiais Federais na Bahia Rejane Peres, muito emocionada, leu a carta da mãe de um policial federal enviada para o presidente da Fenapef. Na carta ela narra as dificuldades enfrentadas pelos policiais nas fronteiras e faz um apelo. "Espero que não seja preciso perdermos mais nossos filhos, maridos ou pais policiais para que se valorize e ampare o trabalho desenvolvido por esses homens que põem em risco as próprias vidas para salvar as dos consumidores dessa substância química entorpecente e ilegal, que circula em todas as camadas sociais do nosso planeta".

FAMÍLIA - Melissa Matzunaga irmã do agente Leonardo Matzunaga disse que a família quer apoiar a luta dos policiais federais. "Meu irmão era uma pessoa muito alegre e querida e o perdemos para os bandidos. Agora queremos que a morte dele não tenha sido em vão", disse Melissa emocionada. A irmã do policial fez um apelo ao DPF e ao governo para que equipem melhor os policiais para que mortes como a dos dois policiais não ocorram mais. "Pedimos que todos vejam este triste episódio com um marco, porque as coisas não podem continuar desse jeito".

Nacional
Ato homenageia policiais mortos no Amazonas. DG não foi, nem mandou representantes»

Cerca de 150 policiais federais participaram na manhã desta quarta-feira do ato em memória dos agentes federais Leonardo

Matzunaga e Mauro Lobo também pela celebração religiosa conduzida pelo padre e deputado federal pelo PT da Paraíba, Luiz Couto, assassinados no Amazonas na última semana. A homenagem aos colegas foi marcada por pronunciamentos fortes dos dirigentes sindicais e

Policiais federais realizam na próxima quarta-feira, 24, um ato em frente ao Departamento de Polícia Federal em memória dos agentes federais Leonardo Matzunaga Yamaguti e Mauro Lobo assassinados no rio Solimões na última terça-feira. Federação Nacional dos Policiais Federais, representantes sindicais de todo o país e policiais federais lotados no DF e em outras unidades irão participar.

Os policiais Lobo e Matzunaga foram assassinados por traficantes em uma operação realizada no Rio Solimões para interceptar um carregamento de cocaína. Os dois integravam um grupo de sete policiais federais que subia o rio. Com lanchas inapropriadas e armamento inferior ao dos traficantes, os policiais trocaram tiros com os bandidos, mas acabaram atingidos.

O ato desta quarta-feira, além de reverenciar a memória dos policiais, irá protestar também contra a falta de condições de trabalho dos policiais no Amazonas e em outras unidades da Federação, principalmente nas fronteiras do país. No Amazonas, várias denúncias sobre a precariedade dos equipamentos já haviam sido encaminhadas ao DPF, mas nada foi feito.

Essa semana, em resposta às críticas da Fenapef e a revolta de milhares de policiais federais o superintendente Regional no Amazonas, Sérgio Fontes (que tem um dos maiores índices de rejeição entre os federais no Brasil) negou que a falta de estrutura tenha contribuído para a morte dos policiais federais. Segundo ele, todo o equipamento estava em ordem. O delegado, no entanto, disse que a lancha da PF não é blindada. "Nunca houve necessidade desta proteção", disse o gestor. Infelizmente agora o DPF deve pensar nisso.

Basta conversar um pouco com os policiais no Amazonas; para descobrir que a Polícia do delegado Fontes, não é a mesma da dura realidade dos agentes federais. Informações colhidas pela Agência Fenapef dão conta que para sair em missão no Solimões os policiais não contaram sequer com recursos para fazer o rancho que iria nos barcos para que eles pudessem se alimentar. Como o delegado da DRE local sequer teria atendido a ligação dos policiais que subiriam o rio, eles tiveram que recorrer a outra unidade que conseguiu os fundos necessários para a compra.

Portanto, ou o SR não sabe qual polícia está dirigindo ou está mal informado.

PROTESTO - O ato em memória dos policiais começa por volta das 9h em frente ao edifício sede da Polícia Federal. Logo em seguida os policiais rumam para o Ministério Público Federal onde irão protocolar a denúncia responsabilizando o diretor-geral e o superintendente do Amazonas pela morte dos policiais federais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem, Senador. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra, agora, o Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu pretendo hoje falar de aviões, de aeroportos. Mas antes, na esteira do pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, devo também – creio ser o assunto do momento – abordar essa questão da violência, que é combatida hoje no Rio de Janeiro, com muita eficácia, e as consequências desse combate, as providências que devem ser adotadas.

E, desde já, manifesto o meu apoio a esta iniciativa de se instalar uma CPI para investigar o que ocorre na faixa de fronteira do nosso País.

É certo que algumas pessoas entendem estar havendo exagero e espetaculosidade nas ações desenvolvidas no Rio de Janeiro contra traficantes nos morros da Cidade Maravilhosa. É uma questão de opinião. Pode até ser que o exagero exista nesse momento, mas nós que sempre combatemos a omissão e a paralisia temos dificuldade de criticar a ação, mesmo que marcada por certa dose de exagero. Eu diria que, entre a omissão e a ação exagerada, prefiro a última alternativa, porque ela vem em defesa dos brasileiros que são ameaçados no cotidiano pela violência do tráfico de drogas, especialmente nos morros do Rio de Janeiro, mas não apenas por lá, porque é uma questão nacional.

O meu Estado do Paraná vive a angústia da ameaça da presença de traficantes na região metropolitana de Curitiba, em especial. E, sobretudo nosso Estado, que hoje é morada, Senador Acir, no oeste do Paraná, no presídio de segurança máxima de Catanduvas, de perigosos traficantes que para lá são transferidos. E é preciso que se leve em conta o fato de estar Catanduvas muito próxima de Foz de Iguaçu, na tríplice fronteira.

O que considero importante como providência, a partir de agora, é exatamente o cuidado que se deve ter e a eficiência que se deve impor no controle do contrabando de armas e de drogas na tríplice fronteira e em todas as fronteiras do País, especialmente na tríplice fronteira porque se fala que 80% da droga consumida no País passam pela tríplice fronteira, ingressando por Foz do Iguaçu e passando pela BR-277.

Ainda hoje, a emissora de televisão Record pela manhã apresentava uma matéria jornalística mostrando a ação policial no combate ao tráfico naquela região.

O que nós não entendemos, e não dá para entender mesmo, é por que tanta omissão em relação à tríplice fronteira. Fala-se demais que há contrabando, que há tráfico de drogas. Mas qual a ação coordenada, organizada, eficiente tem-se verificado naquela localidade? A autoridade constituída não se impõe. As Forças Armadas podem ser utilizadas – é faixa de fronteira. Por que não utilizá-las?

É evidente que não basta combater o tráfico, os traficantes, a violência, a criminalidade nos centros urbanizados. A violência começa lá na faixa de fronteira, com o contrabando e com o tráfico de drogas. Ou se combate lá na origem, ou se vai perder a batalha nos centros urbanizados, porque se combate no Rio de Janeiro e há uma transferência para outras localidades, como já se fala ou como já se pressupõe que traficantes estejam se transferindo.

Ora, se sabemos qual a origem do crime, se sabemos onde ele pode ser originalmente combatido, por que não fazê-lo? Por que não se organizar uma estrutura de combate ao contrabando e ao tráfico de drogas na tríplice fronteira, lá no meu Estado do Paraná, no Mato Grosso, enfim, em todas as faixas de fronteira, como já abordou antes o Senador Mozarildo Cavalcanti? Esse é um ponto essencial.

A outra questão é que não podemos nos preocupar com esta matéria, com a questão de segurança pública, apenas quando ocorre um fato de notoriedade, apenas quando a mídia focaliza de forma especial e prioritária. Temos que nos preocupar com essa questão quotidianamente.

Já verificamos que, quando há um fato notório, o Congresso Nacional se mobiliza, apresenta projetos, aprova projetos. Passa esse momento de interesse público, esquecem-se os projetos nas gavetas do Congresso Nacional.

Posso dar um exemplo. Entre tantos projetos que apresentamos aqui – e eu próprio fui autor de vários – um deles, de minha autoria, propõe que o total dos recursos consignados no Orçamento para a segurança pública deve ser aplicado, sob pena de crime de responsabilidade, a que estariam sujeitos o Presidente da República e o Ministro da Justiça.

O que ocorreu com esse projeto? No Senado, foi aprovado por unanimidade porque apresentado no calor dos acontecimentos. Foi para a Câmara e dorme sono profundo nas gavetas da Câmara dos Deputados.

Esse é um exemplo. Poderia citar tantos outros projetos que nasceram, cresceram, mas, lamentavelmente, não acabaram sendo aprovados, não redundaram em benefício para melhorar a segurança pública no País.

Outro fato é que sempre se aborda: é preciso estabelecer a interação entre os diversos segmentos responsáveis pelo serviço de segurança pública no País. E discute-se o papel das Forças Armadas, quando elas devem ser convocadas, quando devem atuar nesse quesito. É hora de definirmos isto como norma: as Forças Armadas podem, sim, ser convocadas quando o crime tem a fotografia do terrorismo, já que é constitucional que cabe às Forças Armadas combater o terrorismo. E há nitidamente a face do terrorismo nas ações criminosas de traficantes desde o contrabando até o mercado da droga.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é uma questão: a integração dos diversos segmentos, Exército, Polícia Federal, Polícia Militar Estadual, Polícia Municipal onde existir. Todos os instrumentos, mecanismos públicos devem ser utilizados para o combate ao crime organizado, não apenas quando é mais notícia, quando está, por exemplo, como agora, nas telas da TV, como se fosse o filme *Tropa de Elite 3*. Não é só nesse momento. Creio que temos que assumir a responsabilidade do combate ao crime organizado no dia a dia da nossa atividade no Congresso, no Executivo e em todos os setores da vida pública do País.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, fico muito satisfeito por V. Ex^a expor assunto que vem complementar e ampliar o tema que abordei. Realmente é meio inaceitável e indefensável que há muito tempo se venha discutindo esta questão do papel mais atual das Forças Armadas, da integração das Forças Armadas no combate a certos tipos de delitos, os delitos federais principalmente. Entendo que é pena que estejamos agora voltando a um tema que talvez já tenha sido objeto de projeto de “n” Parlamentares, Deputados e Senadores, e nunca vá para frente. Assistindo ao noticiário, como V. Ex^a disse, do *Tropa de Elite 3*, é mencionado que há três décadas os narcotraficantes vêm ocupando o morro. Há três décadas, há 30 anos, portanto.

E as autoridades faziam ações esporádicas, de vez em quando subiam o morro e causavam mais malefícios à comunidade do que benefícios. Assim, a comunidade acabava, de um lado, ficando com medo da polícia; de outro, com medo dos narcotraficantes. Mas terminavam ficando sob o domínio daqueles que estavam lá permanentemente. Isso está mudando, mas é preciso que aproveitemos este momento, em que a opinião pública está mobilizada pelo grande esquema da mídia nacional, para chamarmos atenção para fatos nos quais já vínhamos batendo há muito tempo. Disse V. Ex^a muito bem: como é combater um assunto como

esse, se já sabemos onde é a fonte alimentadora dos problemas? A tríplice fronteira em seu Estado, mas também toda a fronteira da Amazônia, que vai desde o Amapá do Senador Gilvam até o final de Mato Grosso. Por que não haver realmente uma ação nessa faixa de fronteira bem forte, permanente, trocando não só as informações com relação aos serviço de inteligência, mas com relação ao uso de equipamentos que estão se demonstrando tão úteis agora. Citei, no meu pronunciamento, o caso do Amazonas ocorrido em maio e, lamentavelmente, agora, no dia 17, dois policiais federais foram mortos por traficantes lá no Estado e outro foi gravemente ferido. Então, eu acho que é hora, sim. Embora seja uma assunto que debatemos há tanto tempo, que aproveitemos a comoção nacional para fazer valer e aprovar com rapidez medidas e projetos que possam fazer com que haja a integração das Forças Armadas, das forças públicas dos Estados e também uma colaboração estreita entre os Poderes para que essas questões se resolvam rapidamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mozarildo, obrigado pelo aparte.

Temos de ser aqui a caixa de ressonância da sociedade. E nesta hora se ouve muito, há uma pergunta que não pode deixar de ser feita: por que só agora? Por que depois de tanto tempo? Por que não antes?

A autoridade pública tem que se impor sempre, não apenas em determinadas circunstâncias. Quando a autoridade constituída não se impõe, a marginalidade cresce, se avoluma. Os marginais, os criminosos se consideram mais poderosos do que a autoridade constituída. E eles passam a ser, sim, os reis, os imperadores dos morros do Rio de Janeiro.

Portanto, há que se impor a autoridade. Não nos cabe gerar falsa expectativa com relação à aprovação de leis no Congresso Nacional. Já temos uma legislação poderosa, mas ela precisa ser respeitada e cumprida. Podemos, sim, aprimorar, e tentamos sempre. Há aqui um esforço de muitos na busca do aprimoramento da legislação vigente, da legislação penal especialmente. Mas não basta aprimorar a legislação. É preciso que a autoridade se imponha e que a legislação seja cumprida, seja respeitada.

Sr. Presidente, nós gostaríamos também de abordar outras questões e o farei rapidamente, porque é um assunto também da hora. Além da violência, há outros questionamentos, mas, ainda, eu não poderia deixar de registrar uma das sugestões que tenho recebido com insistência nos últimos dias: que deveríamos, aqui no Congresso Nacional, propor um projeto de lei para penalizar o consumo da droga. Não apenas o tráfico, mas instituir penalidade rigorosa para o consumidor. É uma questão que teremos que debater.

Mas, Sr. Presidente, há pouco, em aparte ao Senador Papaléo Paes, ele próprio fez referência à anunciada aquisição de um novo avião para a Presidência da República. Seria o Aerodilma, sucedendo ao Aerolula, que custou US\$56,700 milhões à época, cerca de R\$150 milhões. Hoje, avaliado em cerca de R\$98 milhões, em função da cotação do dólar.

Fala-se que o novo avião, um Airbus A319, seria adquirido para a FAB substituir sucatões com 50 anos de uso. Seria um modelo para o reabastecimento aéreo – para o reabastecimento aéreo! Essa é a justificativa para a compra do que já se denominou chamar Aerodilma, um avião ainda mais luxuoso, que custaria cinco vezes o que custou o Aerolula.

Sr. Presidente, isso não é prioridade! Há outras prioridades. Quando já há um apagão aéreo no Brasil, quando as obras para a Copa do Mundo mal se iniciaram nos aeroportos...

Hoje, o Contas Abertas revela que menos de 1% das obras em aeroportos foram executadas.

Não há justificativa para despesa desse alcance, especialmente, como dissemos antes, quando o Governo anuncia ajuste fiscal mais rigoroso, ausência de recurso para salário mínimo, para aposentados, para policiais. Enfim, não há justificativa para esse gasto, especialmente neste momento.

Mas o que nos preocupa, sobretudo, é a questão aeroportuária. Há já um caos. Hoje mesmo, passageiros encontram dificuldade para embarcar. Está aqui uma notícia no Contas Abertas que diz o seguinte:

Enquanto passageiros encontram dificuldades para embarcar na manhã de hoje por conta de atrasos e cancelamentos, sobretudo em voos da companhia aérea TAM, dados do Portal da Transparência, mantido pela Controladoria-Geral da União, indicam a execução de apenas 0,9% dos valores disponíveis para os contratos em aeroportos das 12 cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014, até setembro. Significa que nove meses depois de estados e municípios terem firmado com o governo federal a Matriz de Responsabilidades para as obras públicas visando à realização da Copa, a execução dos projetos nos aeroportos é mínima diante do gigantismo da proposta global.

Em resumo, dos quase R\$5,6 bilhões que o governo federal colocou à disposição da Infraero para melhoria ou ampliação dos aeroportos, apenas R\$193 milhões estão comprometidos com contratos e, destes, somente R\$49,3 milhões foram gastos efetivamente.

Portanto, de R\$5,6 bilhões, apenas R\$49 milhões foram gastos. Isso é ínfimo, é insignificante, isso é irrisório, isso anuncia caos ainda maior do que aquele que já existe, especialmente em determinados momentos, como o que se prevê para o final deste ano.

Para evitar o caos aéreo dos terminais do País neste final de ano, o aeroporto de Brasília deve improvisar um terminal extra, com estrutura metálica, uma espécie de “puxadinho” e com quatro portões de embarque adicionais.

Vejam a improvisação! O caos obriga à improvisação, e isso, certamente, não oferece segurança; isso, certamente, não é aquilo que se deva oferecer ao usuário do transporte aéreo no País.

Os aeroportos brasileiros estão em situação de pré-colapso. Segundo estudos do Ipea, dez dos principais aeroportos já estão operando acima da capacidade máxima. Relatório do BNDES aponta que, dos vinte principais aeroportos brasileiros, dezenove apresentam algum tipo de gargalo: ou é pista, ou é pátio, ou é terminal de passageiros. A exceção é Viracopos.

O problema não é falta de recursos, mas de capacidade para investir. Como eu disse, a Infraero tem os recursos à sua disposição – o Governo coloca à disposição da Infraero esses recursos –, mas eles não são utilizados.

O Ipea diz o seguinte:

A incapacidade da Infraero em acompanhar o ritmo da expansão da demanda pelo transporte aéreo no país tornou-se notória, especialmente a partir de 2001, quando a GOL surgiu como a primeira empresa aérea nacional de baixo custo.

A Infraero é uma das empresas que sofreram loteamento político durante o Governo Lula, que preferiram fazer nomeações políticas ao invés de [valorizar nomeações] técnicas. No início de seu Governo, Lula nomeou um petista para o comando da Infraero, que levou o número de funcionários comissionados a 240 [240 funcionários comissionados na Infraero].

Enfim, os dados são terríveis!

Os aeroportos movimentam mais de 115 milhões de passageiros domésticos por ano. Desde 2003, o transporte aéreo de passageiros cresce à taxa de 10% ao ano.

No médio e longo prazo (até 2030), dado o crescimento projetado, serão necessários investimentos para aumentar a capacidade atual em 2,4 vezes (de 130 milhões para 310 milhões de passageiros ao ano, ou o equivalente a nove aeroportos de Guarulhos).

Portanto, não se trata de prever necessidades para a Copa do Mundo ou para as Olimpíadas; trata-se de prever, a médio e longo prazo, as necessidades do País. E os investimentos que estão sendo realizados são absolutamente insuficientes. O Brasil não pode ficar à mercê da incompetência de gerenciamento. Há que se avaliar melhor essa situação, e providências devem ser adotadas.

Vejam o que diz Antonio Rolim, Secretário Executivo do Sindicato de Arquitetura e Engenharia: “Estamos com as obras atrasadas um ano e meio e isso é motivo de preocupação.”

Para 2011, a direção do Sindicato está planejando visitar as cidades- sedes da Copa de 2014 para uma avaliação do estágio das obras. [Diz ele:] “Vamos ao local, de cidade em cidade, para conversar com os governantes e vermos como poderemos contribuir com nossa futura presidente Dilma, a fim de que tenhamos tudo pronto a tempo, disse Antônio Rolim.

Portanto, há uma preocupação, e, naturalmente, esse passa a ser o calcanhar de Aquiles desse projeto espetaculoso, lançado, que diz respeito à realização da Copa do Mundo de 2014. Mãos à obra, portanto, é o que se pode dizer à Presidenta eleita, Dilma Rousseff.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Acir Gurgacz, que, como orador inscrito, terá o tempo regimental para seu pronunciamento.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há exatamente um ano, eu anunciava, aqui, que tinha colocado no Orçamento da União a construção, ou a duplicação da BR-364 no Município de Ji-Paraná, que são as travessias urbanas da nossa cidade, a segunda maior do Estado de Rondônia. Todos que vão para Roraima, para o Amazonas, para o Acre, que vão até o Caribe passam por dentro da cidade de Ji-Paraná.

Informamos a colocação dessa obra no Orçamento da União e tenho a satisfação de anunciar para a população do meu Estado e da minha cidade de Ji-Paraná que foi publicado hoje, no *Diário Oficial*, o aviso de licitação, Concorrência nº 553 de 2010, com o objeto: execução da obras de adequação da travessia urbana, na cidade de Ji-Paraná, na rodovia BR 364. As propostas serão abertas no dia 29 de dezembro de 2010.

Portanto, essa foi uma conquista muito importante. Passamos o ano todo atrás de projeto, de adequação de projeto, para que fosse possível essa licitação. Ela deverá acontecer, com certeza, porque foi publicada, hoje, no *Diário Oficial*. No final do ano, nos últimos dias do ano de 2010, serão abertas as propostas, dessa forma garantindo a execução da verba que nós colocamos no Orçamento da União, no ano passado, para o Orçamento de 2010.

Da mesma forma que nós iniciamos esse trabalho e já estamos dando sequência a ele, estamos iniciando outro, que entendo ser da maior importância para o desenvolvimento do meu Estado, Senador Papaléo, que é a construção de um Batalhão do Exército na cidade de Ji-Paraná.

Tivemos várias reuniões com Generais do Exército, em Porto Velho e em Brasília, com o nosso Ministro Jobim, que achou o assunto da maior importância, e estamos colocando no Orçamento da União uma verba para construir essa unidade, que entendo ser da máxima importância para o desenvolvimento do nosso País, para a guarda da nossa região, do Estado de Rondônia, e também de toda a Amazônia.

Iniciaremos esse trabalho e a ele vamos dar sequência com projetos, com adequação, de forma que no ano que vem, nesta época, possamos anunciar o início da licitação, ou a continuidade desse trabalho que todos estamos fazendo, juntamente com a Bancada do meu Estado, Rondônia – Deputados Federais e Senadores.

Sr. Presidente, passei o final de semana todo, sábado e domingo, assistindo aos noticiários da Globo News, da Record News, da Rede TV e da Band News a respeito do que acontecia na cidade do Rio de Janeiro.

Quero dizer que o Rio de Janeiro está de parabéns. Não somente o Rio de Janeiro, mas todo o Brasil, todo o País está de parabéns por tudo que tem acontecido, por tudo que se fez, nessas últimas semanas, na cidade do Rio de Janeiro. As ações deflagradas pelas Polícias Militar e Civil daquele Estado, assim como também pelas Forças Armadas brasileiras e pela Polícia Federal, foram exemplares. Vimos um conjunto de forças de segurança atuando juntas para retaliar uma série de atentados terroristas realizados pelo narcotráfico – atuando juntas, como nunca havia sido visto antes.

Na sexta-feira, quando mais de dois mil homens das forças do Estado brasileiro cercaram o Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, muita gente, em todo o Brasil, temia que fosse ocorrer um banho de sangue naquele local. A situação era sem precedentes, de uma tensão incomum. Policiais do Batalhão

de Operações Especiais da PM do Rio de Janeiro estavam em ação há dias, sem dormir, sem voltar para casa. Fuzileiros navais, paraquedistas do Exército, policiais federais e agentes civis formavam um cerco inexpugnável e estavam prontos para invadir o morro, caso os soldados do narcotráfico não aceitassem a proposta do Estado, que era inegociável: a rendição incondicional.

Não foi apenas o Brasil que ficou com os olhos voltados para o Rio de Janeiro. O mundo todo ficou atento ao que parecia ter sido um desfecho mortal. Afinal de contas, além de cerca de 600 criminosos, cerca de 400 mil pessoas moram, infelizmente, naquele Complexo de 16 favelas, famílias inteiras que já vivem reféns de uma situação de terror, mas que poderiam se tornar de fato reféns, escudos humanos nas mãos daqueles narcoterroristas. As forças do Estado foram irredutíveis, negando-se a oferecer aos criminosos algo além da prisão ou de riscos do enfrentamento em combate.

O líder do grupo AfroReggae, José Júnior, que há anos desenvolve trabalhos de cidadania nas comunidades carentes, naquela cidade, foi chamado pelos próprios traficantes para tentar negociar uma saída para a crise. Ele foi para o Complexo, lugar onde estava jurado de morte, e encontrou um bando de criminosos assustados, desesperados, dispostos a fazer qualquer coisa para não serem presos. Apesar disso, esses mesmos criminosos também estavam com muito medo de morrer.

A verdade é que de ambos os lados existiam seres humanos com receio de morrer, com receio do combate, mas do lado das forças do Estado estavam homens e mulheres que tinham a certeza de que estavam do lado certo e que tinham, também, a certeza de que deveriam tomar as decisões corretas.

Graças a Deus, as decisões certas foram realmente tomadas. Armas, munições e drogas foram encontradas. Prisões foram feitas, apesar de muito aquém do que deveria ter acontecido, mas a missão não é nada fácil.

Hoje, aparecerão muitas críticas a essa ação, de gente que considera que o trabalho da segurança pública, neste País, é algo que pode ser feito de maneira irresponsável, do dia para a noite, mas eu considero, assim como tenho certeza de que esta Casa considera, que cada homem e mulher envolvidos naquela operação podem ser considerados heróis; heróis pela perseverança, pela tenacidade, pela presença de espírito, pelo respeito às populações civis.

Tenho certeza de que o Presidente Lula acertou mais uma vez e fez um grande trabalho ao Brasil ao disponibilizar as forças federais de forma tão precisa

e imediata. Lula, um homem que não tem experiência militar, que não tem nenhuma ligação com as Forças Armadas, proporcionou, em função da necessidade de segurança do Estado do Rio de Janeiro, uma exemplar união do Estado, Município e forças federais.

Tenho colocado no plenário, sempre, a importância do alinhamento de todas as esferas da Federação. É importante o alinhamento da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Federal e das Forças Armadas, em prol da segurança pública do povo brasileiro, e esse alinhamento deve continuar e deve aprofundar ainda mais a sua atuação.

Isso que vimos no final de semana é nada mais do que um pontapé inicial para uma nova política de segurança nacional, que deve ser fundamentada o quanto antes, sem pausa em suas ações.

O que ela trouxe de importante, o que ela mostrou, foi a união, o patriotismo, o orgulho dos policiais estampado em suas ações racionais. Assistimos ao hasteamento da Bandeira Nacional no alto do Morro do Alemão foi um motivo de alegria. Dava para ver no rosto de cada soldado a satisfação de estar ali, defendendo os cidadãos brasileiros.

Precisamos aproveitar esse momento de resgate da nossa cidadania e dar continuidade a uma série de ações imediatas contra o crime organizado. Como foi citado, nesse final de semana, no jornal espanhol *El País*, o Rio, e em parte o Brasil, estava tristemente acostumado a que os grandes centros urbanos estivessem sob o controle dos traficantes de drogas, que impunham suas leis com a convivência de policiais corruptos, advogados de presos perigosos, até de políticos que usam os traficantes para manter seu poder local e enriquecer.

Por isso, o momento não é de chorar sobre as mortes e repisar nos erros que eventualmente tenham ocorrido. É de pensar em soluções sem parar de avançar, corrigir os erros em curso, para que a criminalidade não tenha tempo de se reorganizar.

Precisamos ter em mente um ponto fundamental nessa luta: coibir o tráfico de armas e de drogas nas fronteiras.

Ouvi atentamente, Senador Mozarildo, a sua colocação de uma CPI com relação às nossas fronteiras. Pode ter certeza de que terá o nosso apoio. Entendo que é o caminho mais rápido que possamos seguir para melhorar ou diminuir a violência no nosso País. O Brasil não é um produtor de drogas. O Brasil não é um produtor de armas. As armas e as drogas que se encontram com esses traficantes, esses narcoterroristas, não são fabricadas no nosso Brasil; portanto, elas entram através das nossas fronteiras. Nessas fronteiras

é que nós precisamos ter uma atuação cada vez mais forte e mais presente da polícia brasileira.

O Pefron (programa de Policiamento Especializado de Fronteiras) deve entrar em funcionamento imediatamente. Todos os possíveis entraves à sua completa execução devem ser revistos urgentemente.

Combatendo a entrada de armas e drogas, combatendo e prendendo os soldados do narcotráfico, teremos condições de reduzir o faturamento do crime organizado, forçando os barões do tráfico a movimentarem dinheiro através de dois métodos: buscando outras atividades criminosas, para as quais deveremos estar preparados, e fazendo movimentações financeiras de suas reservas acumuladas em anos e anos de criminalidade.

A Polícia Federal precisa estar pronta para levar o combate ao narcotráfico e ao crime organizado para essa seara. Precisamos encontrar o dinheiro do tráfico e confiscá-lo. Existem pessoas que não conseguem explicar a origem de seus recursos financeiros milionários. É necessário investigar, acompanhar de forma mais minuciosa esses verdadeiros milagres econômicos, que na maioria das vezes ocultam ligações com o crime organizado.

Se formos por esse caminho, tenho certeza de que descobriremos muita coisa sobre ilegalidade no Brasil, que vai desde o tráfico de drogas ao desvio de verbas públicas.

O Brasil está mudando. Vimos, Sr. Presidente, nos últimos meses, sentenças de prisão para vereadores, prefeitos, deputados e governador. E agora vemos uma acertada ação de reintegração ao Estado, ao povo, de duas grandes regiões que estavam nas mãos do narcotráfico há vários anos.

É, de fato, um novo País, um novo momento. Como citei aqui, em pronunciamento motivado pelo Dia da Pátria, o 7 de Setembro, o brasileiro tem que deixar de ser patriota apenas em Copa do Mundo para ser o ano inteiro, todos os anos, para, com isso, buscar o melhor para si, o melhor para todo o nosso povo.

Vimos, nesse final de semana, uma população denunciando o crime, posicionando-se, dando um basta à criminalidade; vimos a imprensa com total liberdade para transmitir ao vivo tudo que estava acontecendo no Rio de Janeiro. É um novo momento, que deve continuar assim, deve ter sequência.

Eu torço para que os novos Governadores de Estado, que assumirão no próximo ano, tenham como exemplo o que aconteceu no Rio de Janeiro, essa união das esferas da União em prol de um bem maior, sem vaidades, sem melindres.

Somente com a ajuda federal é que o problema da segurança será enfrentado de forma eficaz.

Encerro este pronunciamento, fazendo minhas palavras de Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança, mestre em Antropologia, doutor em Ciência Política com pós-doutorado em Filosofia Política, autor de mais de vinte livros, entre eles os dois sucessos *Elite da Tropa 1* e *Elite da Tropa 2*, que deram origem aos dois filmes dirigidos por José Padilha.

Luiz Eduardo Soares, referência nacional em termos de segurança, publicou recente artigo em que discute, entre outros pontos, o papel da polícia, trecho que lerei agora:

Como, quem, em que termos e por que meios se fará a reforma radical das polícias, no Rio, para que estas deixem de ser incubadoras de milícias, máfias, tráfico de armas e drogas, crime violento, brutalidade, corrupção? Como se refundarão as instituições policiais para que os bons profissionais sejam, afinal, valorizados e qualificados? Como serão transformadas as polícias, para que deixem de ser reativas, ingovernáveis, ineficientes na prevenção e na investigação?

As polícias são instituições absolutamente fundamentais para o Estado Democrático de Direito. Cumpre-lhes garantir, na prática, os direitos e as liberdades estipulados na Constituição. Sobretudo, cumpre-lhes proteger a vida e a estabilidade das expectativas positivas relativamente à sociabilidade cooperativa e à vigência da legalidade e da justiça.

Senador Mozarildo Cavalcanti, é um prazer conceder-lhe um aparte.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Acir, eu fico muito feliz de ouvir o pronunciamento de V. Ex^a – portanto, o terceiro nesta sessão –, que aborda a integração das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Força Nacional, inclusive, e das polícias estaduais, militar e civil. É interessante que nós tenhamos esperado – como está colocado em diversas televisões – três décadas para colocar em prática uma coisa que estava à vista. Esperamos três décadas, como eu frisei no meu pronunciamento, para constatar que as nossas fronteiras da Amazônia são as artérias que alimentam o narcotráfico, o contrabando de armas, como também as porteiiras abertas para a saída dos nossos minerais, dos nossos recursos naturais. Enfim, um descaso grande com a Amazônia que está cobrando um preço caro para uma metrópole como o Rio de Janeiro, que é o grande símbolo deste País. Portanto, é importante que esse momento, embora venha bastante atrasado, marque – espero, como disse V. Ex^a – um novo momento, um novo País. É pena que

nós tenhamos esperado tanto tempo para, ao final do governo Lula, termos conseguido que o Ministério da Defesa, através das Forças Armadas, se integrasse com a ação do Governo estadual, com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, e fizesse o que realmente todo o mundo... Essa receita todo mundo já sabia; o que não se entendia era por que não fazer. Agora, prefiro não acreditar no que li nos jornais esses dias: que dá para supor que talvez a proximidade da Copa do Mundo ou da Olimpíada tenha levado o Brasil a tomar esta posição. O Brasil, leia-se, os dirigentes do Brasil, notadamente aqueles responsáveis pelas forças que deveriam estar atuando em conjunto. Mas, se foi motivado pela Copa ou pela Olimpíada, vamos dizer como se diz na Medicina: antes tarde do que nunca. É melhor remediar mesmo do que deixar morrer. Porque o certo era ter prevenido. Mas ainda há tempo para, a partir de agora, fazermos uma ação duradoura, como disse V. Ex^a, permanente, e não apenas quando houver de novo um evento internacional importante. Aliás, durante os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, as Forças Armadas atuaram para garantir o evento, mas não para impedir que os marginais continuassem lá no morro. Logo após o evento, as Forças saíram e eles tomaram conta. Então, como disse V. Ex^a, não há um brasileiro que não torça hoje para que aproveitemos este momento e estendamos a todo o País, de maneira permanente, o combate incessante ao tráfico de drogas, ao tráfico de armas, ao crime organizado de modo geral. Portanto, acho que é o momento em que todo o País está de pé, torcendo para que isso realmente continue e não seja apenas até resolver o problema do Rio de Janeiro. Que se resolva o problema do País todo. E repito: cortem as artérias que alimentam essa questão que são as portei ras abertas de nossas fronteiras desprotegidas.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo, pelo seu aparte.

Eu entendo, Senador Mozarildo, que o motivo – se fosse pela Copa do Mundo – é muito pequeno perto da importância para o nosso País de uma ação consistente contra o narcotraficante, contra os narcoterroristas. Eu entendo que o motivo não deve ser a Copa do Mundo. Espero que não. Da mesma forma que V. Ex^a, espero que não seja. Até porque as vidas das pessoas que moram no Rio de Janeiro são muito mais importantes do que a Copa do Mundo ou que qualquer Olimpíada que possa acontecer no Brasil, fora do Brasil ou em qualquer parte do planeta. Não só as pessoas que moram no Rio de Janeiro, mas as pessoas do Brasil inteiro, porque o que acontece no Rio de Janeiro acontece em todo o Brasil. Em escalas menores, mas acontece no Brasil inteiro, e está se

alastrando. Se não houver uma ação orquestrada das nossas polícias, nunca combateremos esse mal. E, evidentemente, se não cuidarmos de nossas fronteiras, não conseguiremos vencer essa batalha.

Recentemente, estive no Haiti e acompanhei as nossas Forças: estão lá o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, com as policias pacificadoras. E eu me perguntava por que aquela atuação não acontecia no Brasil, não acontecia no Rio de Janeiro. Mas me foi explicado que a nossa própria Constituição não permite que haja uma ação das forças federais sem o pedido dos Governos dos Estados; ou seja, sem o pedido do Governador do Estado. Pela primeira vez, houve esse pedido oficial do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que não apenas aceitou, mas pediu o apoio, o reforço das polícias federais, das forças federais para que se integrassem às forças do Governo do Estado.

Tenho certeza de que as Forças Armadas têm uma experiência muito grande de policias pacificadoras, a exemplo do que fizeram na África e do que estão fazendo no Haiti, e iniciaram agora esse grande trabalho no Rio de Janeiro, junto com a Polícia Civil, junto com os policiais militares daquele Estado.

Sabemos que em qualquer setor da sociedade existem os bons e os maus profissionais. Assim ocorre na polícia também. No entanto, nós, como representantes do povo, precisamos criar as condições para que essa realidade mude o quanto antes. Precisamos garantir a hegemonia dos bons profissionais dentro das nossas polícias. Vamos fazer isso com treinamento e remuneração, mas principalmente com formação.

Repito aqui que uma nova luta está começando e que devemos nos unir para encará-la sem interrupções e da melhor forma possível. O inimigo, o outro lado, não para, adapta-se e esconde-se atrás de fachada de homens de bem. Somente com trabalho diligente e atuante de uma polícia cada vez mais qualificada, mais bem aparelhada e mais orgulhosa de sua função é que venceremos a guerra da segurança pública em todo o nosso País.

Quero, mais uma vez, parabenizar todos os soldados da Polícia Militar, todos os soldados da Marinha, da Aeronáutica e do Exército e os policiais civis que atuaram e estão atuando contra o narcotráfico não só no Rio de Janeiro, mas no Brasil inteiro. Neste momento, principalmente, no Rio de Janeiro.

Sugiro uma reunião imediata entre o Ministério da Justiça e os Secretários de Segurança dos Estados que têm situação de fronteira mais crítica, como Rondônia, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Roraima, Amazonas e outros Estados, para implementar o Pefron, que, a meu ver, está subdimensionado, levando-se em conta o poderio bélico do crime organizado.

Sugiro também uma reunião imediata entre Abin, Itamaraty, Ministério da Justiça e Casa Civil, para fazer a gestão de estudos de convênios de ação de forças federais em conjunto com países fronteiriços. Isso realmente é fundamental.

Registro aqui também uma homenagem especial a Luiz Eduardo Soares, ao diretor de cinema José Padilha e ao roteirista Bráulio Mantovani, responsáveis não apenas por um fenômeno de bilheteria do cinema nacional, mas também por um visível fenômeno social que está mudando, efetivamente, as relações entre a polícia e a sociedade brasileira, como foi bem apontado pela revista *Veja* semanas atrás.

Espero que esse trabalho realmente continue e que as nossas polícias estejam cada vez mais presentes nas capitais brasileiras, mas principalmente nas fronteiras brasileiras, para, de pronto, fazerem um grande trabalho para cessar a entrada em nosso País de armas e drogas, que é o grande problema que acontece no Rio de Janeiro, exatamente pela liberdade que existe nas fronteiras brasileiras.

Era isso que eu tinha para tratar na tarde de hoje.

Muito obrigado pela sua tolerância, Presidente Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Agora, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador Gilvam Borges.

O Senador Pedro Simon fará uso da palavra como orador inscrito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao companheiro e amigo Gilvam, com sua tranquilidade, a gentileza de me ceder seu tempo. Cada vez que eu o vejo com a sandália franciscana, penso: “Mas franciscano sou eu! Eu também tinha de usar sandália franciscana”. Mas tenho vergonha, não sei por quê. Muito obrigado pela gentileza.

Venho a esta tribuna, rapidamente, para dizer da sensação de alívio que sinto pelo que aconteceu no Rio de Janeiro. Antes de vir a esta tribuna na semana passada, falei com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, mostrando minha angústia com o que estava acontecendo no Rio de Janeiro, com o fato muito grave que se vinha sucedendo no Rio de Janeiro. E me parecia que era absolutamente necessário se fazer alguma coisa, que era preciso o Governo Federal intervir. Diga-se de passagem, justiça seja feita, nesta gestão, o Presidente Lula vem dando cobertura e apoio total ao Governo do Rio de Janeiro nas questões de segurança. Mas, neste momento, tinha se chegado a um estágio tal, que

alguma coisa precisava ser feita a mais. Falei isso ao Ministro Nelson Jobim, que me autorizou a dizer desta tribuna – e eu disse desta tribuna, na época – que S. Ex^a tinha falado com o Presidente da República. Ele estava indo ao Rio de Janeiro. E foi ao Rio de Janeiro, reuniu-se com o Governador do Rio de Janeiro, com o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro – é um Secretário excepcional, diga-se de passagem – e com as autoridades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. E aí foi armado um esquema do Governo de Estado, com a presença das Forças do Governo Federal, numa operação inédita na História do Brasil.

Este é um momento de alívio para a sociedade brasileira. Não é que a situação esteja resolvida – é claro que não –, mas está bem encaminhada. Talvez, nunca na História, tenha sido tão bem encaminhado o combate à violência no Rio de Janeiro como neste momento.

Eu soube que a Ministra Dilma, a Presidente da República eleita, também participou integralmente, deu total solidariedade, demonstrando total determinação, e falou várias vezes com o Governador Cabral. Do exterior, Lula falou diversas vezes com o Governador Cabral e com o Ministro Jobim, para que a operação fosse levada adiante. E foi levada adiante.

Estamos acostumados a ver operações no Rio de Janeiro – entra-se em morro, faz-se isso e aquilo – ano após ano, mas isso nunca resultou em algo positivo. Termina-se a operação, mas dela se esquece, e tudo volta. Mas justiça seja feita: o Governador Sérgio Cabral e seu Secretário de Segurança já tinham iniciado uma operação espetacular, que era exatamente a mudança do conceito das tropas da Polícia Estadual, da Brigada Estadual e dos morros. As forças de pacificação mudaram completamente a maneira como a Brigada, a Polícia, entrava nos morros, onde ela era odiada. Muitas vezes, até parecia que eram os criminosos que estavam defendendo os homens do morro, que tinham ódio da segurança, dos brigadianos. O normal era um grupo ir para um determinado morro e lá ficar por três ou quatro dias; depois, era trocado. O grupo não ficava mais do que dois ou três dias naquele morro, para não haver convivência, para não haver intimidade. O projeto do Cabral objetiva o contrário: as forças foram para o morro para ali ficar, para fazer amizade, para fazer integração, para conhecer as pessoas, para ajudar. Nessa operação, as forças estavam ali para cuidar não apenas da segurança, mas também da escola, da educação, da saúde. As coisas estavam acontecendo, e essas pessoas que estavam ali orientavam e serviam de ligação entre o Governo e o pessoal da favela.

Esse foi o fato novo. Esse foi o fato importante, que começou com as forças de pacificação. Onde ficavam essas forças de pacificação, a situação começou a dar certo. E os traficantes começaram a perder terreno. E os habitantes do morro começaram a olhar a Polícia com respeito. E as forças policiais começaram a olhar a gente da favela com respeito. Os traficantes começaram a perder terreno e a ter de sair do morro. Estavam perdendo a guerra e começaram a sair do morro. Aí veio a resposta dos bandidos: botar fogo no Rio de Janeiro, no centro do Rio de Janeiro. Fizeram isso porque estavam perdendo terreno no morro, estavam perdendo a chance na favela, porque a Polícia estava lá, as forças estavam lá. Eventualmente, realmente, o centro da cidade passou a contar com menos policiais. E eles fizeram o banditismo: foram trinta, quarenta carros e ônibus incendiados por dia; botaram fogo no Rio de Janeiro.

E aí veio o desafio. O que o Governo Cabral faria? “Vamos ter de acalmar, porque o que está acontecendo no Rio, no centro do Rio, não pode continuar!” Aquela loucura não podia continuar. Então, tira-se a tropa do morro e a traz para o centro? Seria vitória dos bandidos, porque eles voltariam para o morro, eles reconquistariam o morro. Esta era a questão: não tirar as tropas do morro. As tropas tinham obtido a vitória, as tropas que entraram para pacificar eram vitoriosas, tinham expulsado os malfeitores. Se elas se retirassem dali, os criminosos voltariam, e tudo seria reduzido a zero. Este foi o trabalho do Jobim, este foi o trabalho do Governador, este foi o trabalho excepcional do Secretário de Segurança do Rio de Janeiro: “As tropas vão ficar no morro. As tropas pacificadoras vão ficar no morro”. Aí entrou a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, e foi feita a operação.

Uma das coisas mais lindas que vi foram os traficantes, os gângsteres fugindo de um morro em direção ao outro, correndo, doidos, em busca de um destino. Aí aconteceu um fato interessante. O Rio todo passou a discutir: mas se aquele pessoal, bandido, traficante, estava fugindo da Polícia, por que não atiraram? Por que os policiais não atiraram naquelas pessoas? E o Comandante da Brigada respondeu: “Porque a Polícia só pode atirar de frente, em defesa. Se o cara está correndo, fugindo, não se pode atirar”. Achei interessante isso. Depois, ele disse: “Agora, está todo mundo perguntando por que não atiramos, mas, se tivéssemos atirado, as manchetes seriam todas contra nós. Diriam que fomos covardes, que matamos 400 pessoas e que as pessoas que estavam correndo, que estavam fugindo, foram mortas pelas costas”. Achei correta a explicação.

Meus amigos do Rio de Janeiro me telefonaram hoje e disseram que fazia muito tempo que não havia no Rio de Janeiro um ambiente como o de agora. Levantaram a bandeira brasileira no Morro do Alemão, no Complexo do Alemão, significando que aquilo era uma reconquista, que aquele não era mais território dos terroristas.

Meus cumprimentos ao Ministro Jobim! Foi sensacional a competência dele. Meus cumprimentos à Presidente Dilma, por manter o Ministro Jobim no Ministério da Defesa! Deus mostrou a coincidência. Realmente, se não fosse o Jobim, se fosse outro Ministro que estivesse começando agora, ele não teria esse trânsito com os militares e o respeito que tem de toda essa gente e não faria com essa rapidez e competência o entendimento com o Governador Cabral para que a operação pudesse dar certo.

Realmente, a participação da Marinha, do Exército e da Aeronáutica não é muito fácil, Sr. Presidente. Nas vezes em que tive de conversar com o pessoal das Forças Armadas para obter a participação deles nos problemas internos de segurança nacional, eles sempre disseram: “O problema é que as forças estaduais de segurança, as tropas estaduais de segurança, estão acostumadas a entrar em conflito interno; elas entram para acertar, para acalmar. Mas as tropas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica estão preparadas para o inimigo externo, para lutar”. Então, às vezes, é difícil colocar gente do Exército e da Marinha em uma confusão dentro da cidade, em um campo de futebol ou coisa parecida, porque, às vezes, isso gera uma violência desnecessária. Dessa vez, tiveram grande competência, e isso não aconteceu.

Este é um momento muito importante. E todo mundo está fazendo um apelo. Não se trata de vitória. O Governo ganhou, a liberdade ganhou, o Brasil ganhou, mas não é a vitória final. Ganhou, e está tudo muito bem, mas, se as tropas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica caírem fora, ficará tudo igual, pois, daqui a uma semana, voltará tudo a ser como era, voltará tudo a ser como era. O negócio é ocupar os morros, garantir as favelas que já estão ocupadas.

Vamos fazer justiça. É muito bonito o plano do Governo. Eu estava ouvindo o Governador do Rio de Janeiro dizer que, no meio do próximo mês, Lula poderá ir lá, para inaugurar o elevador horizontal no Complexo do Alemão.

Pegar uma região como o Governo está fazendo, uma favela, colocar água encanada para toda a favela, asfaltar as ruas, colégio com horário integral, a favela com um postão, quase um hospital, e um complexo que seja para Escola de Samba, para baile, para fes-

ta, para futebol, mas que seja um local de reunião e alegria da vila, muda tudo! Muda tudo!

Qualquer coisa mais grave hoje tem de sair da favela e ir lá para o centro, porque ali é só coisa de primeira. Isso está sendo feito. Se isso está sendo feito, somado a isso, botar para a rua, do morro, o traficante, pode ser um grande passo. Pode ser um grande passo!

Senador, eu já estou terminando.

Pois não.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Simon, quero dizer que é uma felicidade fazer um aparte, novamente, a um pronunciamento de V. Ex^a. Semana passada, V. Ex^a fez um bonito discurso sobre esse tema.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a estava aqui e nós debatemos a matéria.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Exato. Tive a oportunidade de apartear-lo para chamar a atenção para a questão da faixa de fronteiras, principalmente porque o Senador Crivella está se mobilizando para criar uma CPI sobre essa questão. E, hoje, fiz um pronunciamento referindo-me a uma matéria de abril deste ano, publicado em *O Estado de S. Paulo*, tratando da descoberta de que, em Manaus, havia elementos das Farc instalados lá, com empresas de fachada, que traziam cocaína e armamentos da Colômbia e, daí, distribuíam para o resto do País. Vinham pelos rios, porque, agora, como há uma certa vigilância aérea, eles vêm pelos rios. Então, quero aqui repetir que é muito importante, endossando o que V. Ex^a está dizendo, o que está sendo feito no Rio. É importantíssimo, inclusive, o exemplo de integração, de interação das Forças Armadas...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exatamente. Exatamente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – ...Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Militar e Civil, enfim, todas as forças do País no combate a esse verdadeiro câncer que está atingindo o País. E, portanto, acho que agora é casar todos os remédios: esse de combate direto ao câncer localizado, mas, também, cortar todas as artérias que nutrem esse esquema. É importante aproveitarmos este momento, não só com essa CPI do Senador Crivella, mas, também, uma mobilização geral de todos os poderes. O exemplo também no Rio, onde o Poder Judiciário se integrou nessa questão, o Ministério Público, Prefeitura do Rio de Janeiro...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Policiais do Rio Grande do Sul foram ao Rio para levar solidariedade e ajudar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Exatamente. Então, se nós fizermos – inclusive já tem a ideia da Força Nacional –, se com isso agora, realmente, não perdermos o embalo e aprimormos as ações, vamos livrar, sim, o nosso País dessa pecha e desse mal que vem ocorrendo... Como está dito, hoje, em todos os jornais: há três décadas se convive com essa história do tráfico dominando os morros do Rio de Janeiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

Encerro, Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo ao nosso querido Senador por Roraima a gentileza de tocar no tema.

Eu felicito a Presidente Dilma por aceitar a sugestão – mais do que a sugestão, pelo que a imprensa noticiou, quase que um apelo – do Presidente Lula, de manter o Ministro Jobim. E Jobim não está lá como representante de partido. Ele não está lá como cota pessoal. Como diz o Presidente Lula, muito bem, o Ministério da Defesa só começou a existir realmente, com um civil na Presidência, a partir do momento em que o Jobim esteve lá.

Mas acho que foi de uma felicidade muito grande a ação do Governo Federal junto com o Governo Estadual. Meus cumprimentos ao Governador Cabral! É impressionante o prestígio que tem, ao lado do Governador Cabral, o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, pela competência com que ele... Eu vejo as suas falas na televisão e fico impressionado pela firmeza e pela convicção com que ele fala. Se deu certo aquilo que, na hora exata, é manter os policiais no morro e não deixar voltarem os criminosos para o morro, fazendo eles pararem de incendiar o Rio, como estavam fazendo, aquilo foi um fato da maior importância.

Estou aqui, Sr. Presidente, para felicitar a nós todos, ao Governo e à sociedade, ao povo do Rio de Janeiro e ao povo do Brasil, porque, assim como o exemplo dado pelo Governador Cabral de que, com as tropas de amizade, de interligação, iniciando um novo diálogo entre favela e Polícia, dá certo no Rio, vai dar certo em São Paulo e no resto do Brasil. Se tivesse fracassado no Rio, eu não tenho nenhuma dúvida de que nem seria iniciado no resto do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Pedro Simon, parece-me que o Senador Francisco Dornelles pediria um aparte a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se V. Ex^a, Sr. Presidente, permitir, é pela importância de quem pede o aparte.

Eu não tinha visto S. Ex^a. S. Ex^a é Senador do Rio, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

O Sr. Francisco Dornelles (PP – RJ) – Senador Pedro Simon, Presidente, fico extremamente satisfeito de ouvir sempre as palavras de V. Ex^a sobre o que ocorre e o que ocorreu no Rio de Janeiro. Realmente, havia territórios do Rio de Janeiro ocupados pelo ilícito, ocupados pelo tráfico, ocupados pelo banditismo. E essa união Governo Federal e Governo Estadual realmente foi da maior importância para uma ação, para uma resposta ao crime organizado. Entretanto, Sr. Senador, não existe chuva de armas e de drogas nas favelas do Rio de Janeiro. A quantidade de armas e de drogas que foram apreendidas excedeu a todas as expectativas. E aquilo não choveu no Rio. Aquilo entrou por fronteiras, por portos, por aeroportos. Por isso, acho que é uma hora de pensar e de tomar uma atitude muito objetiva em relação ao que está ocorrendo nas fronteiras do Brasil. No final do governo do Presidente Figueiredo, ou seja, durante, houve um grupo de trabalho constituído pela Polícia Federal e pela Receita Federal, já preocupado com a posição das fronteiras. Naquela época, vejamos, Sr. Presidente, Sr. Senador, a preocupação era com o contrabando do uísque, que estava entrando no Brasil em grandes quantidades. Verificou-se daí a necessidade de se criar uma guarda costeira, que era quase uma espécie de uma Polícia Militar da União Federal para policiar as fronteiras. O fundamento era o de que a Polícia Federal é uma tropa de elite, uma tropa de grandes ações, mas que não pode ela ocupar as fronteiras, mesmo porque, com o custo de um elemento da Polícia Federal, realmente era impossível. Então, pensou-se em criar uma instituição, uma guarda costeira – se era subordinada ao Exército, à Marinha ou se era independente.... E veio para a Câmara, veio ao Congresso um projeto nesse sentido, criando a guarda costeira, para realmente tomar conta das fronteiras, portos e aeroportos. Entretanto, houve uma mudança de governo, e o novo Ministro da Marinha, que V. Ex^a conheceu muito bem – é uma figura excepcional, o Almirante Sabóia – não concordou com a criação da guarda costeira, e o projeto não foi em frente. De modo que eu quero dizer a V. Ex^a que eu estou recuperando esse projeto e enviando-o ao Ministro Nelson Jobim, essa figura extraordinária que V. Ex^a mencionou, que realmente teve um trabalho enorme na Assembleia Constituinte e saiu com destaque em todos os cargos que ocupou. Estou enviando a ele esse projeto, para que seja um ponto de partida para se pensar como e qual vai ser a organização que o Governo Federal vai tomar para o policiamento de fronteiras. É importante que alguma coisa seja feita. Realmente, o tráfico não vai ser combatido somente por ação de polícias esta-

duais. A entrada, a quantidade de drogas e de armas encontradas no Rio excedeu todas as expectativas – armas da maior modernidade, do maior calibre, que as polícias não possuem. De modo que eu queria simplesmente agradecer a V. Ex^a o interesse mostrado pelo Rio, mostrar a minha plena concordância com a coragem e com a capacidade administrativa e gerencial do Governador Sérgio Cabral, que excedeu todas as expectativas. Mas dizer o seguinte: é urgente uma política federal. O caminho... Estou enviando ao Ministro esse projeto de guarda costeira, como pode ser uma guarda nacional, e pensar-se como vai ser esse policiamento das fronteiras nos portos e aeroportos; do contrário, se continuar a entrada dessa quantidade de armas e de drogas, realmente vai ser difícil segurar o que ocorreu no Rio, e que pode acontecer em todo o Brasil. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço.

V. Ex^a, com a sua competência, preencheu um vazio que eu tinha deixado no meu pronunciamento. Não há dúvida nenhuma de que a ação foi altamente positiva: prenderam-se os traficantes e apreenderam-se as armas e as drogas. Mas como aquelas drogas chegaram lá em cima? A favela não produz drogas nem armas. Se não se encontrar uma fórmula de elas não chegarem lá em cima, em algum lugar elas vão chegar. Por isso, tem razão V. Ex^a: se não se evitar a entradas das drogas e a entrada das armas, não vai adiantar nada. Não digo que se faça como os Estados Unidos, que estão fazendo uma muralha – que só perde para a Muralha da China – contra o México, para impedir a entrada. Não digo isso, mas alguma coisa tem que ser feita. Se não for impedida a entrada, como muito bem diz V. Ex^a, não tem nada que vá resolver aqui, no Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges, que usará da palavra como orador inscrito.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da TV e da Rádio Senado, o que me traz à tribuna nesta tarde é falar de uma sessão muito importante que houve na 5ª Turma, na última quinta-feira, dia 25 de novembro, que marcou a despedida do Superior Tribunal de Justiça (STJ) do Desembargador convocado Honildo Amaral de Mello Castro. A sessão foi a última da qual o magistrado participou em sua curta passagem pelo Tribunal, em razão de sua aposentadoria compulsória nos próximos dias. Amanhã, terça-

feira, 30 de novembro, o Desembargador Honildo de Mello Castro completa 70 anos.

Esse mineiro, nascido em Belo Horizonte, formado em Direito pela Casa de Afonso Pena, a tradicional UFMG, que prestou relevantes serviços à Justiça do nosso País, tem uma estreita, fundamental e telúrica relação com o meu Amapá.

Ao longo de sua vida profissional, o Ministro Mello Castro exerceu a advocacia militante por muitos anos, especialmente nas áreas de seguros, imobiliária, família, comercial e tributária, tanto nas Justiças Estaduais como perante os tribunais superiores em Brasília, aqui no Distrito Federal.

Nomeado juiz de Direito em Minas Gerais, depois foi procurador fiscal no Estado de Minas Gerais e juiz de Direito no Distrito Federal até janeiro de 1991, quando ocorreu a transformação constitucional do ex-Território Federal do Amapá em Estado, ocasião em que Honildo de Mello Castro foi nomeado desembargador. Exerceu a presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá de 5 de março de 1993 a 5 de março de 1995 e consolidou a instalação da Justiça no Estado, construiu fóruns nas comarcas do interior, criou a Auditoria da Justiça Militar, a Casa Militar TJ-AP, entre várias outras realizações.

Em setembro de 1995, por força de dispositivo constitucional, em substituição temporária ao Governador Aníbal Barcellos, tornou-se o primeiro Governador constitucional do Estado do Amapá, ocasião em que criou o Município de Vitória do Jari.

Em 1991, assumiu a presidência do Tribunal de Justiça do Amapá e, já no dia da posse como desembargador, sendo seu primeiro presidente e em sessão ímpar, convocou os seus colegas desembargadores a realizarem a eleição do Presidente, Vice-Presidente/Corregedor-Geral de Justiça, para exercer a administração do primeiro biênio da vida daquele recém-criado tribunal. Eleito Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça, presidiu o primeiro concurso público para a seleção dos juízes que comporiam a Justiça Estadual do Amapá; instalou todo o Primeiro Grau e, por força do cargo, presidiu a Secção e a Câmara Única de Julgamentos, presidindo os primeiros julgamentos de processos pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

Apesar de curta passagem como Ministro convocado do STJ, cargo que assumiu em junho de 2009, a passagem de Mello de Castro no Superior Tribunal de Justiça foi significativa. Em 17 meses, o Desembargador resolveu mais de 24 mil casos.

Ao se despedir, Honildo de Mello Castro destacou a sensação de dever cumprido diante dos jurisdicio-

nados e de sua consciência. Disse o Desembargador, visivelmente emocionado:

A prestação jurisdicional célere tem, antes de tudo, que transmitir segurança ao cidadão. Esse é o ideal da vida do magistrado. Penso ter cumprido o meu ideal.

E disse mais:

Chego ao fim de um caminho, mas não de uma caminhada. Com a graça de Deus, muito obrigado.

Disse isso ao despedir-se do STJ, com a voz bastante embargada pela emoção.

A homenagem do STJ foi prestada pelo Presidente da 5ª Turma, Ministro Jorge Mussi. Mussi ressaltou o comprometimento intransigente do Desembargador Mello Castro com as garantias constitucionais. Disse Mussi: “O Ministro Honildo vai desvestir a toga sem mácula porque soube honrá-la”.

Também a Subprocuradora-Geral da República Helenita Caiado prestou homenagem ao mineiro de alma amapaense, Honildo de Mello Castro, em nome do Ministério Público.

Antes de ser convocado para o Superior Tribunal de Justiça, Honildo de Mello Castro ocupou diversos cargos importantes na Justiça brasileira. Foi Juiz de Direito em Minas Gerais, Procurador Fiscal, também em Minas, e Juiz de Direito no Distrito Federal. Com a transformação do ex-Território do Amapá em Estado, foi nomeado Desembargador no novo Tribunal de Justiça, TJAP. Foi o primeiro Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, posto no qual decidiu realizar a primeira eleição do órgão, escolhido pelos colegas como Vice-Presidente e Corregedor para o biênio 1991/1993. Presidiu o primeiro concurso público para juízes do órgão, instalou todo o Primeiro Grau de Jurisdição do Estado e presidiu os primeiros julgamentos do Tribunal. Em 1993, foi eleito Presidente; e, em 1995, governou o Estado, em substituição temporária ao Governador, ocasião em que criou, repetindo, o Município de Vitória do Jari.

Sem dúvida, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro Honildo, que serviu ao Amapá também como Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça, foi um elemento fundamental, que, com a sua capacidade intelectual e seu notório saber jurídico, deu uma contribuição efetiva para a instalação do Poder Judiciário do Amapá, que tem trilhado um caminho na cultura da honradez e da justiça célere, objetiva e transparente.

Portanto, o Amapá não poderia deixar de registrar a aposentadoria do Ministro convocado Honildo,

que deixa o STJ, depois de uma trajetória brilhante e eficiente no nosso amado Estado do Amapá.

Portanto, Desembargador e Ministro Honildo, sinta-se cumprimentado pelo Senado Federal e pelo povo do Amapá, que reconhecem a sua competência e o seu trabalho realizado pela Justiça brasileira e pela Justiça do Estado do Amapá.

Sr. Presidente, não poderia deixar de fazer alguns comentários. Primeiro, para congratular-me com o Presidente Lula, com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, com o Governador Cabral, com as forças que estiveram todas mobilizadas para um exercício, para uma presença, para um marco de posicionamento no Morro do Alemão, na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro.

Sem dúvida, com a chegada da Copa, em 2014, o Brasil precisa, com urgência e com celeridade, organizar-se para garantir a segurança de milhares de estrangeiros. O nosso País precisa sair do limbo, precisa sair da inapetência, precisa sair da negligência e ir para o novo tempo e o novo momento. Não somos mais uma Bolívia. O nosso País se prepara para adentrar o clube dos países mais ricos do mundo, não só na produção de conhecimento, mas na eficiência do povo brasileiro, da sua capacidade de criação, da sua capacidade de trabalho em todas as áreas do conhecimento.

Este é um País ímpar, que tem características peculiares. Não existe igual ao nosso. O Brasil precisa de se perfilar nesse novo momento, Excelência, para que os brasileiros possam sentir-se orgulhosos.

Sem dúvida, das fronteiras por onde vem a droga, há necessidade, como disse o nosso Ministro e Senador Dornelles, de planos e estudos feitos anteriormente, de planejamentos estratégicos, efetivados com exercícios e manobras das forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro e agora com a presença mais ostensiva da União.

Isso é extremamente positivo, mas sabemos que as ações estruturantes da mudança de cultura, de implementação de uma legislação mais rígida, de vigilância mais eficiente e de um planejamento de médio e longo prazo são necessárias.

O que vimos foi uma demonstração para o exterior, mas nós vivemos o dia a dia difícil da violência, ininterrupto, constante, muito difícil para a população.

O Rio de Janeiro, sem dúvida, é o espelho do nosso País, não só na beleza mas na singeleza e na criatividade do povo carioca, que tanto orgulha esta Nação.

Por esse motivo, é necessário pensar na chegada das drogas, onde elas são produzidas, descobrir as vertentes por onde elas vêm, mudar a legislação.

A exemplo do Rio de Janeiro, outros Estados já entram em colapso nas áreas da segurança e da saúde. São Paulo não tem uma divulgação tão ampla, como tem o Rio de Janeiro, das quadrilhas, dos grupos de criminosos que se organizam, assim como outras grandes capitais, outros grandes Estados do País.

Será a hora de o Congresso Nacional fazer uma revisão constitucional para poder flexibilizar e dar a oportunidade aos Estados de fazerem sua legislação no que tange a matéria criminal.

Os Estados Unidos dão o exemplo de que, em determinadas situações, a mão do Estado deve ser mais forte, deve ser muito mais eficiente, com remédios mais duros e amargos.

Acredito que, com a reoxigenação de um planejamento estratégico para os próximos cinquenta anos, sem dúvida, o Rio de Janeiro irá resgatar este título de Cidade Maravilhosa, não só pela paisagem e pelo que tem de belo em frente ao grande oceano. O Rio de Janeiro tem muito mais, o seu povo, um povo ímpar, um povo especial, um povo espetacular, que representa o País de norte a sul. O Rio de Janeiro precisa de uma atenção especial.

Por esse motivo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me congratular com o aguerrido, o inteligente, o homem que tem uma autoridade política e uma capacidade administrativa de agregar, de juntar, de fazer o liame – e esse liame foi dado no momento certo pelo mestre da alquimia política e administrativa e do conhecimento jurídico –, que é o grande mestre e o atual Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Com o seu trabalho profícuo, de resultados, conseguiu, sem dúvida, facilitar que as forças convergissem para o Morro do Alemão com o planejamento ideal.

Você viu, espetacularmente, os mentores dos grandes incêndios serem transferidos das cadeias. Apenas onze homens comandam toda aquela violência e saíram dos presídios, a casa que faz cultura.

O grande problema estava lá dentro também. No Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, tivemos esse espetáculo a que a Nação toda esteve, 24 horas, atenta, acompanhando, solidária.

Mozarildo, V. Ex^a deseja um aparte. Então, eu o concedo, mesmo que não o tenha pedido verbalmente. Pelo seu olhar, captei a necessidade de V. Ex^a, que queria se manifestar.

Portanto, concedo o aparte a V. Ex^a e também, em seguida, ao nobre e eficiente, nosso eterno Ministro e Senador Dornelles.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Gilvam, eu já estava com o microfone de aparte levantado há algum tempo, mas aguardando o momento oportuno em que V. Ex^a achasse conveniente

para conceder o aparte. Quero dizer que fico feliz com a abordagem que V. Ex^a fez, porque realmente o que ficou demonstrado neste episódio do Rio de Janeiro é que, quando há o desejo, de fato, de agir, a coisa acontece. Estou aqui ao lado do Senador Dornelles, que é Senador do Rio de Janeiro, e tenho acompanhado, como, acho, todo brasileiro tem acompanhado, o noticiário pelas emissoras de televisão, lido os jornais. E a gente constata uma coisa: há três décadas, essa situação vem se repetindo, e nunca houve uma decisão, seja do Governo do Estado, seja do Governo Federal, de, de fato, fazer uma ação conjunta, inclusive com a colaboração da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e com a participação do Poder Judiciário do Rio de Janeiro. Com isso, demonstrou-se que, quando o Estado, isto é, o Poder Público, de fato, deseja, as coisas acontecem. Não precisou de lei, não, Senador Gilvam, a lei já existe. O que havia era a necessidade de ter compromisso de resolver a questão. Nisso aí V. Ex^a tem muita razão, quando dá grande mérito ao Ministro Jobim, porque, realmente, ele foi, como é, disse V. Ex^a muito bem, conhecedor profundo das leis, inclusive foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, conhecedor inclusive deste Parlamento. É um homem vivido, e, com a autoridade que tem, ele agiu rápido. E, realmente, somando-se a ação dele, portanto, representando o Governo Federal, com a ação do Governador Cabral, com a do Prefeito do Rio de Janeiro, hoje, temos uma realidade. Agora, vou repetir o que eu disse inclusive no meu pronunciamento: se a medida ficar só nessa questão focal do Rio, que já é um grande avanço, se não combatermos a origem –, aliás, o Senador Dornelles falou ainda há pouco num aparte –, que é cuidar da fronteira marítima deste País e da extensa fronteira terrestre, vamos matar o problema num ponto, esse ponto pode se espalhar para outros Estados, e o que é pior, continuar sendo alimentado pelas artérias abertas que há nas nossas fronteiras marítimas, mas, muito mais, nas terrestres. Fiz, inclusive hoje, um pronunciamento, dizendo que, em abril, a Polícia Federal detectou, em Manaus, uma empresa de fachada, comandada por um homem das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, que recebia cocaína, armas, e, a partir dali, distribuía para todo o Brasil. Por que vinha por via fluvial? Para disfarçar, hoje, a vigilância, que há do Sipam e do Sivam na Amazônia. Portanto, quero dizer a V. Ex^a: é hora da união nacional, independentemente da simpatia ou da antipatia, de se estar a favor ou contra esse ou aquele partido; ou esse, ou aquele governo. O que temos em mente agora é cuidar da situação do Brasil. E, repito: não interessa se o grande motivo que levou a isso foi a

saturação da ação dos bandidos ou foi a proximidade da Copa e das Olimpíadas.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Incorporo o aparte de V. Ex^a, com muita satisfação, Senador Mozarildo, ao meu pronunciamento, porque as considerações de V. Ex^a sempre são pertinentes, bem abalizadas. E, sem dúvida, essas considerações já estão registradas aqui, nos Anais, incorporadas ao nosso pronunciamento.

Concedo um aparte ao Senador Dornelles.

O Sr. Francisco Dornelles (PP – RJ) – Senador Gilvam Borges, agradeço, como Senador do Rio, o interesse demonstrado por V. Ex^a pelos assuntos do nosso Estado. E agradeço também as palavras que V. Ex^a dirigiu ao Governador Sérgio Cabral, que, como falei anteriormente, demonstrou grande coragem, grande liderança, grande capacidade de gerência ao conseguir fazer essa grande união das forças do bem, como se diz no Rio, contra aquele grupo de bandidos que dominava as favelas do Rio de Janeiro. Eu queria apenas reafirmar a V. Ex^a que o Governador do Rio vai manter, vai continuar, não dará trégua a essa luta, e com o grande apoio que tem recebido do Governo Federal, através do Ministro Nelson Jobim, vamos vencer, extirpar esse grupo de bandidos do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Dornelles, aliás, um dos mais brilhantes oradores desta Casa. Sempre eu o acompanho, muito atentamente, quando V. Ex^a se manifesta, com muita segurança, com muita elegância, como é característica daquele povo do Rio de Janeiro.

Quero lhe dizer que o Governador Cabral, sem dúvida, também foi uma peça essencial. Ele e o Jobim, com o apoio do Presidente Lula, fizeram uma ação conjuminada, uma ação conjugada, bem planejada. Agora, é como disse V. Ex^a: é preciso continuidade e oportunidade, que é essa, de podermos efetivar um grande plano. Daí vem a sabedoria de V. Ex^a, que poderá encaminhar ao Ministro Jobim aquele projeto da polícia costeira, que foi discutido alguns anos atrás. V. Ex^a acompanhou aquele grupo de trabalho e também ajudou a liderá-lo. E, agora, é hora de o País, realmente, Excelência, mobilizar-se no sentido de um planejamento seguro, perene, estratégico. Acredito que as nossas mentes, a dos nossos profissionais, a dos nossos políticos, a das nossas lideranças todas têm condições, sim, de elaborar um plano eficiente. Agora, temos que aproveitar a Copa. Sem dúvida, o efeito Copa e a cobrança da comunidade internacional exigem, realmente, que priorizemos a questão da violência.

Dinheiro na conta.

Valter, tu queres fazer um aparte?

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Só para cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento. Acho que, neste momento, o Estado do Rio de Janeiro precisa, efetivamente, da solidariedade de todos os Estados brasileiros, e V. Ex^a traz mais uma voz. Acho que o sucesso dessa operação se deve a muitos fatores: um deles é a unidade nacional na defesa do Rio de Janeiro. O outro: o Governador do Estado do Rio de Janeiro, pela primeira vez – e, quando digo o Governador, não quero me reportar ao atual Governador, mas a todos os governantes que o antecederam –, teve a hombridade de admitir que havia, sim, no Rio de Janeiro, um poder paralelo. A partir dessa constatação, muda-se a configuração do tratamento que se dá a essa questão no Rio de Janeiro. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte, Senador Valter.

E, sem dúvida, é a hora de o Governador Cabral aproveitar a oportunidade para poder intensificar um planejamento seguro, sério, em que envolva leis, em que envolva orçamento, em que envolva uma política, realmente, preestabelecida. O que o País precisa, inevitavelmente, é de planejamento.

Dinheiro na conta: Agora, para o Amapá, porque, lá, os eleitores são muito exigentes e precisam de recursos na conta, não é, Senador Papaléo?

Banco do Brasil. Agência nº 3575. Valor liberado: R\$175.000,00. Sistema de Abastecimento de Água para o Governo do Estado.

Dinheiro depositado novamente para o governo do Estado do Amapá.

Emitente: Fundação Nacional de Saúde.

Banco do Brasil. Conta: 62502. Valor: R\$225.000,00.

Objeto: novamente Sistema de Abastecimento de Água.

Novamente para o governo do Estado do Amapá.

Dinheiro na conta. Novamente Sistema de Abastecimento de Água. Valor: R\$126.000,00.

Fundação Nacional de Saúde. Conta: 62510. Banco do Brasil. Novamente para o governo do Estado do Amapá.

Fundação Nacional de Saúde, investindo em infraestrutura. Dinheiro na conta. Agência Banco do Brasil. Valor: R\$115.000,00. Sistema de Abastecimento. Conta: 62472. O dinheiro já está na conta.

Governo do Estado novamente. A Fundação Nacional de Saúde agindo, efetivamente, com um braço do Governo Federal. Banco do Brasil. Conta: 62472. Objeto: Sistema de Abastecimento de Água. Valor liberado: R\$230.000,00.

Novamente para o governo do Estado do Amapá, novamente Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde. Valor R\$230.000,00. Objeto: Sistema de Abastecimento de Água. Conta: 62472. Agência: 3575.

Ei, Vitória do Jari, Luiz Beirão, Prefeito! Dinheiro pelo Fundo Nacional de Educação. Banco do Brasil. Conta: 123617. Valor: R\$200.970,00.

Ações na área de educação, Beirão, repasse para atender às ações de plano do trabalho anual na área da educação.

Já vou encerrar, dentro de três minutos, Excelência.

Dinheiro na conta. Ferreira Gomes, outro Município pequeno do Estado do Amapá, de povo altaneiro. Valor: R\$11.314,00. Pouquinho, mas ajuda. Conta nº 5503000. Esse dinheiro está no banco Bradesco, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, Dnit. O Governo Federal operando, já, com o Bradesco – propaganda, porque só davam Caixa Econômica e Banco do Brasil. Bradesco.

Prefeitura, novamente, do Município de Ferreira Gomes. O valor aumentou um pouco, de 11 para R\$31.845,00. Manutenção de trecho rodoviário na BR-156.

Prefeito, Sr^{as} e Srs. Vereadores: fiscalização. O dinheiro está na conta. O número da conta é 5503000, novamente, Bradesco.

Novamente, Ferreira Gomes com o Bradesco: 5503000. Valor: R\$18.250,78, também pelo Dnit, para manutenção da BR 156.

Ei, Pracuúba. Ordem bancária 2010OB809877, conta 87025, Banco do Brasil. Dinheiro na conta. Valor: R\$40 mil. Melhorias sanitárias e domiciliares.

Novamente, Pracuúba recebendo R\$40 mil, pelo Banco do Brasil, conta 87025, melhorias sanitárias. Só aí já vão 80 mil para Pracuúba e o Prefeito, com pouquinho dinheiro do FPM, precisa desses recursos federais para promover o saneamento e dar melhores condições de vida para a população.

Para Pracuúba, de novo: R\$34.747,16, Banco do Brasil, conta 94773. Dinheiro depositado. Melhorias sanitárias e domiciliares. Para Município pequeno, os recursos fazem a diferença.

Agora, Porto Grande, Prefeito Bessa. Dinheiro na conta: R\$70.223,95. Conta 52000. Manutenção de trechos rodoviários. Bessa, Prefeito, BR-156, um dinheirinho. Com 70 mil e a caçamba, mobilizar os equipamentos. Vamos ajudando a BR.

Novamente Bessa, Porto Grande. Banco do Brasil, conta 52000. Valor: R\$170.378,84, Bessa. Mais recursos para você. Manutenção, também, de trecho na BR.

Agora, Município de Cutias. Aí, Paulo, Prefeito: R\$499.370,00. Com isso aí você já está, porque você já me falou que comprou a patrulha mecanizada. Dinheiro na conta.

Mas esta, agora, é para realizar a campanha promocional do turismo no Município de Cutias, onde ocorre a grande pororoca, o encontro das águas com o Oceano Atlântico, onde quase morri num dia desses.

Atenção, Prefeitura de Santana, dinheiro na conta: R\$34.456,07. Produção de unidades habitacionais na comunidade quilombola de São Raimundo do Pirativa, Santana. O dinheiro já está na conta, Caixa Econômica, 66470108.

Já estou encerrando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Quero dizer que esses recursos são importantes para o nosso jovem e amado Estado do Amapá.

Agora, é dinheiro, novamente, para o Governo do Estado: R\$400.400,00. Campanha de publicização da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do CRAM, do Camuf e de toda a rede de atendimento à mulher. Está, aí, o dinheiro já depositado na conta 64793, Banco do Brasil.

Calçoene. Prefeita Lucimar, dinheiro na conta, e um bom dinheiro. Valeram seu esforço, no ano passado, apresentando o projeto depois da emenda que nós apresentamos, e a briga trabalhando, nos Ministérios, para a terceira etapa de liberação dos recursos: R\$450 mil. Construção da Central de Abastecimento no Mercado Municipal de Calçoene. Uma grande vitória!

Agora, novamente, Prefeita Lucimar, avise os Vereadores, com alegria. Banco do Brasil, dinheiro depositado: R\$250 mil. Construção de creche. Enquanto os homens e as mulheres trabalham pela prosperidade do Município, a Prefeita se prepara para receber os bem-amados do futuro, as futuras gerações, com a construção de creches.

Novamente, para outra creche: R\$300 mil. Bem assistido o Município. Conta do Banco do Brasil 102508. Prefeita Lucimar, parabéns.

Mais duas, agora: uma para Santana, para finalizar. Foi na Caixa Econômica, Mozarildo, vamos trabalhar: R\$49.200,00. Apoio a provisão habitacional de interesse social na Região Norte. Dinheiro na conta. Prefeitura de Santana.

Para concluir, novamente Cutias, Município pequeno, mas com Prefeito valente e uma Câmara de Vereadores atuante. Prefeito Paulo Albuquerque, parabéns. Olha, aí, o dinheiro que recebeu: R\$500 mil. Essa foi uma emenda do Presidente José Sarney, fruto de um trabalho também apoiado por todos nós: eu, Papaléo, Deputado Evandro Milhomen, Deputado Jurandir, Juarez, Lucenira, Fátima, Dalva, Deputada Janete – ô

Bancada aguerrida –, Davi Alcolumbre. Todos os Deputados, mobilizados nessa grande luta em Brasília: R\$500 mil. A patrulha já está lá, comprada.

Portanto, para encerrar o meu pronunciamento, o meu agradecimento.

Reporto-me, com alegria, ao povo do Rio de Janeiro e às autoridades envolvidas, nesse grande momento do Natal. O Natal chega com muita alegria e milhares de brasileiros lá irão passar, Ministro Dornelles, meu Senador, o *réveillon*. Já tinha quem não quisesse ir ao Rio, mas, agora, milhares de turistas, não só do exterior, mas do Brasil, tomarão o avião para o grande *réveillon* no Rio de Janeiro.

É com alegria que encerro o meu pronunciamento, com um abraço fraterno para o Estado do Amapá.

Muito obrigado, Valter e Mozarildo, que estão atentos ao meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Gilvam, permite-me?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Pois não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a iniciou o seu pronunciamento, na tribuna, homenageando um grande homem mineiro que é amapense, o Dr. Honildo Amaral de Mello Castro.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Quero pedir permissão a V. Ex^a para me associar a essa homenagem ao Dr. Honildo, que é muito justa. Homenageando o Dr. Honildo, V. Ex^a homenageia o nosso Estado do Amapá, mais propriamente a Justiça do Estado do Amapá.

O Dr. Honildo, quando aqui em Brasília, designado e escolhido que foi para o Superior Tribunal de Justiça, honrou o nosso Estado com um grande trabalho e, sinceramente, com uma produção nunca antes vista nos processos, no número de processos que para ele foram encaminhados.

Quero parabenizar o Dr. Honildo, aproveitando, logicamente, a homenagem que V. Ex^a fez a esse grande homem amapaense.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Considere-se, Excelência, inserido materialmente, espiritualmente, pelo olhar que agora trocamos e, também, intelectualmente. Estamos juntos nessa homenagem ao nosso desembargador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Dornelles, que fará uso da palavra como Líder do PP.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Valter Pereira, os Governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram um acordo de troca de informações de natureza tributária que, a meu ver, contém cláusulas extremamente perigosas que afrontam todo o ordenamento jurídico do Brasil.

Fico imensamente satisfeito de ver aqui V. Ex^a, que é um grande jurista desta Casa, e peço até licença para levantar algumas preocupações que tenho em relação a esse acordo.

O art. 5º, I, por exemplo, estabelece que as informações prestadas pelo Brasil deverão ser intercambiadas mesmo se o Brasil delas não necessitar para propósitos tributários próprios. Desse modo, mesmo aquelas informações do contribuinte brasileiro de que o Fisco brasileiro não precisar ele poderá prestar ao Governo dos Estados Unidos.

O art. 5º, II, estabelece que o Brasil deverá recorrer a todas as medidas relevantes para coletar informações, a fim de fornecê-las aos Estados Unidos, mesmo que não necessite de tais informações naquele período.

O item III do art. 5º contempla outras afrontas ao direito do cidadão. Sua alínea “a” disciplina que, a pedido dos Estados Unidos, o Brasil deverá obter livros, documentos e registros originais e não alterados e outros elementos materiais, inclusive, mas não limitados a informações de posse de bancos, de outras instituições financeiras e de qualquer pessoa atuando na condição de agente fiduciário. Levanto um ponto: quem teria legitimidade ativa para requerer em juízo a quebra de sigilo fiscal e bancário?

Eu ainda queria mencionar que a alínea “j” do item III indica que a autoridade competente no Brasil deverá, a pedido dos Estados Unidos, obter informações – ou seja, o Brasil deve fornecer informações aos Estados Unidos – referentes à propriedade de empresas, parcerias, fundações e outras pessoas, informações em relação a todas as pessoas mencionadas em uma cadeia de propriedade. Desse modo, poderemos ser obrigados a prestar aos Estados Unidos informações sobre empresas brasileiras, sobre segredos brasileiros, sobre patentes desenvolvidas no Brasil.

Existe ainda um artigo – e nele estão se baseando as autoridades brasileiras – que diz que o Brasil não é obrigado a prestar essas informações, que o Brasil as prestará se quiser, mas que quem vai dizer se o Brasil deve prestá-las ou não é o Secretário da Receita Federal.

Considero que esse acordo deve ser examinado com muito cuidado pelo Senado, porque realmente es-

tamos permitindo que autoridades americanas estejam presentes na sessão dos Conselhos de Contribuintes do Brasil, estejam presentes aqui no momento de julgamento e venham aqui inquirir brasileiros. Acho isso extremamente perigoso. Estou examinando esse assunto na Comissão de Relações Exteriores, e minha tendência, Sr. Presidente, é a de dar parecer contrário à aprovação do acordo, que considero uma agressão a todo o ordenamento jurídico do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valter Pereira, que, como orador inscrito, terá vinte minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na segunda-feira passada, 22 de novembro, dia histórico, a população do Rio de Janeiro começava a semana assustada. Ganhava corpo naquele dia uma programada operação criminosa cujo objetivo era muito mais do que roubar. Os ataques desferidos contra um carro da Aeronáutica no domingo e contra uma unidade da Polícia Militar na segunda-feira explicitavam outro objetivo: demonstrar força e poder. Afinal, as agressões eram desferidas a duas instituições militares: uma delas integrante das Forças Armadas; a outra, da organização policial do Estado do Rio de Janeiro. E tais agressões não pararam por aí. Na terça-feira, outras viaturas da PM foram igualmente atacadas. É verdade que esses ataques não aconteceram pela primeira vez, mas a forma de sua deflagração não deixa dúvida: destinaram-se a mostrar o poder, a força, a determinação das organizações criminosas.

Nos ataques aos veículos, que se intensificaram a partir daquela segunda-feira, por exemplo, o objetivo não era o de roubar, não era o de apropriar-se deles. Os bandidos passaram a roubar simplesmente para destruir, para incendiar, para semear o terror nas pessoas e a desconfiança nas autoridades, nas instituições e na própria capacidade de reação do Estado. O que eles não esperavam era exatamente o tamanho da reação das autoridades do Estado do Rio de Janeiro.

Historicamente, governos estaduais evitam pedidos de ajuda federal nos primeiros momentos de eventos dramáticos, como esses que aconteceram no Rio de Janeiro. Enquanto se perdem em discussões estéreis sobre sua própria capacidade de agir sozinho, sobre sua autonomia, acabam perdendo condições de sucesso no enfrentamento dessas crises. Mas, nesse episódio específico, Sr. Presidente, o Governador Sérgio Cabral não perdeu tempo, não se rendeu ao

egocentrismo dos tolos e teve a humildade de pedir auxílio a quem pudesse socorrê-lo. E o fez com rapidez, naquele primeiro momento em que percebeu que estava diante de um alto risco.

Pela primeira vez, Sr. Presidente – já disse isso e volto a repetir –, um governador do Estado do Rio de Janeiro teve a humildade de falar abertamente em poder paralelo. Todo mundo dizia, e a imprensa noticiava, que havia um poder paralelo no Rio, mas os governadores, de maneira geral, sempre insistiram em negar isso, fazendo uma autoafirmação que contrariava a realidade. Todo mundo sabia disso, mas a hipocrisia não deixava que eles admitissem o que ocorria. E foi essa constatação, foi essa demonstração de humildade que levou o Governador a capacitar sua Polícia e a reconhecer que precisava de parceiros, que precisava de muitos parceiros para vencer aquela guerra.

Na verdade, é preciso reconhecer que o Governador já vinha trabalhando há muito tempo nessa preparação da Polícia do Rio de Janeiro. Afinal, o cenário que se desenhava era o de uma guerra. E não é de hoje esse cenário! Para isso, não bastava o elevado nível de profissionalização que as organizações policiais do Rio de Janeiro tinham acumulado. Eram necessários mais homens e equipamentos. O enfrentamento sem essa concepção seria verdadeira aventura. Assim, a presença das Forças Armadas e da Polícia Federal era fundamental e não poderia demorar, teria de ser incontinenti. E foi isso que aconteceu.

É preciso reconhecer a presteza do Governo Federal. O Presidente Lula determinou que se atendessem o Estado do Rio com rapidez. É preciso reconhecer as habilidades do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que fez valer a razão sobre a tradição, para convencer o Alto Comando Militar em missão tão emblemática para a caserna. Todos nós sabemos da dificuldade que existe nas Forças Armadas de cumprir essas missões, dadas suas características. E é preciso reconhecer também a presteza do Ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, que colocou a Polícia Federal, também com bastante rapidez, à disposição do Estado do Rio.

Acredito que foi a primeira vez que as vaidades e o amor próprio foram removidos com rapidez, a fim de socorrer uma emergência, a fim de atender o interesse público, que não comportava mais discussões e avaliações e que precisava de rapidez. Em tempo recorde, os blindados dos fuzileiros navais já transportavam militares e policiais para a Vila Cruzeiro, poderoso quartel-general dos traficantes.

Das cenas a que assisti pela televisão, Sr. Presidente, guardei as imagens daquela horda de bandidos ziguezagueando entre vielas e o mato, a fim de escapar da repressão. Penso até, Sr. Presidente, que o plane-

jamento estratégico cometeu uma falha naquela hora. As tropas se concentraram no olho do furacão e não obstruíram as rotas de fuga, que acabaram sendo utilizadas pelos bandidos, que foram parar no Complexo do Alemão. Tivesse implantado um anel de obstrução dessas fugas, com certeza a colheita de bandidos lembraria, fatalmente, aquelas ricas tarrafas cheias de peixes e frustraria o sumiço de muitos deles. Além disso, isso facilitaria o trabalho que hoje está sendo realizado no Complexo do Alemão, onde os fugitivos estão sendo procurados. Mas sabe lá Deus se eles seguiram somente por essa rota, se eles foram parar efetivamente no Complexo do Alemão! Muitos deles estão sendo encontrados, mas outros não. Acredito que essa precaução, no entanto, não deve ter sido tomada, porque se esperava maior resistência dos delinquentes na própria Vila Cruzeiro.

Nada disso, entretanto, Sr. Presidente, diminui o sucesso da operação policial e militar. Basta examinar o balanço divulgado nesta segunda-feira: 50 fuzis – vejam o armamento que eles estavam utilizando –, 16 metralhadoras, 10 mil munições de diversos calibres apreendidas até agora, para não falar ainda das motocicletas. O último noticiário que ouvi falava em trezentas e tantas motocicletas, Senador Mozarildo.

O que está acontecendo no Rio de Janeiro é uma verdadeira intervenção cirúrgica para extirpar um tumor em que ninguém ousava mexer, seja por medo ou por má-fé. Digo má-fé porque todos nós sabemos que a própria atividade política do Rio de Janeiro, em muitas ocasiões, acabou facilitando a sobrevivência dessas organizações criminosas.

Uma cidade que é um verdadeiro cartão de visita do Brasil não poderia mais continuar refém de meliantes, que ameaçam afastar de suas atrações turísticas gente de todo o planeta. Nada mais combina com as belezas naturais do Rio de Janeiro do que o turismo. E o bom humor da população carioca, sua vocação para ser alegre e viver em paz com a vida, também faz parte desse cartão de visita.

Se as drogas estão pondo em risco todas essas virtudes da Cidade Maravilhosa, é preciso tomar atitude, sim. E tudo indica que é exatamente isso o que está acontecendo agora no Rio de Janeiro.

A reação dos moradores, ao se depararem com o comboio das tropas que entravam na Vila Cruzeiro, foi de quem estava exausto com o domínio dos traficantes. Os aplausos que as organizações policiais e militares receberam dos populares quando puseram seus tanques e soldados armados até os dentes em operação demonstraram que o local estava mais para cativo do que para uma comunidade livre.

O jornal *O Globo* chegou a estabelecer uma “semelhança simbólica” entre o acontecimento da Vila Cruzeiro e o desembarque das tropas aliadas na Normandia. Tudo leva a crer que a opção pelo terrorismo urbano que as organizações criminosas inauguraram na semana passada é uma reação às chamadas Unidades de Polícia Pacificadora, ou UPPs, que constituem, na verdade, a novidade, o grande projeto de segurança pública, que o Brasil está conhecendo, está enxergando, cuja experiência está se dando no Estado do Rio.

Honra-me, Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Valter, vejo que, nesta tarde, o Senado se ocupou, por meio dos diversos oradores que estiveram na tribuna, do tema Rio de Janeiro/segurança como o tema chave deste momento. E não poderia ser diferente, realmente. O que o Brasil está assistindo – e já teve quem dissesse da tribuna – é a uma espécie de filme, o *Tropa de Elite 3*. Na verdade, como V. Ex^a afirmou, nunca antes um governador do Rio de Janeiro tomou, de fato, a decisão firme de enfrentar o crime organizado como o Governador Sergio Cabral. Isso é bom que se diga, até porque está visível, mas pode ser que alguém não queira enxergar. Por outro lado também, e é bom fazer jus, o Governo Federal, embora depois de muito tempo, decidiu entrar nessa operação. Aí ficam aquelas filigranas: “Ah! Mas o pedido tinha de partir do Governo Estadual!”, “Ah! Mas as Forças Armadas não são para isso!”. Enfim, essa série de interpretações que, felizmente, agora foram superadas.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Foi a primeira vez em que isso não aconteceu, não é, Senador?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Exatamente. Então, pode-se dizer que se esperou por três décadas, vendo o Rio de Janeiro sofrer com isso, para se tomar uma decisão dessas. Bom, lamento as décadas perdidas, mas quero louvar o momento em que se toma... Inclusive, V. Ex^a colocou muito bem a figura de que é uma operação cirúrgica contra um tumor. E aí, como V. Ex^a mexeu na minha cabeça de médico, eu digo que uma operação cirúrgica para ser bem sucedida tem de, efetivamente, extirpar o tumor por completo. Não adianta deixar alguma metástase, algum pedaço de tumor que amanhã possa aparecer em outras partes do organismo. É por isso que tenho dito aqui – e fiz hoje, inclusive, um pronunciamento de novo sobre isso – e chamado a atenção para as fronteiras, fronteiras terrestres e marítimas do Brasil. V. Ex^a, como eu, é de Estado fronteiriço com países que têm problema. Então, precisamos, realmente, aproveitar este momento para mostrar que vamos fazer o serviço completo. E o

serviço completo não é só aquela operação que está sendo feita no Rio de Janeiro, mas, sim, uma operação que tenha alcance nacional não só na repressão, mas também, principalmente, na vigilância, na prevenção da entrada, como eu disse hoje no meu pronunciamento. Em abril, Senador Valter, a Polícia Federal detectou e prendeu no Amazonas um membro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia que tinha, inclusive, uma empresa registrada na Junta Comercial do Amazonas, sediada em Manaus, que recebia drogas vindas da Colômbia por via fluvial e depois a distribuía para o resto do Brasil. Então, é preciso que haja, aí sim, esse grande mutirão nacional – e vimos isso no Rio de Janeiro – envolvendo o Poder Judiciário, envolvendo a Prefeitura, o Governo do Estado e o Governo Federal. Aí, sim, poderemos, de fato, fazer aqui uma operação para varrer para sempre da História do Brasil esse domínio do poder paralelo do narcotráfico, do contrabando, sobre o Estado brasileiro.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado pelo aparte.

V. Ex^a, efetivamente, como médico, discorreu bem sobre a necessidade de uma cirurgia e explicou como se faz uma cirurgia. Eu diria que a cirurgia que hoje está se operando no Rio de Janeiro está apenas na primeira etapa, muitas outras etapas têm de ser perseguidas ainda.

Ouçó o Senador Garibaldi Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Valter Pereira, as minhas palavras são no sentido de me congratular com um ex-colega nosso do Senado, que foi eleito Governador, foi reeleito e, agora, à frente do Governo do Rio de Janeiro, é o grande responsável, em última análise, por essa operação. Se ela não tivesse sido vitoriosa, como foi, hoje o mundo estaria desabando sobre a cabeça do Dr. Sérgio Cabral, Governador do Rio de Janeiro. Mas ele teve a ousadia de comandar, ao lado dos seus auxiliares, principalmente do Dr. Beltrame, que é o Secretário de Segurança Pública, uma operação nunca vista e uma operação que tomou ares de uma operação que se vê em cinema, cinematográfica. Eu me senti, Senador Valter Pereira, vendo, quando menino, aqueles filmes de *cowboy*, do mocinho contra os bandidos, e, pela primeira vez, os mocinhos ganhando, porque, na verdade, antes disso, os nossos soldados, os nossos guardiões do Rio de Janeiro só faziam perder. Então, é preciso que se assinale aqui a coragem do Governador Sérgio Cabral pela decisão que tomou. É verdade que contou com o apoio do Governo Federal – não lhe faltou apoio do Governo Federal. Eu quero me congratular com V. Ex^a pela análise aprofundada que está fazendo desse episódio, desse fato, que levou o povo brasileiro a

ter uma esperança nova, ou seja, acreditar que essa operação não vai se constituir num episódio isolado. Como disse V. Ex^a, isso precisa gerar os seus desdobramentos. Muito obrigado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Seguramente, o Governador Sérgio Cabral – V. Ex^a tem razão – tem mostrado uma grande competência, porque, Senador Garibaldi, quando ocorreram essas provocações na semana passada, que a população ficou perplexa com a ousadia dos bandidos, o que se revelou de imediato é que o Governo estava sintonizado, que o Governo estava preparado e sabia o que tinha de fazer de forma incontinente, e acabou fazendo, para estancar aquela onda de violência.

Outro detalhe importante que eu estou observando em todos esses acontecimentos é o equilíbrio com que as autoridades do Rio de Janeiro estão tratando dessa questão. Não vi em nenhum momento qualquer tipo de euforia; ao contrário, o Secretário de Segurança, o Beltrame, que V. Ex^a lembrou em boa oportunidade, tem mantido bastante discrição, apesar de estar agindo com bastante energia. Isso é fundamental, porque não conspira a favor o Governo do Rio de Janeiro aquela busca pelos holofotes que muito tem tisonado a imagem de organizações policiais.

Mas a verdade é que o Rio de Janeiro já estava, de certa forma, preparando-se. As Unidades de Polícia Pacificadora, que é uma política, que é um projeto de ocupação programada, sistematizada, do Governo para as comunidades dominadas pelos narcotraficantes, já constituem uma iniciativa de longa duração. Não é uma iniciativa improvisada, e isso é que é relevante. É isso que dá a certeza de que a segurança pública está sendo bem tratada no Rio de Janeiro.

Todavia, na medida em que os bandidos perdem território – isto é preciso ficar claro, e essa questão foi suscitada hoje pelo Senador Mozarildo Cavalcanti –, eles acabam se deslocando para outras áreas, onde se juntam a outros delinquentes. É um movimento que está espremendo bandidos em outros territórios. Nesse primeiro momento, ninguém sabe para onde vai, efetivamente, a bandidagem que está conseguindo escapar dessa perseguição.

É o caso de se perguntar: onde irão parar tantos bandidos no momento em que eles perderem, por exemplo, o seu último domínio, o seu último bastião, quando for implantada a última UPP? Não tenho dúvida de que o terrorismo deflagrado na semana passada tem tudo a ver com a resposta a esse questionamento. Os bandidos estão se sentindo espremidos, pressionados.

Aqui, Sr. Presidente, quando eu faço esta pergunta: “Para onde eles irão?”, é porque sou cético em relação a delinquentes profissionais. Não acredito que a bandidagem vá, do dia para a noite, aderir às virtudes, aderir aos bons costumes e procurar outro meio de vida. Existem exceções, mas são muito poucos aqueles que se convertem a uma vida decente. Sou cético com relação à maioria deles.

O cenário que enxergo, portanto, Sr. Presidente, é que o sucesso da guerra que se trava hoje contra o crime no Rio de Janeiro pode produzir uma grande corrente migratória, inicialmente para outras áreas do Estado do Rio de Janeiro, mas, num segundo momento, a bandidagem vai acabar optando por outros destinos. A preferência de fuga, seguramente, será para Estados menos preparados para essa guerra, Estados que precisam se capacitar, fazer o que fez o Rio de Janeiro.

É uma situação que precisa ser avaliada por todos. Nesse sentido, é necessário uma grande articulação, envolvendo Governo Federal, governos estaduais, e talvez este seja o momento, porque nós estamos, praticamente, em uma transição de governo. É preciso que se estabeleça um diálogo mais profundo entre Legislativo e Judiciário.

Eu assisti a uma entrevista de um desembargador do Rio em que ele disse claramente: “Olha, muitas coisas acontecem aqui porque a legislação impede que o Judiciário aja com maior rigor”.

Eu acho, Senador Mozarildo Cavalcanti – que suscitou essa dúvida também –, que os Poderes Legislativo e Judiciário têm que se sentar agora. Talvez fosse o caso até de designar uma delegação, especialmente daqueles que militam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir lá, no Rio de Janeiro, com os desembargadores, com os juízes daquele Estado, as soluções que precisam ser enfrentadas.

Sei que existem paradigmas que precisam ser removidos, existem paradigmas que precisam ser enfrentados. Existe um obstáculo para mexer na legislação, que é a chamada cláusula pétrea. Na minha avaliação, não poderia haver tolice maior no ordenamento jurídico do País.

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Se o mundo muda a cada minuto, não é crível que haja um comando constitucional dizendo: “o que está neste capítulo não pode ser mudado”. Questão como a maioridade penal precisa ser discutida; a Lei de Execuções Penais precisa ser discutida.

Só assim, Senador Mozarildo Cavalcanti, só com essa discussão e com a disposição de mudar, aqui, do

Legislativo, do Judiciário e do Executivo, será possível evitar aquilo de que V. Ex^a acaba de nos advertir, que é o risco da metástase. O tumor só pode ser extirpado para dar sobrevida ao paciente se as metástases forem extirpadas.

Era esta a nossa mensagem. Para finalizar, só a minha solidariedade a toda a população do Rio de Janeiro e às suas autoridades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Valter Pereira.

Quero aqui deixar registrado que, em nossa sessão hoje, vários Senadores se pronunciaram a respeito do problema gravíssimo por que passa o Rio de Janeiro, iniciando com o Senador Mozarildo Cavalcanti, que fez realmente uma apresentação equilibrada, sem nenhum tipo de empolgação em cima da realidade.

Senador Mozarildo, não quero, de forma alguma, tirar esse entusiasmo de todos diante desta questão. Mas vejo que nós agradecemos a essas medidas tomadas no Rio de Janeiro, primeiramente, a Deus, por ter iluminado os homens que têm poder para tomar iniciativa. Mas, em segundo lugar, eu coloco duas situações, exatamente as Olimpíadas, que vão ocorrer no País, no Rio de Janeiro, e a nossa Copa do Mundo. Se não fosse isso, não haveria nenhuma ação da maneira que houve, que está continuando, que não terminou, não terminará tão cedo. E que, realmente, esse caso que está ocorrendo no Rio de Janeiro, não sirva de garoto propaganda para ninguém. Nada de empolgação. Nós já começamos a ver algumas figuras que são caracterizadas pela empolgação, pelo oportunismo, se apresentarem. A situação é séria! O governo estadual, aqui nós queremos ressaltar e parabenizar o Governador Sérgio Cabral pela sua coragem, pela sua determinação; o Governo Federal, Sr. Presidente, também; mas nada de empolgação. A realidade é totalmente diferente daquela que querem incutir na cabeça do povo brasileiro.

Nada será resolvido do dia para a noite. Há uma questão social grave no Estado do Rio de Janeiro. Esses que fugiram têm mais de quarenta comunidades para se instalarem e se reorganizarem, nesse crime que é o do tráfico de drogas, e em outros crimes também. Então, essa é uma situação que durará. Para solucionar essa questão levará décadas e décadas.

Mas o que interessa é a ação imediata, essa ação realmente inibe esses traficantes e chama a atenção da sociedade para o fato de que existe, sim, um Estado e esse Estado, que estava ausente desses morros no Rio de Janeiro, passa a se fazer presente tirando das

mãos dos traficantes a liderança nessas comunidades. Esse é o ponto mais importante.

Mas o nosso temor é de que isso chegue apenas como uma mensagem de super-otimismo e que venha realmente, depois, causar uma frustração muito grande na nossa população.

Não havendo mais oradores inscritos...

Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a fará uso da palavra?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Não pretendia, Senador, mas V. Ex^a está me convocando ou está me convidando?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Excelência, fica a critério de V. Ex^a a decisão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN.

Sem revisão do orador.) – Eu agradeço a sua gentileza e o que eu queria realmente enfatizar eu já disse por ocasião do aparte que foi dado ao discurso do Senador Valter Pereira, que era justamente comentar essa operação no Rio de Janeiro.

Tivemos conhecimento, não apenas nós, Senadores, mas o Brasil inteiro, como deve ser, teve conhecimento, passo a passo. A Rede Globo, as outras redes de televisão realmente fizeram com que a sua programação ficasse para trás e se passasse a dar cobertura àquela operação no Rio de Janeiro. Foi uma operação bem sucedida e que, certamente, vai ter os seus desdobramentos.

Essas chamadas UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora – parecem ser a grande chave do sucesso do que aconteceu no Rio de Janeiro. Nós temos uma preocupação hoje muito grande com relação à segurança dos nossos Estados. Todos os Estados tiveram, como foi dito aqui, uma deterioração da situação da segurança pública. Ninguém está mais tranquilo como estava nos seus Estados. Todos têm um sentimento de apreensão muito grande pelo que está acontecendo.

E a hora era essa! Por ocasião da transição governamental que se vai operar, uns Estados terão o mesmo Governador, no caso daqueles Governadores que foram reeleitos; e outros Estados, terão, agora, novos Governadores. Então, era a hora, Sr. Presidente, de tentar renovar, em termos de segurança pública nos Estados, e escolher os melhores nomes, as melhores cabeças, para que pudéssemos ter uma melhoria na segurança pública dos Estados.

É verdade que isso passa pelo fator financeiro. Nem todos os que vão receber os Governos dos seus Estados vão nadar em dinheiro. Pelo contrário, ao que parece, infelizmente – e se não for choro, mas não é, Sr. Presidente –, parece que realmente a situação dos Estados apresenta um comprometimento muito gran-

de que torna difícil realizarmos uma operação como essa, dessa amplitude.

O que se viu foram bandidos realmente fugindo da polícia, quando nos nossos Estados há uma desenvoltura tão grande dos bandidos! Eu não sei se aconteceu, lá no Estado do Senador Mozarildo, mas já aconteceu de os bandidos colocarem para fugir, para correr, os próprios encarregados da nossa segurança pública, da nossa delegacia: bandidos assaltando delegacias, soltando os presos e, ainda, botando os soldados para correr, desmoralizando a nossa força policial.

É uma situação de muita gravidade.

Se, no Rio de Janeiro, nós tivemos esse êxito, esse êxito se deveu, como eu já disse aqui, ao Governador Sérgio Cabral, aos seus auxiliares, ao apoio do Governo Federal. E nos outros Estados. Mas também volto ao Rio de Janeiro: há uma estrutura, há uma determinada estrutura, há uma política de inteligência, porque é preciso lidar com esses novos bandidos, com essa versão nova de bandidos, com esses *al capones* que estão aí, é preciso lidar com inteligência...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

–... com instrumentos de inteligência.

Por isso eu resolvi excursionar aqui, com a benevolência do Presidente Papaléo Paes, por essa situação dos Estados, que não é tão vexatória como a do Rio de Janeiro. A gente tinha uma tristeza muito grande quando as pessoas diziam: “Não, eu na vou mais passear no Rio de Janeiro, ter os meus dias de lazer no Rio de Janeiro, porque o Rio de Janeiro se tornou uma cidade perigosa”.

Mas, agora, eu creio que se reverte esse quadro.

Eu queria apenas – o Rio de Janeiro merece – mas eu queria apenas que ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– ...isso não acontecesse apenas no Rio de Janeiro, mas acontecesse em todo o Brasil.

Agradeço, Senador Papaléo Paes, Presidente em exercício, para nossa alegria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista*.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional*.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e de outros Senhores Deputados), que *dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna*.

Parecer sob nº 1.477, de 2010, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, que oferece a redação do vencido. (Relator no turno único: Senador Mão Santa)

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.476, de 2010, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido. (Relator no turno único: "ad hoc" Senador Cícero Lucena, CI)

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina*.

Parecer sob nº 1.478, de 2010, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys

Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido. (Relator no turno único: "ad hoc" Senador Flávio Arns, CAS)

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tripliques do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995*.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão "medida sócio-educativa" pela "medida psicossocioeducativa")*.

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e das outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Ma-

bel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

- da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para*

reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

- de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Moraes, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.*

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Rusomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).*

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

21**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 77, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.*

22**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

23**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusa-*

do, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.*

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 - Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 175, DE 2003- COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea "g" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 316, DE 2004 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Esta-

do, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 341, DE 2004 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 266, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 269, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder*

Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 274, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

34**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 313, DE 2005 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea "d" do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

35**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 363, DE 2005 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

36**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 141, DE 2006 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 231, DE 2006 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a deci-

são que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 261, DE 2006 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

40

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que *acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

41

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 2007 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas*

de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

42

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 2008 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

43

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

44

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que *altera a alínea "g" do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão adminis-*

trativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

46

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 236, DE 2008 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que *altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 249, DE 2008 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos*

que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições fi-*

nanceiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Se-

nador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

54

REQUERIMENTO Nº 834, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 834, de 2010, do Senador Francisco Dornelles, solicitando o *desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, a fim de que tenham tramitação autônoma.*

55

REQUERIMENTO Nº 848, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 848, de 2010, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos religiosos).

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 16 minutos.)

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010. Às dez horas do dia dezessete de novembro de dois mil e dez, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores José Sarney, Presidente; Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário; João Vicente Claudino, Segundo-Secretário; Patrícia Saboya, Quarta-Secretária; e os suplentes Adelmir Santana, César Borges, Gerson Camata e Cícero Lucena. Em seguida, passou-se ao exame dos itens da pauta: **Item 01:** Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, realizada em 09 de junho de 2010. Aprovada. **Item 02:** Referendo à autorização do Presidente quanto ao ressarcimento de despesas médicas de Senadores e ex-Senadores, de que tratam os processos nºs 01.407/10-4, 006.291/10-4 e 015.988/09-0. Aprovado. **Item 03:** Referendo ao Ato do Presidente nº 283, de 2010, que trata sobre a cessão não onerosa e por prazo indeterminado, à Presidência da República, dos bens móveis ociosos relacionados no Processo nº 001480/10-3. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às doze horas e quarenta e cinco minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu, *Haroldo S. G. Feitosa Tajra* (Haroldo Feitosa Tajra), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala da Comissão Diretora, 17 de novembro de 2010

João Sarney
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente

Faltas (presença)
Adelmir Santana
César Borges
Gerson Camata
Cícero Lucena

ATO DO PRESIDENTE Nº 307 , de 2010

Institui comissão destinada à elaboração dos Relatórios das Contas do Presidente e de Gestão do Senado Federal, relativos ao exercício de 2010.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e

Considerando as disposições do art. 101 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010);

Considerando as demandas do Aviso nº 6/2010-GabMinAC/TCU, de 07 de outubro de 2010, que solicita o encaminhamento de informações que subsidiem o Relatório das Contas do Governo da República referente ao exercício de 2010;

Considerando a Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, e a Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, que definem os órgãos e as entidades cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Especial incumbida de elaborar, nos prazos estabelecidos, os seguintes Relatórios referentes ao exercício de 2010:

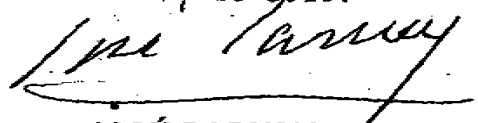
- I – Relatório de Gestão do Senado Federal – até 31 de março de 2011;
- II – Relatório Anual das Contas do Presidente do Senado Federal – até 04 de abril de 2011.

Art. 2º Designar os servidores EDVAL FERREIRA SILVA, matr. 4282-4, JOSÉ RICARDO MELO ALBUQUERQUE, matr. 5173-4, OLIVAN DUARTE DE ALMEIDA, matr. 5330-5, FREDERIC PINHEIRO BARREIRO, matr. 1526-2, LUIZ HENRIQUE DE PAIVA MARQUES, matr. 223466, e BEATRIZ DIAS DE FARIA SENA, matr. 52120, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão referida.

Art. 3º Determinar aos diversos setores do Senado que forneçam todas as informações que forem solicitadas pela Comissão.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 2010.


Senador JOSÉ SARNEY

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 13 , de 2010

Autoriza a realização de Concurso Público para preenchimento de cargos do Quadro de Pessoal do Senado Federal e formação de cadastro de reserva.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regimentais e regulamentares, e

CONSIDERANDO as conclusões do Relatório da Comissão Especial instituída pelo Ato do Diretor-Geral nº 2584, de 18 de agosto de 2010;

CONSIDERANDO que até o ano de 2015, conforme informações da Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal, mil quatrocentos e cinquenta e sete (1.457) servidores ativos adquirirão o direito de requerer aposentadoria voluntária ou serão aposentados compulsoriamente;

CONSIDERANDO o imperativo de continuidade do serviço público, o atendimento aos princípios constitucionais da observância do concurso público, da moralidade, e da impessoalidade, bem como a existência de prévia dotação orçamentária,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado o Órgão Central de Coordenação e Execução a realizar Concurso Público para preenchimento de cento e oitenta (180) cargos do Quadro de Pessoal do Senado Federal e formação de cadastro de reserva.

Art. 2º. Na hipótese de surgimento de vaga no Quadro de Pessoal do Senado Federal, fica autorizada a convocação de candidatos aprovados

no concurso público de que trata o art. 1º, durante seu prazo de validade, atendendo rigorosamente à:

- I - ordem de classificação advinda do concurso;
- II - existência de dotação orçamentária;
- III - conveniência administrativa.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 25 de novembro de 2010

Luiz Tanzi
Faltes (Máscara)
Luiz Tanzi
Sergio Henrique
Luiz Tanzi
Luiz Tanzi

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 14 , DE 2010

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, tendo em vista as recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 0400-2010/SSACON/SCINT/SF, no bojo do processo nº 012505/09-9, e considerando a necessidade de ajustar o Ato da Comissão Diretora nº 30, de 2002, que trata da utilização dos espaços físicos no complexo arquitetônico do Senado Federal, às necessidades do Tribunal de Contas da União, à Decisão de 17 de novembro de 2005, da mesma Comissão Diretora, e à Decisão de março de 2006, do Primeiro-Secretário, que teve, entre seus pressupostos, o atendimento ao princípio constitucional da eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição Federal) e aos da economicidade e do interesse da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º - Acrescentar os seguintes incisos ao artigo 3º do Ato da Comissão Diretora nº 30, de 2002, renumerando-se os demais:

- “IV – ao Tribunal de Contas da União;*
- V – ao Grupo Brasileiro da União Interparlamentar;*
- VI – ao Parlamento Latino Americano;”*
- VII – à Polícia Federal;*
- VIII – à Polícia Civil do Distrito Federal;”*

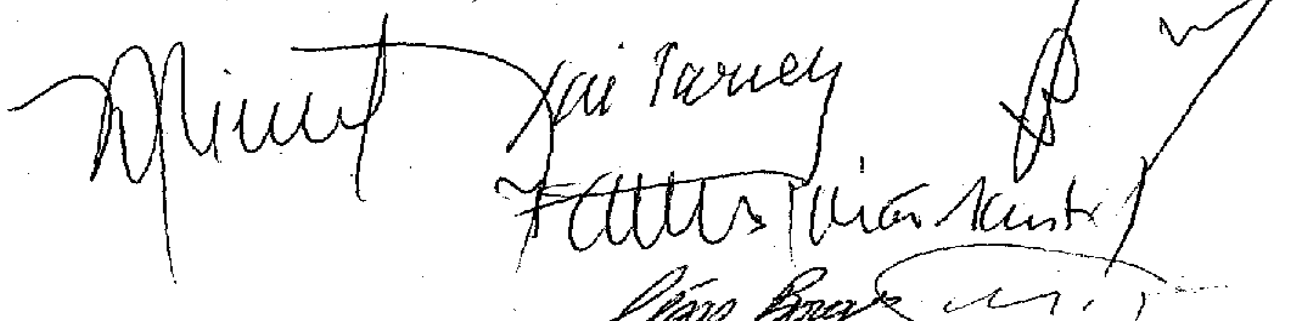
Art. 2º - Dar a seguinte redação à alínea *a* do § 2º do art. 3º do mesmo Ato, mantida a alínea *b*:

“a) nas hipóteses de que tratam os incisos I, II, IV, V, VI, VII e VIII; e”

Art. 3º. Ratificar a Decisão da Primeira Secretária, de março de 2006, que excepcionou alguns órgãos do cumprimento do parágrafo único do art. 7º do mesmo Ato, e estendê-la aos órgãos relacionados no § 2º do art. 3º do Ato mencionado.

Art. 4 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 25 de novembro de 2010



Handwritten signatures of the members of the Commission Directors of the Senate of Brazil, including names like Minut, Jai Tarney, Fátima, and others.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 15 , de 2010

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no desempenho das atribuições de que trata o art. 5º da Resolução nº 53, de 10 de junho de 1997, decide autorizar a alienação dos bens móveis inservíveis objeto da "Relação de Lotes e Avaliação dos Bens Patrimoniais" constante do processo nº 028.913/10-8.

Sala da Comissão Diretora, em 25 de novembro de 2010

Sui Carley
Fallus (Mário Avelar)
Miguel
Amós Almeida
Alto Bages
W

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN**Nº 14, DE 2010**

O Diretor da Secretaria Especial de Informática-Prodasen, no desempenho de suas atribuições regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Grupo de Trabalho para realização de estudos necessários à implementação de segmento de rede de alta velocidade, dentro da rede local do Senado Federal, destinado a prover serviços de comunicação e integração entre as estações da Plataforma do Prodasen, a plataforma computacional Multimídia da TV Senado e a rede CEDOC Multimídia, compreendendo as atividades relacionadas a seguir:

- a. Levantamentos quantitativos e distribuição topológica dos componentes;
- b. Estudos sobre as tecnologias envolvidas;
- c. Dimensionamento de toda a infraestrutura necessária;
- d. Elaboração do Projeto Básico constando as aquisições que se façam necessárias e as pesquisas de preços preliminares;
- e. Outras tarefas correlatas.

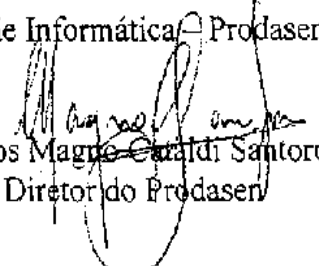
Art. 2º - Designar os servidores Nelson Flores de Albuquerque, matrícula 103060 (PD/SSADE/SERCOM), Luiz Flávio Brant de Moraes e Silva, matrícula 105512, (PD/SSITE/SIER) e convidar os servidores Ricardo Guedes Acioli Toscano, matrícula 54784 (SECS/STVSEN/SEETEL), Clayton Ferreira de Lira, matrícula 54577 (SECS/STVSEN/SESMTE) e Joverlândio Nunes de Souza, matrícula 54619 (SECS/STVSEN/SETETV), para compor o Grupo de Trabalho.

Art. 3º - Designar o servidor Nelson Flores de Albuquerque para chefiar o GT e Luiz Flávio Brant de Moraes e Silva para substituí-lo em seus impedimentos.

Art. 4º - Fixar o prazo de 120 (cento e vinte) dias para a conclusão dos trabalhos sob sua responsabilidade.

Art. 5º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Especial de Informática-Prodasen, 26 de novembro de 2010.


Carlos Magno Geraldi Santoro
Diretor do Prodasen

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
29/11/2010
segunda-feira

**11:00 Sessão Especial destinada a Reverenciar a memória do ex-Senador Petrônio Portella
por ocasião do 30º aniversário de falecimento
Plenário**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Minoria-DEM - Alfredo Cotait* (S)
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008
Prazo final: 04/08/2008
Prazo prorrogado: 13/03/2009
Prazo prorrogado: 23/09/2009
Prazo prorrogado: 02/05/2010
Prazo prorrogado: 11/11/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ^(1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽⁷⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. José Nery (PSOL-PA) ^(2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽⁸⁾
VAGO ⁽⁸⁾	
PTB	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
6. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
9. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
10. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
- ***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.
- ****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.
- *****. Prorrogado até 22.12.2010 através do Requerimento nº 872, de 2010, lido em 10.11.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) ^(5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁷⁾	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO ⁽⁴⁾
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(4,6)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(3,7)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).

4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Arthur Virgílio (PSDB)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽³⁾	
Senadora Fátima Cleide (PT)	
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾	
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(1,5)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Finalidade: Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

Número de membros: 5 titulares e 3 suplentes

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: VAGO ⁽⁸⁾

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

VAGO ⁽⁷⁾

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG).
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-GERAL: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO: Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL: VAGO ⁽⁴⁾

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: Senador Almeida Lima (PMDB-SE)

RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Designação: 09/07/2010

Instalação: 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Regis Fichtner (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁾	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(1,3)
PTB	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Senador Gim Argello
PDT	
Senador Acir Gurgacz	1.

Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
4. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
5. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- *. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. nº 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

**CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PRAZOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV)¹
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V)¹
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI)¹

¹ Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 33033511

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹¹⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³³⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁸⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁰⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁸⁾	3. Paulo Paim (PT) ^(11,41,94,105)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(37,93,104)	4. Ideli Salvatti (PT) ^(36,107,114,121,122)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ^(29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁰⁾	6. VAGO ^(4,39,81,82,83,84,87,95)
César Borges (PR) ⁽³¹⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³²⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(56,59,111)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) ^(3,60,97,98)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. VAGO ^(2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,53,69,117,119)	5. Edison Lobão (PMDB) ^(9,65,71,96,99)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,62)	6. Regis Fichtner (PMDB) ^(1,60,109,116)
Renan Calheiros (PMDB) ^(58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁴⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ^(43,102,103,118,120)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,50)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(52,106,108,113,123,126)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴³⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) ^(5,45,112,115,124,125)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁴⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,42)
Gim Argello ⁽⁴²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴²⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (OF. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
97. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG).
105. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).
106. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
109. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
110. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).
114. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).
115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 110/2010).
117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
118. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (Of. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
121. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
122. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 070/10-GLDBAG).
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
124. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
125. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 069/10-GLDEM).
126. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(7,15)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32,107,113,120,121)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,94,102)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,109,116)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80,101,118,119)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,110)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,93,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46,108,112,114,123,125)	4. José Agripino (DEM) (4,40,111,115,124,126)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66,100,105,106,122)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).
106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 103/2010).
117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
118. Em 18.08.2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 125/2010).
119. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 069/10-GLDBAG).
122. Em 22.10.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 072/10-GLPSDB).
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
124. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
125. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM).
126. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 069/09-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(10,11)
VAGO ^(2,16)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾
PMDB	
Regis Fichtner ^(8,18,19)	1. VAGO ^(7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁹⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
16. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
18. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
19. Em 16.11.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 131/10-PRES/CAS).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(13,23)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁸⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4,20)
Papaléo Paes (PSDB) ^(7,17,19)	2. VAGO ^(2,12,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(5,23)	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,6)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(9,14,15)	1. Regis Fichtner ^(3,21,24)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹¹⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
11. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
20. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
21. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
22. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
23. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.
24. Em 16.11.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 131/10-PRES/CAS).

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) (5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. VAGO (4)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁰³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Shessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,31)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,30,116)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (35)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,32,73)
Ideli Salvatti (PT) (38,110,113,120,121)	5. César Borges (PR) (37,40)
Tião Viana (PT) (34,40,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,36,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (58,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (54,68)
Almeida Lima (PMDB) (62,67)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (57,67,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,64,78)
Francisco Dornelles (PP) (60,67)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,66,76,101,105)
Valter Pereira (PMDB) (2,67)	5. Valdir Raupp (PMDB) (41,59,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,63,102,104)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,67,115,119)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (45)
Demóstenes Torres (DEM) (43)	2. Adelmir Santana (DEM) (46)
Jayme Campos (DEM) (50,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (52,111,117,118,123,125)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49,112,114,124,126)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (51)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,44)
Alvaro Dias (PSDB) (24,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,70,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (25,71)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27,72,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO (48,122)	1. Gim Argello (42,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
31. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
43. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
46. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
51. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).
101. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
102. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
104. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 45/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).
110. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).
114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
117. Em 17.08.2010, vaga cedida temporariamente ao PSDB enquanto durar a licença do Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 057/10 - GLDEM).
118. Em 18.08.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of.63/2010-GLPSDB).
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 20.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 066/2010-GLDBAG).
122. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
124. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
125. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM), em vaga cedida temporariamente ao PSDB.
126. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 069/2010).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
VAGO (4)	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	
Tasso Jereissati (PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM)	

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (92,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (74,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (31,81,89,93,94)	1. VAGO (1,36,108)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (31,126)	2. Gim Argello (PTB) (37,95,100)
Fátima Cleide (PT) (31)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,34)
Paulo Paim (PT) (31,47,66)	4. José Nery (PSOL) (33)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (30,67,94,96)
Ideli Salvatti (PT) (38,76,78,80,95,116,120,132,133)	6. João Ribeiro (PR) (30,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,107)	7. Marina Silva (PV) (30,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (56)	1. Romero Jucá (PMDB) (55)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,57,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (55,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (54,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (55)
VAGO (64,109,127,130)	4. Neuto De Conto (PMDB) (58,125,131)
Gerson Camata (PMDB) (60)	5. Valdir Raupp (PMDB) (62)
VAGO (5,9,61,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,63,119)
VAGO (53,65)	7. VAGO (59,110)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,50,115,118,121,135,138)	1. Gilberto Goellner (DEM) (48,113,114,128,129)
Marco Maciel (DEM) (40)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,43)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,41)	3. Jayme Campos (DEM) (46,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (42)	4. Efraim Moraes (DEM) (52)
José Agripino (DEM) (13,49,117,122,123,124,136,137)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,44)
Adelmir Santana (DEM) (45)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (26)	7. Cícero Lucena (PSDB) (29,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (22,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (28,68,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (24)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,51)	1. João Vicente Claudino (51)
VAGO (51,134)	2. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
108. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
109. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
110. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. GLDEM nº 32/2010).
115. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
116. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
118. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
119. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
120. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).
121. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 54/10-GLPSDB).
122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
123. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
124. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
125. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
126. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
127. Em 18/08/2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 124/2010).
128. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
129. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
130. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (Of. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
131. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (Of. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
132. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
133. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 067/10-GLDBAG).
134. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
135. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
136. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.
137. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida, temporariamente, ao PMDB (Of. nº 070/2010-GLDEM).
138. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(7,16,23,25)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Paulo Paim (PT) ^(8,17)	2. Flávio Arns (PSDB) ^(16,17,21)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁹⁾	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,20)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽²²⁾	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁵⁾	3. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(1,6,13)
Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁰⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ^(5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) ^(9,18)
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽⁹⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ^(7,11)
PDT	
Cristovam Buarque ^(7,12)	1. VAGO ⁽¹²⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
25. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão de Educação, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
 2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
 5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
 6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
 7. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- *. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) ⁽²²⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽²¹⁾
Marina Silva (PV) ^(7,22,43,45)	2. César Borges (PR) ⁽²⁵⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(24,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²⁰⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²³⁾	4. Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) ^(38,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁸⁾
Hélio Costa (PMDB) ^(38,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,11,39)
VAGO ^(40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁸⁾
Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁸⁾	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽³⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ^(32,61,62,64,65)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁹⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁷⁾	2. Raimundo Colombo (DEM) ^(1,34,63)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽³⁰⁾	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(3,28)
Eliseu Resende (DEM) ⁽³⁵⁾	4. Jayme Campos (DEM) ^(9,31,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,19)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁸⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁶⁾
PTB	
Gim Argello ^(6,33)	1. Sérgio Zambiasi ⁽³³⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque ^(12,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
34. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. GLDEM nº 32/2010).
63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
64. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
65. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(5,12,15)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) ^(10,16)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ^(13,14,17,18)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
 11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 14. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
 15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
 16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
 17. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
 18. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: VAGO ^(2,11,13)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,9)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
13. Vago em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM, de 11.05.10).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- **. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS
DA USINA DE BELO MONTE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

1. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).

2. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

*. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.

**. Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,74)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,78)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25,77,81,82,84)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62,79,83)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
73. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
74. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
77. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
78. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).
80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 104/2010).
81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
82. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
83. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.
84. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 069/10-GLDEM).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
Paulo Paim (PT) (47,95,99)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (22,41,50,72,106)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,94,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Regis Fichtner (PMDB) (4,100,103)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. VAGO (23,27,56,101,102,104,105,109)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Alfredo Cotait (DEM) (53,78,79,80,107,108)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. Nº 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. Nº 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of./GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 036/2010-GLDBAG).
100. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
101. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
102. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
103. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 105/2010).
104. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de suplente ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
105. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
106. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
107. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
108. Em 03.11.2010, o Senador Alfredo Cotait é designado membro suplente do Democratas na Comissão (Of. nº 66/2010-GLDEM).
109. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽¹¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ^(2,7)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18,90,92,98,99)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,81)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54,94,97)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) (45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,80,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34,87,88,95,96)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
81. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).
90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).
93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).
94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
95. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
96. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
97. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
98. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
99. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 065/10-GLDBAG).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (57,58,67,72)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (25)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Shlessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (38,46,55,56,68,71)	1. VAGO (48,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (41)	4. Gerson Camata (PMDB) (47,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (33,65,66,73,74)	1. Gilberto Goellner (DEM) (35,63,64,69,70)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (30,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,37)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,36)
Lúcia Vânia (PSDB) (20)	5. Cícero Lucena (PSDB) (17)
Marconi Perillo (PSDB) (22)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,21,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (18,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (19)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
18. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
19. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
21. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
38. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
67. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.
68. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
69. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
70. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
71. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
72. Em 06.10.2010, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 79/2010-CDR).
73. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
74. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 069/09-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (77,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (19)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,71)
VAGO (18,63,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,20)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (17,25,49,87)	3. Eduardo Suplicy (PT) (23,60,61,62,65)
César Borges (PR) (22,54)	4. Serys Shessarenko (PT) (21,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (40,45)
Neuto De Conto (PMDB) (34,43,86,90)	2. Valdir Raupp (PMDB) (36,38)
Gerson Camata (PMDB) (39,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,41)
Valter Pereira (PMDB) (37,50)	4. Regis Fichtner (PMDB) (42,48,82,85)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29,77,78,88,89)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,32)
Raimundo Colombo (DEM) (30,80,84,93,94)	2. Heráclito Fortes (DEM) (26)
Kátia Abreu (DEM) (31)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,28)
Jayme Campos (DEM) (8,10,27,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (24,81)
VAGO (16,53,55,64,66,83,92)	5. Mário Couto (PSDB) (15,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) (12,56)	6. João Tenório (PSDB) (13)
Marisa Serrano (PSDB) (13)	7. Marconi Perillo (PSDB) (14)
PTB ⁽⁵⁾	
VAGO (9,33,91)	1. Sérgio Zambiasi (33,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
26. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
34. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. Nº 037/10-GLDEM).
79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (Of. Nº 037/10-GLDEM).
80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
82. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 56/10-GLPSDB).
84. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
85. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 111/2010).
86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
88. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
89. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
90. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
91. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
92. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.
93. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
94. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 068/10-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(5,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) ^(13,14)	2. VAGO ^(6,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(3,12)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
6. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. Nº 037/10-GLDEM).
12. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
13. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
14. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. Gerson Camata (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
	1. VAGO (2)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) (64,78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,70)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,46)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (19,45)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (34,63,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (40,65,72)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (38,42)	4. Regis Fichtner (PMDB) (2,53,56,58,61,73,75,76)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28,69,71,79,80)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,24,74,77,81,82)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,44)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
64. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
65. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
70. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG).
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).
74. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
75. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
76. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 112/2010).
77. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
78. Em 01.09.2010, o Senador Roberto Cavalcanti foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Of. nº 124/2010-CCT).
79. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
80. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
81. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
82. Em 16/11/2010, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 069/10-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
VAGO (1,2)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/10/2010

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009
2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(2,17)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
VAGO ⁽¹⁴⁾	2. Ideli Salvatti (PT-SC) ^(16,19)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁸⁾	4. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
VAGO	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁷⁾	3. VAGO ⁽⁸⁾
VAGO ⁽⁹⁾	4. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁹⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO (/) ⁽²⁰⁾	

Atualização: 03/11/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
15. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.
19. A Senadora Ideli Salvatti reassumiu o mandato em 06.10.2010, conforme Of. 047/2010-GSISAL, lido na sessão de 06.10.2010 e publicado na mesma data.
20. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(4,5)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ^(2,12,13)
PDT
Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)
PR
Magno Malta (ES) ^(1,7,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
 4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
 5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
 6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
 7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
 8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
 9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
 10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
 11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
 12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
 13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- *. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
DEM
Adelmir Santana (DF)
PSDB
João Tenório (AL) ⁽²⁾
PT
Tião Viana (AC) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾
PDT
Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾
PR
César Borges (BA)
PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ)
PSOL
José Nery (PA)
PSC
Mão Santa (PI)
PV
Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
 2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
 3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
 4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
 5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- *. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephim Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) ¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) ¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS) ¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) ¹⁷
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ALFREDO COTAIT (DEM/SP) ¹⁸	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC) ^{6 16}
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS (PDT/PR) ⁴
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY (PSOL/PA) ⁸

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/RJ) ⁵
GERALDO THADEU (PPS/MG) ⁹	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB/SP) ³
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 18.11.2010)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado, conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵ Indicado, conforme Of. nº 067/10/LIDPV, datado de 17/03/2010, do Deputado Edson Duarte, Líder do PV, em substituição ao Deputado Dr. Nechar, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, de 02.03.10, lidos na Sessão do SF de 22.03.2010.

¹⁶ O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

¹⁷ O Senador Neuto de Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional, do Estado de Santa Catarina, a partir de 05.08.2010.

¹⁸ Indicado como titular em substituição ao Senador Romeu Tuma, falecido em 26.10.2010, conforme Of. nº 073/10-GLDEM, do Senador Antonio Carlos Júnior, Vice-Líder no exercício da Liderança do Democratas, datado de 18.11.2010, lido na Sessão do SF de 18.11.2010.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 188 páginas

OS: 2010/15645